

Desenvolvimento Produtivo
e Comércio Exterior

4.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E COMÉRCIO EXTERIOR

INTRODUÇÃO

No início de 2003, apesar da estabilidade econômica que fora alcançada pelo Plano Real em anos anteriores, grandes desafios deveriam ser enfrentados pelo setor produtivo nacional. Questionava-se a capacidade de o País desenvolver políticas efetivas de promoção do crescimento econômico de forma sustentável. Após longo período em que se preconizou a estabilidade macroeconômica como incentivo ao desenvolvimento da produção nacional, havia significativa demanda por ações coordenadas que tivessem como foco uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior.

As condições macroeconômicas em que se encontrava a economia brasileira em princípios de 2003 eram desfavoráveis para o setor produtivo.

O ambiente de negócios apresentava dificuldades à atividade empresarial. Eram questões estruturais preocupantes para a indústria a alta carga tributária sobre a produção, a infraestrutura e os marcos regulatórios ao desenvolvimento de negócios e de estrutura industrial coesa. O chamado “custo Brasil” diminuía as condições de as empresas nacionais competirem com as concorrentes estrangeiras. Registrava-se, também, situação de alta complexidade nos processos de abertura e registro de empresas (152 dias), o que restringia o empreendedorismo e o investimento por parte, principalmente, das micro e pequenas empresas.

No comércio exterior, as exportações fecharam 2002 registrando a marca de US\$ 43,5 bilhões e em queda frente ao ano anterior, mesmo diante do estímulo cambial trazido pela desvalorização de 53,5% do real, em 2002. Enquanto as exportações diminuíram, o comércio mundial crescia 4,8% nesse mesmo ano. Nesse sentido, a evolução recente da balança comercial tinha sido marcada por déficits anuais constantes, no período 1995-2000, que somaram US\$ 24,3 bilhões. Em 2002, a participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais era de 0,96%, com a atividade exportadora concentrada em poucos países compradores e em número reduzido de empresas de grande porte.

Desafios do mandato e compromissos assumidos

- Investimento e Produção
 - ✓ Expandir de forma seletiva a oferta de bens produzidos pelos setores mais modernos e dinâmicos da economia, com o incentivo a uma profunda mudança estrutural nos sistemas produtivos, especialmente, nos intensivos em alta tecnologia.
 - ✓ Construir o Sistema Nacional de Competitividade, com prioridade para a reestruturação tecnológica dos setores eletroeletrônico, de bens de capital, indústria química e agroindústria.
- Inovação Tecnológica
 - ✓ Prosseguir no incentivo à inovação tecnológica da indústria e do setor de serviços, em conjunto com um vigoroso suporte ao pequeno e médio empreendedor, às incubadoras e aos parques tecnológicos e com o fortalecimento e a expansão do sistema nacional de Ciência e Tecnologia (C&T).
 - ✓ Fomentar o desenvolvimento e a aplicação de novas tecnologias nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, novos materiais e de informação nas indústrias decisivas para o aumento das exportações: siderurgia, papel e celulose, mineração, bens de capital, energia (petróleo, biodiesel e álcool), agroindústria.
 - ✓ Articular a estratégia nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, com ênfase nos setores difusores de tecnologia, como *software*, semicondutores, fármacos, medicamentos e bens de capital, além de áreas estratégicas, entre elas: nanotecnologia, biotecnologia, biomassa, energias renováveis, tecnologia da informação e comunicação (especialmente TV digital e semicondutores).
- Comércio Exterior
 - ✓ Privilegiar o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações, em especial – e o fortalecimento das relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, buscando, ao mesmo tempo, ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático, bem como manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.
 - ✓ Promover o incremento das exportações, enfatizando, nos diversos setores, a agregação interna de valor e elevação do conteúdo tecnológico dos bens exportados, por meio de crédito, políticas industriais e tributárias. Combinar três linhas de ação: esforço exportador mais vigoroso, alargamento do mercado interno e investimento em infraestrutura e nos setores de ponta.
 - ✓ Impulsionar a desdolarização do comércio com os países da América Latina e estimular a ampliação do mecanismo de Convênios de Crédito Recíproco (CCR) e outros instrumentos que permitam o intercâmbio comercial em moedas nacionais.

- ✓ Garantir, nas negociações internacionais, a eliminação das práticas que distorcem o comércio e dos subsídios à exportação, bem como a capacidade de manter e ampliar instrumentos efetivos de defesa comercial dos setores sensíveis.
- ✓ Promover uma política de defesa comercial ativa, destinada a proteger o País contra práticas desleais de concorrência e agressões econômicas e a preservar os interesses nacionais nas transações bilaterais e nas relações com os organismos multilaterais.
- Micro, Pequenas e Médias Empresas
 - ✓ Estimular os micro, pequenos e médios empreendedores, por meio de medidas jurídicas, técnicas, fiscais e creditícias.
 - ✓ Aprofundar a política nacional para micro, pequenas e médias empresas, conforme Lei Geral que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia, ao mercado e às exportações.
 - ✓ Simplificar a legislação de abertura de empresas.
- Desenvolvimento Produtivo Regional
 - ✓ Resgatar a Zona Franca de Manaus como um polo industrial, com incentivos para a integração das cadeias produtivas, incluindo peças e componentes, diversificação de seu parque industrial, agregando setores da biotecnologia e do agronegócio com o aporte de tecnologias modernas para o desenvolvimento sustentável.
- Fortalecimento Institucional
 - ✓ Implementar contratos de gestão com instituições como Inmetro, Apex Brasil, ABDI e outras.
 - ✓ Substituir a mão-de-obra terceirizada presente no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e em suas entidades vinculadas por pessoal de carreira.

O QUE FOI FEITO

A) RETORNO DA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA: CRIAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE) E DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP)

Nos últimos oito anos, a economia brasileira apresentou ambiente propício à retomada dos investimentos, o que permitiu o expressivo desenvolvimento das atividades produtivas no País.

Diversas medidas de facilitação e de desoneração do investimento produtivo foram implantadas, em especial, o estabelecimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2003, para incentivar setores estratégicos, e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, que estabeleceu ações para um conjunto mais amplo de setores.

Após anos sem uma política industrial definida e sistematizada, essas políticas contribuíram para que o Brasil pudesse construir uma mudança de patamar competitivo da indústria, definindo linhas estratégicas e ações integradas para um horizonte de longo prazo. As medidas de política industrial foram orientadas ao fomento da inovação, diferenciação de produtos e serviços, ampliação da oferta de crédito, estímulo ao investimento produtivo, fortalecimento do sistema de metrologia, modernização e capacitação do parque industrial e expansão de políticas voltadas às pequenas e às médias empresas.

Essas medidas contribuíram, significativamente, para a melhoria do ambiente jurídico para a retomada do investimento e da inovação.

Para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico no longo prazo, o Governo articulou um esforço de vários órgãos para fortalecer a capacidade de produção e melhorar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira.

Hoje, é possível verificar uma evolução bastante favorável para o clima de investimentos no Brasil. As oportunidades de negócios e as reformas institucionais implementadas encorajaram o investimento em muitas áreas. O aumento considerável dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos reflete a melhoria nos fundamentos da economia nos últimos anos. Em 2002, o Brasil atraiu cerca de US\$ 16,59 bilhões de investimentos estrangeiros. Já em 2008, atingiu o recorde de US\$ 45,06 bilhões e, apesar da crise financeira mundial, US\$ 25,95 bilhões entraram no Brasil, em 2009. A estimativa para 2010 também é muito positiva, com a retomada de crescimento dos fluxos internacionais.

Para reduzir custos de investimentos e modernizar o parque industrial brasileiro, foram utilizados diversos mecanismos de incentivo e de desoneração do investimento produtivo, congregados pela PDP.

O BNDES alcançou níveis recordes de desembolsos e de aprovações de projetos para financiar investimentos produtivos de longo prazo. O Banco reforçou seu papel na efetivação dos investimentos, financiando novos projetos, em especial na infraestrutura e nos setores priorizados pela política industrial, com destaque para a sustentabilidade da expansão da economia, para o apoio ao investimento privado e às exportações, para a ampliação da capacidade de inovação na indústria e no setor de serviços e para o estabelecimento de pequenas e médias empresas em áreas estratégicas.

Os indicadores agregados de resultado do BNDES, principal agente de financiamento de longo prazo, mostram sucessivos recordes, entre 2003 e 2010. Até junho de 2010, em preços atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foram mais de R\$ 600 bilhões desembolsados, gerando um investimento total de mais de R\$ 1 trilhão no período. O BNDES realizou mais de 1,5 milhão de operações, sendo 92% delas com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) ou com pessoas físicas (microempreendedor, transportador autônomo ou produtor rural). Em bases anuais, o BNDES partiu de um desembolso de R\$ 59 bilhões (preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA) e da geração de investimentos de R\$ 99 bilhões, em 2002, para R\$ 149 bilhões de desembolso e R\$ 216 bilhões de investimentos alavancados, em 2009. Estes indicadores demonstram a importância do BNDES como principal instrumento indutor dos investimentos no País.

DESEMBOLSO, INVESTIMENTO ALAVANCADO E NÚMERO DE OPERAÇÕES DO BNDES – 2002 A JUNHO DE 2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	37.419	33.534	39.834	46.980	51.318	64.892	90.878	136.356	59.317	560.528
Investimento Alavancado	63.208	62.347	69.710	89.037	92.706	107.765	149.292	197.618	91.257	922.940
Número de Operações (milhares)	125	103	136	119	122	206	204	391	273	1.679

Fonte: BNDES.

Especificamente em relação ao financiamento à indústria, comércio e serviços, o apoio do BNDES visa dar conta de três grandes desafios:

- Ampliar a capacidade produtiva da indústria e do setor de serviços.
- Aumentar as exportações.
- Elevar a capacidade de inovação, fator essencial para o crescimento em um mundo globalizado.

O desembolso do BNDES no período foi de cerca de R\$ 313 bilhões, com um total de 636 mil operações, que alavancaram investimentos da ordem de R\$ 423 bilhões. O desembolso do Banco e seu investimento alavancado praticamente quadruplicaram de 2002 a 2009. Com relação ao número de operações efetuadas, em 2009 foram realizadas, aproximadamente, dez vezes mais operações que em 2002.

FINANCIAMENTO À INDÚSTRIA, COMÉRCIO E OUTROS SERVIÇOS (BNDES) – 2002 A JUNHO DE 2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	20.244	19.370	18.626	27.048	32.082	34.261	50.187	80.847	30.616	313.282
Investimento Alavancado	24.309	22.163	22.764	32.780	42.335	47.358	76.387	114.127	40.929	423.152
Número de Operações (milhares)	21	26	16	23	36	71	90	205	158	636

Fonte: BNDES.

Melhoria do ambiente de negócios: desoneração tributária, sustentação e promoção de investimentos

Nos últimos oito anos de Governo, foram conduzidas, no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), ações voltadas para a melhoria do ambiente de negócios e para aumentar os investimentos, a inovação e as exportações.

No caso da PITCE, estabeleceram-se ações voltadas para criar um ambiente propício para a indústria – com a introdução de novas leis de incentivos fiscais e com a melhoria da relação público-privado (criando a possibilidade de subvenção econômica para empresas, por exemplo) – e foram instituídos instrumentos que estimulam a interação universidade-empresa. Na PDP, deu-se continuidade a essas ações e foram colocadas em prática medidas de melhoria do ambiente jurídico para investimento e para inovação, de desoneração tributária e de simplificação de procedimentos para exportação.

A melhoria do ambiente de negócios se deu por meio das seguintes ações:

- Disponibilização de informações sobre investimentos para ampla utilização e consulta. Redução do custo de aquisição de bens de capital e de informática e telecomunicação, quando não há produção nacional do bem.
- Estabelecimento de Processos Produtivos Básicos, como contrapartida a incentivos fiscais. Redução de Taxas e Alongamento de Prazos.
- Geração de uma série de programas de financiamento que, tendo em vista sua envergadura, mereceram destaque posteriormente.

Objetivo

Promover o desenvolvimento econômico e da indústria brasileira, por meio da desoneração tributária e da sustentação e promoção de investimentos, para uma melhoria do ambiente de negócios.

Data de início

2003

Instrumentos legais

- Lançamentos da PITCE, de 2004, e da PDP, de 2008.
- Decreto nº 783, de 1993
- Lei nº 10.176, de 2001
- Resolução Camex nº 35, de 25 de novembro de 2006
- Portaria SDP nº 15, de 3 de setembro de 2004.

Participação e controle social

O controle social é realizado por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e dos fóruns de competitividade.

O CNDI é um fórum formado por representantes de Governo, empresários, trabalhadores e acadêmicos, em assessoramento ao presidente da República, e é presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Modelo de gestão

A discussão sobre as ações de Governo para a melhoria do ambiente de negócios e para a promoção de investimentos ocorre no âmbito do CNDI e das estruturas de gestão estabelecidas na PDP.

O lançamento da PDP levou à estruturação de um sofisticado sistema de gerenciamento, inspirado por três objetivos:

- Definir responsabilidades de performance para garantir a eficiente implementação da política.
- Promover a articulação da PDP com outras políticas de desenvolvimento.
- Induzir o uso coordenado dos instrumentos da política pelos diferentes agentes públicos..

A Figura a seguir apresenta a estrutura institucional e o sistema de governança da PDP, identificando papéis e instituições responsáveis. A coordenação geral da política é realizada pelo MDIC, que se reporta ao CNDI.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL E SISTEMA DE GOVERNANÇA DA PDP

CDI		CASA CIVIL, MF, MPOG, MCT		
MDIC				
COORDENAÇÃO GERAL		CONSELHO GESTOR		
ABDI, BNDS, MF				
SECRETARIA EXECUTIVA				
Destaques Estratégicos	Programas Mobilizadores	Programas para o fortalecimento da competitividade	Programas para consolidar e expandir liderança	Ações Sistêmicas
Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: MDIC	Coord: Casa Civil
5 programas	6 programas	12 programas	7 programas	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Renai

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai) se constitui rede de informações sobre a atividade de investimento no País, com o apoio de parceiros como órgãos estaduais de fomento de investimentos e entidades de classe empresariais. A Rede visa tornar disponíveis essas informações para ampla utilização e consulta por parte de investidores, de entidades de fomento do desenvolvimento, de órgãos de pesquisa, de organismos públicos, de agências internacionais etc.

Sua criação permitiu uma maior integração e o estabelecimento de uma intensa parceria entre o MDIC e seus homólogos na esfera estadual, na sua busca pela implantação de investimentos produtivos.

Como resultado das ações para a promoção de investimento desenvolvidas pela Renai, as informações disponíveis no sítio do MDIC na internet (<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br>), com destaque para o banco de oportunidades de investimento, têm registrado em torno de cinco mil acessos médios mensais e mais de um milhão de hits anuais, a partir de mais de 120 países. Além do grande volume de acessos originados de empresas brasileiras, os principais países que consultaram as informações da Renai, no período de 2007 a 2010, foram Portugal (28,2%), Itália (9,9%), Japão (9,4%) e México (6,9%).

Ex-tarifário

O regime de ex-tarifário é um dos mecanismos para redução do custo de aquisição de bens de capital e de informática e telecomunicação. É a redução do imposto de importação desses bens (assinalados como BK e BIT, na Tarifa Externa Comum do Mercosul) quando não houver a produção nacional.

Esse mecanismo possibilita o aumento da inovação tecnológica por parte de empresas de diferentes segmentos da economia – conforme preconizado nas diretrizes da PDP, além de garantir um nível de proteção à indústria nacional de bens de capital, uma vez que a redução tarifária só é concedida para bens que não possuem produção no País. O mecanismo também produz efeito multiplicador de emprego e de renda sobre segmentos diferenciados da economia nacional, participa do esforço de adequação e de melhoria da infraestrutura nacional e estimula os investimentos para o abastecimento do mercado interno de bens de consumo.

Nos anos de 2006 e 2007, foi promovida reformulação da regulamentação do mecanismo, o que atualizou os procedimentos tanto em relação aos prazos quanto em relação aos mecanismos nela disciplinados a respeito do regime de ex-tarifários.

A aplicação de ex-tarifário possibilitou avanços tecnológicos significativos em setores importantes da economia tanto no que se refere à geração de renda quanto em relação à geração de emprego e de exportação.

Destacam-se as desonerações de equipamentos para projetos de investimento dos setores siderúrgico, da mineração, de bens de capital, petroquímico, automotivo, de geração de energia e da construção civil pesada, podendo-se citar as obras de expansão do metrô na cidade de São Paulo (SP), da Rodoanel, no estado de São Paulo, das usinas hidroelétricas de Santo Antonio e de Jirau, no estado de Rondônia, a implantação de infraestrutura no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e a construção de novas usinas termelétricas, dentre outros.

Como medidas de desoneração do investimento, foram aprovadas mais de 10 mil concessões de ex-tarifários para aquisição de bens de capital e de informática e telecomunicação, quando comprovada a inexistência de produção nacional. Os investimentos globais esperados, associados a essas importações, são de mais de US\$ 137,8 bilhões.

APLICAÇÃO DE REGIME EX-TARIFÁRIO – BRASIL – 2003-2010

	Pleitos	Investimento em bens importados (US\$) (A)	Investimentos globais vinculados (US\$) (B)	Pleitos aprovados (com reduções tarifárias)	A/B (%)
2003	1.079	940.880.659	12.588.930.233	899	7,47
2004	1.130	510.259.060	2.945.118.501	588	17,33
2005	1.528	1.973.050.897	16.618.425.915	1.215	11,87
2006	1.560	2.048.165.300	12.694.543.228	1.350	16,13
2007	1.899	2.617.215.103	11.059.235.382	1.210	23,67
2008	2.564	5.102.536.604	20.381.420.339	1.794	25,04
2009	1.965	5.313.685.273	51.588.129.947	1.836	10,30
2010	1.400	2.351.718.752	9.937.332.151	1.176	23,67
Total	13.125	20.857.511.648	137.813.135.696	10.068	15,13

Processos Produtivos Básicos (PPB)

Uma importante ferramenta para promover o adensamento de cadeias produtivas nacionais, o PPB determina o conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. Assim, por meio dos PPBs, se estabelecem as etapas fabris mínimas necessárias, a serem cumpridas pelas empresas ao fabricarem determinado produto, como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei (Lei de Informática e Zona Franca de Manaus).

De 2003 a agosto de 2010, foram publicadas 729 portarias de fixação ou de alteração de PPB, com destaque para setores estratégicos por volume de investimentos, quantidade de empregos gerados, conteúdo tecnológico, exportação e fortalecimento da cadeia produtiva, como microcomputadores (desktop e notebooks), televisores de tela fina (LCD e LED), telefones celulares, cartões inteligentes (smart card), radares transportáveis de vigilância, além de componentes, partes e peças para motocicletas.

Redução de taxas e alongamento de prazo de linhas de financiamento do BNDES

Tiveram como objetivo fortalecer a economia nacional, aumentando a competitividade das empresas por meio da redução dos encargos financeiros e da ampliação de prazos de financiamento.

As medidas, nesse sentido, foram:

- Redução de 20% no spread básico médio do conjunto de linhas de financiamento do BNDES: de 1,4% a.a. para 1,1% a.a.
- Nas linhas para comercialização de Bens de Capital: redução de 40% do spread básico (de 1,5% a.a. para 0,9% a.a.).
- Duplicação do prazo para a indústria no Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame): de 5 anos para 10 anos.
- Redução de cerca de 40% da taxa de intermediação financeira: de 0,8% a.a. para 0,5% a.a.

Criação de programas mobilizadores em áreas estratégicas

Os programas mobilizadores em áreas estratégicas fazem parte da Política de Desenvolvimento Produtivo e buscam articular uma grande diversidade de instrumentos, com especial atenção à disponibilização de recursos para todas as etapas do ciclo de inovação.

A construção da competitividade está fortemente relacionada à superação de desafios científico-tecnológicos para a inovação, exigindo o compartilhamento de metas do setor privado, com institutos tecnológicos e comunidade científica.

Na composição dos programas mobilizadores em áreas estratégicas estão o complexo industrial da saúde, as tecnologias da informação e comunicação, a nanotecnologia, a biotecnologia, o complexo industrial da energia nuclear e o complexo industrial da defesa.

Objetivo

Transformar a estrutura produtiva da indústria, com domínio do conhecimento científico-tecnológico em áreas estratégicas, desenvolvendo uma indústria brasileira competitiva.

Data de início

12/5/2008

Instrumento legal

- Lançamento da PDP

Participação e controle social

No Programa Complexo de Saúde, essa interlocução é feita no Fórum de Participação Civil e no de Energia Nuclear são realizadas reuniões e eventos, visto não existir instância de articulação formal público-privada.

Para o Programa Complexo Industrial da Defesa, foi constituída a Comissão Militar da Indústria de Defesa (Cmid), fórum composto de representantes de organizações militares das Forças Armadas e da Administração Central do Ministério da Defesa.

No site www.pdp.gov.br, a Agenda de Ação e o Relatório de Acompanhamento das seis áreas permitem ver detalhadamente a evolução dos programas.

Modelo de gestão

A Coordenação Geral da PDP cabe ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com o apoio de uma Secretaria Executiva, formada pelo Ministério da Fazenda, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e BNDES.

No âmbito da PDP, o conjunto dos Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A gestão de cada um dos seis programas é realizada pelos comitês executivos formados por representantes de áreas/órgãos afins de cada programa em questão.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Essas áreas já eram objeto de atenção na PITCE. Com a PDP, criaram-se agendas de ação, com medidas específicas para cada área e com definição de responsáveis e de prazos de execução. Nos programas mobilizadores em áreas estratégicas, foram apontadas áreas de destaque para pesquisa, desenvolvimento e inovação, identificadas como fronteiras prioritárias para que o País venha a ter papel relevante no cenário global em atividades que, no futuro, concentrarão boa parte das inovações e dos ganhos de competitividade, devendo compor as referências básicas na definição das prioridades e no uso dos instrumentos de política das diversas instituições de governo.

Resultados**Complexo Industrial de Saúde (CIS)**

- Revisada a regulamentação de compras governamentais: proposta de anteprojeto de lei foi aprovada no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde e encaminhada à Casa Civil.
- Apoiadas parcerias para o desenvolvimento produtivo entre laboratórios públicos e empresas privadas: assinadas parcerias que representam valor de compras da ordem de R\$ 650 milhões/ano, com economia estimada em R\$ 130 milhões/ano, considerando os próximos cinco anos.
- Estimulada a produção pública e a inovação do CIS, por meio de recursos orçamentários do Ministério da Saúde (MS): repassados R\$ 34,05 milhões, em 2008, e R\$ 40,50 milhões, em 2009.
- Apoiados projetos de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Programa Novo Profarma (produtores públicos e privados): o Investimento total em projetos contratados, carteira Profarma, foi da ordem de R\$ 2,4 milhões (Março de 2010 – fonte BNDES).
- Estabelecidas iniciativas voltadas para o desenvolvimento do conhecimento científico-tecnológico visando ao SUS:
 - ✓ Contratado um Centro Nacional de Toxicologia em 2008 (Santa Catarina).
 - ✓ Contratada a construção da Unidade de Aconselhamento Genético em Câncer Hereditário e Laboratório de Oncogenética.
 - ✓ Implantado o Laboratório de Avaliação e Caracterização de Insumos Farmacêuticos.
 - ✓ Implantado o Laboratório de Análise de Insumos Farmacêuticos (Rio Grande do Sul).
- Apoiados projetos de inovação de interesse do SUS, pelo Novo Profarma – Subprograma de Inovação: foram contratados 25 projetos, até março de 2010, representando cerca de R\$ 443,849 milhões, que representam cerca de 30% do total previsto (R\$ 1,5 bilhão) para ser investido em inovação, até 2012.

- Estimulado o desenvolvimento de equipamentos médicos e de materiais de uso em saúde: selecionados nove projetos de sete instituições (R\$ 12,3 milhões), pela chamada pública para apoio à P,D&I do setor de equipamentos e de materiais de uso em saúde.
- Desenvolvido o Desfibrilador Externo Automático (DEA): tema incluído no Edital de Equipamentos Médicos CNPq 2007 e na chamada pública MCT/Finep/MS/SCTIE/Ação Transversal – Projetos Cooperativos ICT Empresas – jul/2008.
- Estruturadas e desenvolvidas redes tecnológicas: Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC) e Rede Multicêntrica de Avaliação de Implantes Ortopédicos (Remato).
- Firmado termo de cooperação e assistência técnica entre o Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), MDIC e Inmetro para desenvolver ações de cooperação técnica para a Garantia da Qualidade e Segurança de Dispositivos Médicos, submetidos ao regime de controle sanitário.
- Ampliada a capacidade de ensaios laboratoriais pelo Inmetro (equipamentos médicos).
- Contratados os centros de inovação em produtos médicos dos estados de São Paulo – Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade de São Carlos (UFSCar) – do Rio de Janeiro – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppetec/UFRJ) – e da Paraíba – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Paraíba (UEPB).

Tecnologia da informação e comunicação (TIC)

- Aperfeiçoado o Repes:
 - ✓ Eliminada a exigência de uso de software exclusivo de controle.
 - ✓ Reduzido para 60% do percentual de exportação, requerido para usufruto dos incentivos fiscais.
 - ✓ Eliminada a restrição de acesso para empresas usuárias do Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) (Artigo 4º, Lei 11.774, de 17, de setembro de 2008, conversão da MP nº 428, de 2008 e regulamentada pelo Decreto nº 6.887, de 25, de junho de 2009).
- Desonerada a folha de pagamento:
 - ✓ Reduzida a contribuição para o Sistema S para até zero, de acordo com a participação das exportações no faturamento total da empresa (medida contemplada nº 5º do art.1º do Decreto 6.945, de 2009). Redução igual à fórmula aplicada ao INSS.
- Deduzidas em dobro as despesas com programas acelerados de capacitação de pessoal (Artigo 13-A da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, incluído pela Lei nº 11.908, de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 6.945, de 21 de agosto de 2009).
- Estabelecido que empresas de informática e de automação deduzam do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) os dispêndios relativos à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação (PD&I), multiplicados por um fator de até 1,8 (Artigo 4º da Lei nº 11.774, de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.945, de 21 de agosto de 2009, e pelo Decreto nº 6.909, de 22 de julho de 2009).
- Desonerada a folha de pagamento: reduzida a contribuição patronal para a seguridade social sobre a folha de pagamento para até 10% (Artigo 14, Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, conversão da MP nº 428, de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.945, de 21 de agosto de 2009).
- Renovado e ampliado o novo Programa para o Desenvolvimento na Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft): R\$ 1 bilhão entre 2007 e 2010.
- Estendidas ao setor de software as condições previstas pelo Novo Revitaliza: medida implantada por meio do novo Prosoft.
- Aperfeiçoado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis): eliminada a restrição de acesso aos incentivos do Programa na aquisição de máquinas (Artigo 6º, da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.887, de 2009).
- Reduzidas as alíquotas de Imposto de Importação sobre Bens de Capital, insumos para fabricação de circuitos integrados e displays: a Medida Provisória nº 472, de 15 de dezembro de 2009, permite a redução até zero do imposto de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (softwares), para incorporação ao ativo imobilizado e insumos importados.
- Fortalecido o Programa CI Brasil e modernizados os centros de P&D (incluindo tecnologia de processo).
- Criada a empresa pública Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) e nomeados seus novos executivos: completada a infraestrutura do Ceitec, com o acionamento das máquinas em fevereiro/2010 e investimento total de R\$ 400 milhões. O primeiro produto deverá ser um chip de RFID (Radio-Frequency Identification).

- Implantado o Programa Brasileiro de Displays, focado nos segmentos identificados pelo GT: incorporado ao Programa de Atração de Investimentos em Display (Paied) e estruturado pelo programa de financiamento e de capitalização de empresas fabricantes de displays do BNDES.
- Implantado o Paied: o Programa foi criado no GT-Displays e tem desenvolvido atividades de promoção do ambiente de negócios brasileiro para a indústria de mostradores.
- Promovido o novo Programa Cidadão Conectado—Computador para Todos: lançado o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em 5 de maio de 2010, o qual objetiva ampliar o acesso à internet em banda larga no País.
- Promovido o Novo Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro (PROTVD): o Programa foi reformulado, resultando em expressivo crescimento dos desembolsos pelo BNDES. O desembolso do PROTVD Difusão, em 2008, foi de R\$ 5,3 milhões, quatro vezes superior ao desembolsado em 2007 (R\$ 1,3 milhão).

Energia Nuclear

- Ampliação do Ciclo do Combustível Nuclear: realizados investimentos para aumento da produção de concentrado de urânio. Está em curso a implantação da planta de enriquecimento isotópico.
- Produção de UF₆ (conversão): em fase final de implantação a planta-piloto da usina de conversão. A implantação da unidade industrial terá início tão logo sejam equacionados os recursos financeiros necessários.
- Fabricação de componentes das novas usinas nucleares: em andamento, medidas voltadas para a atualização tecnológica da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), para fornecimento de serviços de mecânica pesada para as usinas nucleares.
- Recomposição da capacitação do setor nuclear: estruturação do programa de pós-graduação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Anualmente, são concedidas 125 bolsas de mestrado e de doutorado para especialização de profissionais do setor.
- Ampliação da produção de radiofármacos: vinculada ao desenvolvimento do projeto do Reator Multipropósito Brasileiro, que produzirá radioisótopos para uso em medicina e possibilitará a prestação de serviços de irradiação, associados a processos de pesquisa, de desenvolvimento e de capacitação para o setor nuclear. O projeto do Reator Multipropósito Brasileiro está em fase de desenvolvimento do modelo conceitual. Já foram alocados recursos para contratação dos serviços de engenharia para desenvolvimento do projeto básico.
- Fortalecimento da participação da indústria nacional na cadeia produtiva do setor nuclear: iniciados a elaboração do mapeamento da cadeia produtiva do setor e os trabalhos para levantamento de dados de demanda e de produção nos cinco segmentos identificados no setor nuclear (mineração, produção de combustível, usinas nucleares, radiofármacos e serviços de processamento por irradiação).
- Implementação da Política Brasileira de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos: em fase inicial.

Complexo industrial de defesa - Medidas da agenda de ação em andamento

- Ampliar compras governamentais de equipamentos nacionais, sobretudo no aparelhamento e na modernização das Forças Armadas e de órgãos de segurança.
- Regulamentar compras governamentais, estimulando a subcontratação de médias, pequenas e microempresas locais em compras governamentais.
- Ampliar recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para P,D&I e formação de RH.
- Apoiar a indústria de defesa nacional no oferecimento de contrapartidas e de garantias nas exportações.
- Promover a participação da Base Industrial de Defesa do País em parcerias internacionais.
- Adequar a legislação sobre exportação de produto de defesa.
- Apoiar a adequação das certificações nacionais ao nível internacional.
- Fortalecer a participação em feiras e em conferências nacionais e internacionais.
- Ampliar a capacitação nacional nas áreas estratégicas de interesse da defesa.

Criação de programas para fortalecer a competitividade

Os programas para fortalecer a competitividade fazem parte da PDP e contemplam complexos produtivos com potencial exportador e/ou com potencial de gerar efeitos de encadeamento sobre o conjunto da estrutura industrial.

O complexo automotivo, a indústria de bens de capital, a indústria marítima, a indústria têxtil e de confecções, o complexo de couro, de calçados e de artefatos, o setor de higiene pessoal, de perfumaria e de cosméticos, o setor de madeira, de móveis e de plásticos, o complexo produtivo do biodiesel, a agroindústria, a construção civil, o complexo de serviços são os sistemas

produtivos enquadrados nessa categoria de programas. Sua abrangência foi ampliada, após o lançamento da PDP, com a inclusão de setores de brinquedos, de eletrônica de consumo e de trigo.

Objetivos

Aumentar as oportunidades para o sistema produtivo doméstico por meio de cinco objetivos estratégicos de médio/ longo prazos, que usam como referência os objetivos globais da política: liderança mundial, conquista de mercados, focalização, diferenciação e ampliação de acesso.

Data de início

12/5/2008

Instrumento legal

- Lançamento da PDP.

Participação e controle social

A participação social é realizada por meio de instâncias de articulação público-privadas (fóruns de competitividade, grupos de trabalho), especialmente constituídas após o lançamento da PDP ou já existentes. O controle social é favorecido por meio do site www.mdic.gov.br e também pelo www.pdp.gov.br, de livre acesso. Ambos permitem o acompanhamento das ações e os resultados dos programas da PDP.

Modelo de gestão

No esfera da PDP, o conjunto dos programas para fortalecer a competitividade é coordenado pelo MDIC. Cada programa desse conjunto tem um gestor designado, um comitê executivo composto por integrantes de governo, e dispõe de fórum de competitividade ou de outro instrumento de articulação, no qual figuram, também, representantes do setor empresarial e dos trabalhadores. As funções desses comitês são fortalecer a articulação intragovernamental, assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, apoiar a coordenação geral no monitoramento e encaminhar aperfeiçoamentos em seus respectivos programas.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Os programas para fortalecer a competitividade buscam o uso articulado de incentivos fiscais e financeiros, de regulação, de poder de compra e de apoio técnico para implementar ações que elevem o patamar de competitividade setorial. Foram mapeados os instrumentos de política existentes (incentivos, regulação, poder de compra, apoio técnico) e os órgãos/instituições por eles responsáveis. Essa etapa atendeu a dois objetivos: realizar um balanço das ações em curso e dos instrumentos à disposição da política, para identificar eventuais lacunas ou possibilidades de aperfeiçoamento e construir um diagnóstico mais preciso quanto às necessidades de coordenação e de articulação de instrumentos e de instituições governamentais, considerando os desafios propostos para cada sistema produtivo. Com base nesse levantamento, foram identificadas iniciativas prioritárias para os diversos sistemas produtivos. Para cada uma, foram estabelecidas medidas concretas e diretrizes para o período 2008-2010, definindo-se órgãos responsáveis por sua implantação, prazo de implementação e recursos disponíveis, quando cabível.

Resultados

Complexo automotivo

- Financiamento à ampliação e à consolidação do setor de autopeças: As medidas previstas para ampliar e para consolidar o setor de autopeças eram a estruturação de um fundo destinado às pequenas e às médias empresas fabricantes de autopeças (FDIC) e a criação do Finame leasing, que permitiria operações de arrendamento mercantil para ampliar o acesso ao financiamento de máquinas e de equipamentos. Apenas a primeira medida ainda não foi implementada, embora tenha havido avanços em 2010, quando foram realizadas diversas reuniões com bancos privados, BNDES, Sindipeças e MDIC.
- Desoneração tributária: Além de permitir a depreciação de máquinas e de equipamentos utilizados na fabricação de automóveis e de autopeças, foi aprovada a ampliação do prazo de apuração e de recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das autopeças, de decenal para mensal, e estendido o prazo de recolhimento do IPI para autopeças destinadas à reposição.

- Foi reduzida a alíquota do IPI dos automóveis de passageiros, de veículos de transporte de carga, de tratores e de outros veículos terrestres, de suas partes e de seus acessórios. Foram reduzidas a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta da venda de veículos e de embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica, quando adquiridos pela União, estados e municípios.
- Financiamento às exportações: Foi aprovada a inclusão dos bens do setor automotivo na lista de bens elegíveis pelo programa em operações intercompanias do Programa de Crédito às Exportações (Proex Equalização).
- Financiamento à engenharia automotiva: O BNDES criou linha de financiamento para a engenharia automotiva, para financiamento de mão de obra, de projeto básico, de desenvolvimento de protótipos e de novos produtos, além de construção de centros de desenvolvimento.
- Defesa comercial lato sensu: Duas medidas visavam à defesa comercial do setor de autopeças. A primeira foi criar certificação compulsória de autopeças de segurança para o mercado de reposição, sendo o primeiro passo a priorização, no Plano Quadrienal de Certificação do Inmetro, de quatro grupos de autopeças de segurança (rodas, iluminação, freios e direção). A segunda medida foi complementar à primeira, pois permite financiar laboratórios para certificação de autopeças. O financiamento está sendo executado na linha de financiamento para engenharia do BNDES e pela linha BNDES - Inovação.
- Ampliação de mercados: A medida prevista era gerar uma agenda de acordos multilaterais. O setor automotivo propôs a negociação de acordos de comércio com países e com blocos econômicos, com o objetivo de manter os atuais mercados e de buscar novos. A Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores (Anfavea) selecionou um conjunto de países, com base em parâmetros econômicos e mercadológicos, sendo o trabalho apresentado ao MDIC, que o encaminhou ao Departamento de Negociações do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Com a crise internacional, o trabalho está sendo reavaliado para adequação ao novo cenário.
- Financiamento para produção: Criada linha de financiamento de R\$ 3 bilhões do Banco do Brasil para capital de giro para empresas de autopeças.
- Financiamento para comercialização: Recursos do Banco do Brasil para bancos de montadoras financiarem a venda de veículos.
- Estímulo às exportações: Permissão para a combinação de regimes aduaneiros especiais: alterada a disposição de regulamentação do regime especial de Depósito Alfandegado Certificado (DAC), permitindo que mercadorias nacionais ali depositadas e configuradas como já exportadas fossem transferidas para o Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), o que reduz custos logísticos e tempo de entrega.

Bens de capital

- Desoneração tributária: depreciação acelerada, compensação dos créditos tributários federais, alteração dos prazos de recolhimento de IPI, desoneração de PIS/Cofins e de IPI na aquisição de bens de capital.
- Financiamento à produção e à modernização: o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi de vital importância para manter e para retomar o nível de atividade da indústria. Segundo o BNDES, foram usados cerca de R\$ 62 bilhões somente para projetos envolvendo bens de capital. A redução dos spreads bancários operados pelo BNDES foi recebida pelo mercado como uma medida positiva, pois amplia e facilita o acesso a um maior número de empresas.
- Há 14 medidas associadas a esse setor. Os recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a depreciação acelerada para bens de capital utilizados nas atividades de pesquisa, o desenvolvimento de inovação e a ampliação de linhas de financiamento, por exemplo, são medidas de significativa importância para aumentar o nível de investimento em inovação das empresas.

Têxtil e confecções

- Novo Revitaliza: linha de financiamento voltada às atividades produtivas intensivas em mão de obra, com dotação orçamentária de R\$ 9 bilhões (entre 2009 e 2010). O programa anterior foi reestruturado e renovado, com a exclusão do limite de receita operacional bruta das empresas e com a adequação ao atendimento de toda a cadeia produtiva. Com isso, em 2009 houve desembolso de R\$ 27,55 milhões para o setor de confecções e de R\$ 85,96 milhões para o têxtil.
- Facilitação do acesso ao crédito e divulgação das linhas existentes: estendido o prazo do Proex Financiamento e Equalização para os setores têxtil e de confecções, de madeira e móveis, de couro e calçados e ampliado de R\$ 60 milhões para R\$ 600 milhões o limite de crédito das empresas habilitadas a captar recursos do Programa (Portaria MDIC nº 112, de 12 de maio de 2008, e Resolução Camex 10, de 17 de fevereiro de 2009).
- Promoção do diálogo entre os elos da cadeia produtiva e entre cadeias produtivas: foi lançado o Sistema Moda Brasil (SMB), em novembro de 2008. O SMB visa articular o setor têxtil e de confecções com outros setores relacionados à moda (gemas, joias e afins; e couro, calçados e artefatos), possibilitando a realização de atividades conjuntas: promoção de eventos, capacitação de mão de obra, divulgação do conceito da moda, incentivo ao investimento em inovação etc.

- Construção da Agenda Tecnológica Setorial (ATS).

Madeira e móveis

- Novo Revitaliza: excluído o requisito de limite de receita operacional bruta das empresas e redefinido os parâmetros (Lei nº 11.786, de 2008, resolução BNDES nº 1.641, de 2008, e Resolução Bacen nº 3.630).
- Aumento do prazo de financiamento do Proex para o setor de madeira e móveis (de quatro meses para 12) – (Portaria MDIC nº 112, de 12 de maio de 2008, revogada pela Portaria MDIC nº 98, de 7 de maio de 2009).
- Fomento das estratégias comerciais para vendas de produtos de maior valor agregado no mercado interno: as franquias serão contempladas na Política Nacional de Comércio e Serviços, em fase final de elaboração no MDIC, com a participação de entidades privadas, como a Associação Brasileira de Franchising.
- Implantação do Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva e Desenvolvimento de Fornecedores de Madeira e Móveis do Mercosul: elaboração da proposta do Projeto Regional de Competitividade da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis adequada às normas Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem) para países-parte.
- Melhoria no posicionamento do produto brasileiro nos mercados-alvo – Brasil Casa Design: procura-se identificar novos mercados-alvo, em conjunto com a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimóvel) e com empresas do setor (incluindo acessórios e objetos de decoração).

Higiene, perfumaria e cosméticos (HPPC)

- Internacionalização do setor: reestruturação do projeto do setor com a Apex - aprovação da Resolução GMC (Critérios para a Assinatura de Acordos de Simplificação de Procedimentos de Controle Sanitário de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes Grau 1, fabricados no Mercosul).
- Fortalecimento da cadeia: concluída a etapa um do Plano de Desenvolvimento Setorial (PDS) – convênio Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – e iniciada a etapa dois do PDS. O plano consiste em promover ações para fortalecer as indústrias de HPPC, por meio de medidas estruturantes para o setor e de atividades pontuais em núcleos regionais.
- Modernização das normas aplicadas ao setor: destaque para a Lei Complementar nº 128, que modificou a Lei Geral do Simples, e também para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que implementou importantes modificações, como a isenção de registro e a notificação dos produtos de HPPC produzidos exclusivamente para a exportação.
- Utilização da sustentabilidade como diferencial competitivo: ações para fomentar a adoção de produção mais limpa e de práticas de reciclagem, como a realização de quatro capacitações sobre Produção Mais Limpa, nos núcleos regionais de São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Construção civil

- Inclusão de materiais de construção entre os itens financiáveis pelo cartão BNDES e criação de linha de financiamento para projetos industriais de produção de soluções para a construção industrializada.
- Implantado o Regime Especial Tributário (RET), com alíquota reduzida do patrimônio de afetação para empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS): redução da alíquota do RET de 7% para 1%, até 2013, substituindo a incidência de PIS, Cofins, IRPJ e CLSS relativos a Patrimônio de Afetação em empreendimentos de habitação de interesse social – até R\$ 60 mil (Lei nº 12.024, de 2009).
- Redução do IPI de 30 itens de materiais de construção, a partir de março de 2009.
- Publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em 18 de março de 2010, a Norma Técnica NBR-ISO 12.006, que versa sobre a Organização da Informação da Construção, primeira etapa para implantação no País da Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling – BIM) (), prevista na PDP - Construção Civil para definir um padrão nacional e seu respectivo sistema de classificação de componentes da construção.
- Construção da Agenda Tecnológica Setorial (ATS).

Complexo de serviços

- O desenvolvimento e a proposta de regulamentação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), a partir dos Módulos de Venda (Exportação) e de Aquisição (Importação).
- Elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e minuta de decreto de regulamentação.
- Redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para as remessas ao exterior referentes à promoção comercial de serviços brasileiros no exterior, mediante a participação em feiras ou pesquisa de mercado (SISPROM – Módulo Serviços).

- Capacitação de empresas em comércio exterior, mediante Acordo de Cooperação Técnica entre o MDIC e o Banco do Brasil.
- Promoção da desconcentração das exportações de serviços mediante a ampliação em 50% dos Projetos Setoriais de serviços da Apex, em 2009.
- Aprovação, mediante Resolução Camex nº 45, de 2009, e Portaria nº 191, de 2009, de nova modalidade do Financiamento à Produção Exportável (Proex), com acesso restrito às empresas com faturamento anual máximo de R\$ 60 milhões.
- Concessão de alçada ao BB para aprovação de operações de financiamento à exportação de serviços, ao amparo do Proex, de até US\$ 1 milhão por operação.
- Ampliação de alçada ao BB para aprovação de operações de financiamento à exportação, sob o amparo do Proex, de até US\$ 10 milhões/produção audiovisual (inclusive propaganda).

Indústria marítima

- Apoio à expansão e à modernização industrial: pautadas nas encomendas da Transpetro, que continuam formando as principais medidas indutoras da PDP Marítima. No Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) foram licitados 46 navios e no Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo (Prorefam), outras 49 embarcações de apoio marítimo.
- Regulamentação da Lei nº 11.774 pelo Decreto nº 6.887, de 2009 (reduzindo a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins), e do Decreto nº 6.704, de 2008 (suspendendo a incidência do IPI).
- Promoção do investimento em P,D&I: cinco projetos relacionados à construção naval aprovados na chamada pública MCT/Finep/CT-Aquaviário 01/2008 e no lançamento da chamada pública MCT/Finep/CT-Aquaviário 01/2010.
- Formação da rede de P&D de construção naval e offshore.
- Aprovação, pelo BNDES, da concessão de financiamento de R\$ 1,1 milhão, em favor da InterOcean Engenharia, destinado ao desenvolvimento de projeto de engenharia naval de embarcação do tipo PSV-3000.
- Na ação Promoção da Qualificação Profissional, foram beneficiados todos os novos estaleiros instalados em Suape, Pernambuco, no Rio Grande, Rio Grande do Sul, e em Navegantes, Santa Catarina. Houve, também, incremento naqueles já existentes, principalmente em Niterói (Rio de Janeiro).
- Fortalecimento da cadeia produtiva: diminuiu-se o risco de crédito e performance das operações de financiamento do Fundo da Marinha Mercante aos estaleiros por meio da Lei nº 12.058, de 2009, e da Lei nº 11.786, de 2008.
- Catálogo Navipeças.

Couro, calçados e artefatos

- Novo Revitaliza: excluído o requisito de limite de receita operacional bruta das empresas e redefinidos os parâmetros (Lei nº 11.786, de 2008, Resolução BNDES nº 1.641, de 2008, e Resolução Bacen nº 3.630).
- Estendido o prazo de financiamento do Proex para os setores de couro (de quatro para 12 meses), de calçados (de seis para 12 meses) e de artefatos de couro (de seis para 12 meses) – Portaria MDIC no 112, de 12 de maio de 2008, revogada pela Portaria MDIC nº 98, de 7 de maio de 2009.
- Internacionalização de componentes de calçados – By Brasil: participação em 22 feiras e em estabelecimento de três redes comerciais.
- Programa de incorporação do Design-Moda: previsão de capacitação de 520 empresas nas quatro edições do projeto (média de 130 por semestre). Em implantação projeto de assistência técnica internacional.
- Programa de normalização de conforto para o setor calçadista: elaboradas as normas ABNT NBR 14.834, de 2008, ABNT NBR 14.835, de 2008, ABNT NBR 14.836, de 2008, ABNT NBR 14.837, de 2008, ABNT NBR 14.838, de 2008, ABNT NBR 14.839, de 2008, e ABNT NBR 14.840, de 2008
- Qualificar indústria para aplicação de tecnologia de set-up rápido: firmado convênio entre ABDI e Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos para os Setores do Couro, Calçados e Afins (Abrameq) e iniciado levantamento para diagnóstico do setor.
- Editada a Resolução Camex nº 14, de 3 de março de 2010, aplicando direito antidumping de US\$13,85/par sobre importações de calçados chineses, com validade até março de 2015.

Complexo agroindustrial

- Inclusão de produtos agropecuários no Drawback Verde-Amarelo: Lei nº 11.946, de 4 de junho de 2009. Portaria Conjunta RFB/Secex nº 467, de 25 março de 2010.
- Inclusão das cooperativas no Drawback Integrado: Lei nº 11.946, de 2009. Portaria Conjunta RFB/Secex nº 467, de 25 de março de 2010.

- Eliminação de restrição para empresas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado: Lei nº 11.945, de 4 junho de 2009, conversão da MP nº 451, de 2008; Portaria Conjunta RFB/Secex nº 467, de 25 de março de 2010.
- Ampliação do acesso ao crédito rural pelo produtor:
 - ✓ Disponibilização de recursos adicionais de vários fundos, no total de R\$ 5 bilhões.
 - ✓ Aumento do crédito direcionado com compulsório (de 25% para 30% = R\$ 5,5 bilhões) e do direcionamento dos recursos da poupança rural para a agricultura (de 65% para 70% = R\$ 2,5 bilhões).
 - ✓ Extensão do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) para operações de investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) contratadas a partir da safra 2008/2009.
 - ✓ Ampliação do prazo para renegociação das dívidas rurais após a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.
 - ✓ Ampliação do valor financiado pelo Pronaf Comercialização, de R\$ 2 milhões para até R\$ 10 milhões, quando destinado a cooperativas centrais.
 - ✓ Ampliação do limite dos empréstimos de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.
 - ✓ Linha de R\$ 500 milhões para produtores do Centro-Oeste.
- Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) para leite e para vinho, com garantia de preço mínimo.
- Criação da Linha Especial de Comercialização (LEC) na safra 2008/2009 para lã de carneiro, pêssego, maçã, mel e leite (deverá ser estendida para aves e suínos).
- Ampliação do prazo de pagamento de impostos para alimentos: prorrogada por 18 meses a desoneração do PIS/Cofins incidente sobre o trigo, a farinha de trigo e o pão francês (MP Nº 465, de 29 de junho de 2009).
- Inclusão de produtos não transgênicos em enquadramento especial no Proex.
- Criação de linhas de crédito com regras de enquadramento diferenciadas: o BNDES criou duas novas linhas de capital de giro isolado para promover a competitividade das empresas. O Programa Especial de Crédito (PEC) atende a empresas dos setores da indústria, comércio e serviços e financia capital de giro isolado no valor de até R\$ 200 milhões por beneficiário, limitado a 20% da Receita Operacional Bruta. O Programa de Crédito Especial Rural (Procer) atende a empresas agroindustriais dos CNAES C.10 (exceto C.10.8 e C.10.9), C.12, C.13.11, C.13.12, C.15.1, C.16.1, C.17.1, C.19.3, C.20.5 e C.28.3 e financia capital de giro isolado no valor de até R\$ 200 milhões por beneficiária, limitado a 20% da Receita Operacional Bruta.
- Criação de fundo para absorver os contratos e mitigar o risco dos produtores na compra de máquinas e de equipamentos agrícolas: por meio de Resolução CNM, os custos das linhas BNDES Finame Leasing, BNDES Finame Agrícola, BNDES Automático e BNDES Exim Pré-Embarque foram reduzidos para 4,5% ao ano na compra de máquinas e de equipamentos nacionais.
- Apoio a estudos para ampliar o aporte científico, tecnológico e inovador da cadeia produtiva de caprinos e de ovinos: o CNPQ lançou o Edital 17, de 2010, com recursos do Fundo Setorial de Agronegócio (CT-Agronegócio).
- Elaboração de diagnóstico do perfil tecnológico atual das MPEs do café, estudo de novos modelos tecnológicos nos processos produtivos e estudos de modelos de novos negócios para ampliar oportunidades das MPEs do café.
- Produção Integrada de Frutas (PIF), com programa de certificação para assegurar práticas adequadas de gestão ambiental no cultivo e ausência de substâncias agrotóxicas, com redução média de 50% de defensivos agrícolas, garantindo acesso aos mercados externos mais exigentes.

Biodiesel

- Promoção da inclusão social: 100 mil famílias cadastradas e oito novas cooperativas.

Brinquedos

- Capacitação profissional: realizadas reuniões entre setor privado, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Sebrae e MDIC para elaborar Programa de Capacitação Profissional do setor, que se encontra em fase final de negociação de parceria para disponibilização dos treinamentos.
- Promoção das exportações e defesa comercial: encontra-se em apreciação pela Camex o pleito da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) de inclusão na Lista de Exceção da Tarifa Externa Comum de partes e de peças de brinquedos, para reduzir o custo do insumo do produto final e torná-lo mais competitivo.
- Estímulos fiscais e creditícios: a atividade relacionada a design de brinquedos foi inserida na lista de itens financiáveis pelo Cartão BNDES. Tal medida constitui uma ação do pacote de incentivo à produção de design de brinquedos no Brasil, considerado o elo frágil da cadeia produtiva.
- Divulgação da importância da brincadeira na formação do cidadão: foi publicada, pelo Ministério da Educação, a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que ressalta a importância das brincadeiras nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

- Certificação compulsória, com maior grau de exigências desde 2009, em resposta aos recalls mundiais, ao crescente número de acidentes de consumo e à grande importação de produtos de péssima qualidade, com uso de tintas tóxicas e de peças perigosas.

Eletrônica de consumo

- Formuladas propostas de natureza tributária e de financiamento para incrementar a qualificação e a capacitação de mão de obra e estimular a inovação no setor. Em função da crise internacional, houve desoneração tributária do IPI, entre abril de 2009 e janeiro de 2010. As alíquotas dos produtos essenciais – refrigeradores, fogões e máquinas de lavar roupa e tanquinho – foram reduzidas, o que permitiu aumento de produção e de vendas, bem como a manutenção de empregos.

Trigo

- Obtenção de recursos para a pesquisa (R\$ 3,5 milhões) no Fundo Setorial do Agronegócio.
- Aprovação do Convênio Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio/Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias (MDIC/Abima) para o Diagnóstico do Consumo de Trigo e seus Derivados (R\$ 200 mil).
- Estabelecimento de especificações de farinha para os diferentes usos (realizado pela empresa Vilma Alimentos).
- Acordado novo padrão de classificação para consolidar as contribuições de consulta pública.
- Em construção um centro de capacitação para a agroindústria do trigo, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2011.
- Implementação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras de Trigo, em vigência desde janeiro de 2010.

Plásticos

- O Grupo de Trabalho de Modernização do Parque Industrial, coordenado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), reuniu a cadeia produtiva e alinou uma proposta voltada para o aumento da competitividade do setor de transformados plásticos, aprovada no fórum e em fase de implementação no BNDES e no Inmetro.
- Construção da Agenda Tecnológica Setorial (ATS).
- Utilização da sustentabilidade como diferencial competitivo: destaca-se a elaboração do estudo sobre o mapeamento da reciclagem dos plásticos no Brasil pela Plastivida, a construção da planta de polietileno verde da Braskem, no Rio Grande do Sul (a partir do álcool de cana-de-açúcar), e a ação de Desenvolvimento de Tecnologia de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos da ATS do setor.

Criação de Programas para Consolidar a Liderança

Os programas para consolidar e expandir a liderança fazem parte da PDP e contemplam setores e empresas com projeção internacional e com capacidade competitiva, que buscam consolidar e expandir essa liderança. Em sua maioria, incluem sistemas produtivos com significativos investimentos de longo prazo em curso, que contam com financiamento do setor público.

Os programas para expandir liderança incluem o complexo produtivo do bioetanol, o complexo industrial do petróleo, gás e petroquímica, o complexo aeronáutico e os complexos produtivos de commodities, como mineração, siderurgia, celulose e carnes.

Objetivo

Reforçar a competitividade do País pela consolidação e pela realização de novos investimentos, com ênfase na inovação e na internacionalização de empresas.

Data de início

12/5/2008

Instrumento legal

- Lançamento da PDP

Participação e Controle Social

A participação social ocorre por meio de instâncias de articulação público-privada (fóruns de competitividade ou outros instrumentos similares de articulação), especialmente constituídos após o lançamento da PDP, ou já existentes. Esses instrumentos de articulação integram representantes do Governo e da iniciativa privada (setor empresarial e representantes dos trabalhadores).

Por meio desses instrumentos, têm sido construídas e implementadas as agendas de ação dos programas, que asseguram maior comprometimento de todos os atores envolvidos. O controle social é favorecido por meio do site www.mdic.gov.br e também pelo www.pdp.gov.br, de livre acesso. Ambos permitem o acompanhamento das ações e dos resultados dos programas da PDP.

Modelo de gestão

No âmbito da PDP, o conjunto dos programas para consolidar e expandir a liderança é coordenado pelo BNDES. Cada programa integrante desse conjunto possui um gestor designado, conta com um comitê executivo composto por integrantes de governo e dispõe do fórum de competitividade ou de outro instrumento de articulação, no qual figuram, também, representantes do setor empresarial e dos trabalhadores. As funções desses comitês são fortalecer a articulação intragovernamental, assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, apoiar a coordenação geral no monitoramento e encaminhar, tempestivamente, aperfeiçoamentos em seus respectivos programas.

Finalidade e diferenciais

Os programas para consolidar e expandir a liderança contemplam setores e empresas com projeção internacional e capacidade competitiva, que buscam consolidar e expandir esta liderança.

Resultados

Bioetanol

- Apoio à ampliação de capacidade e fortalecimento da cadeia produtiva: desembolsos do BNDES de R\$ 17,4 bilhões até julho de 2010.
- Melhores práticas, sustentabilidade, padronização e certificação: medida implantada por meio do Decreto nº 6.961, de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento.
- Plano Diretor de Infraestrutura de Logística para Exportação de Etanol (PDIEE): construção (em andamento) do alcoolduto entre Senador Canedo, em Goiás, e São Sebastião, em São Paulo. Previsão de término: junho de 2011. Iniciado processo de licitação, pela Transpetro, para construção de 20 comboios destinados ao transporte de etanol na hidrovía Tietê-Paraná.
- Apoio à P,D&I:
 - ✓ Criação do Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), que complementa as atividades da Embrapa e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), para desenvolver pesquisas básica e aplicada em bioetanol voltadas para novas rotas de fermentação (enzimas) e etanol celulósico, com investimento total de R\$ 69 milhões.
 - ✓ Elaboração de Programa de P,D&I com foco em bioetanol e na cogeração de energia, resultando na criação da Embrapa Agroenergia.
 - ✓ Implantação de planta-piloto no Cenpes, Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, com investimento de R\$ 33 milhões da Petrobras, montada pela empresa Albrecht e desenvolvida em parceria com a UFRJ. Ensaios em bancada atingiram a produção de 220 litros de bioetanol por tonelada de bagaço de cana-de-açúcar, com potencial para alcançar cerca de 280 litros de etanol por tonelada de bagaço.
 - ✓ Fomento a projetos de P&D em rede para integração de pesquisas em bioetanol – apoio, no âmbito do Fundo Tecnológico (Funtec), do BNDES, de R\$ 40 milhões, entre 2009 e 2011, para apoio a projetos cooperativos de P&D no setor sucroalcooleiro e aprovação de duas encomendas no âmbito das ações transversais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), no valor de R\$ 20,5 milhões.
 - ✓ Fomento a projetos de P&D em rede para integração de pesquisas em bioetanol: apoio, no âmbito do Funtec (BNDES), de R\$ 40 milhões entre 2009 e 2011, para apoio a projetos cooperativos de P&D no setor sucroalcooleiro. Aprovadas duas encomendas na esfera das ações transversais do FNDCT, no valor de R\$ 20,5 milhões.
 - ✓ Elaboração do Programa de P,D&I com foco em bioetanol e na cogeração de energia: medida implantada, resultando na criação da Embrapa Agroenergia.
- Revisão da tributação do álcool nas usinas: medida implantada por meio da Lei nº 11.827, de 2008, e do Decreto nº 6.573, de 2008.
- Apoio à modernização do parque e à instalação de equipamentos mais eficientes nas novas unidades: para aumentar o incentivo à bioeletricidade, o BNDES aprovou, em agosto/2010, duas alterações para financiar projetos de cogeração a partir do bagaço da cana-de-açúcar: aumento do prazo de 14 para 16 anos e aumento do nível máximo de participação de 80% para 90% nos projetos que utilizem caldeiras com pressão acima de 60 bar.

- Regulamentação dos procedimentos para a conexão entre a usina e o sistema elétrico: medida implantada por meio da criação de oito Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG), cinco coletoras em Mato Grosso do Sul e três em Goiás.
- Ampliação da oferta de energia elétrica produzida a partir da cogeração com a queima do bagaço da cana-de-açúcar (leilão): contratação, a partir de 2009, de 2.379,40MW para o sistema elétrico, com a participação de 31 usinas termelétricas movidas a biomassa (bagaço de cana-de-açúcar e capim-elefante).

Carnes

- Consolidação de empresas brasileiras como principais players mundiais: JBS, Marfrig e BR Foods, respectivamente, como primeiro, segundo e quarto maior faturamento do setor.
- Pacto contra o desmatamento – “moratória da carne”: termo de compromisso estabelecendo a não comercialização de carne proveniente de fornecedores de gado responsáveis por desmatamentos recentes no bioma amazônico. A iniciativa prevê o estabelecimento de um programa de cadastro de fazendas fornecedoras e a implantação de um sistema rigoroso de monitoramento do desmatamento ao longo da cadeia produtiva.
- Desoneração das importações de fosfato bicálcico e de ácido fosfórico para suplementação mineral do gado: o Brasil não é autossuficiente na produção do fosfato bicálcico, principal matéria-prima para a produção do sal mineral, essencial à produtividade da pecuária. A suplementação mineral representa cerca de 23%, em média, do custo operacional da pecuária de corte. O ácido fosfórico é fundamental para a produção do fosfato bicálcico.
- Elaboração do estudo Plano de Logística eT: realizado pela Associação Nacional de Usuários de Transporte de Cargas (Anut) identificando soluções logísticas multimodais para a cadeia de carnes.

Celulose e papel

- Consolidação empresarial e saneamento de passivos. A Fibria se tornou a maior empresa de celulose do mundo.
- Retomada do investimento em expansão da base florestal e em unidades industriais, assegurando a sustentabilidade ambiental e o crescimento da produção.

Complexo aeronáutico

- Aprovação do Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), para desonerar as compras internas da cadeia aeronáutica e para reduzir as assimetrias tributárias frente aos fornecedores internacionais.
- Criação do BNDES Pró-Aeronáutica, para apoiar investimentos e exportações de micro, de pequenas e de médias empresas da cadeia aeronáutica.
- Apoio à P,D&I: financiamento à implantação do laboratório de pesquisa em estruturas leves, localizado em São José dos Campos, São Paulo, com recursos do BNDES, Finep, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Embraer, no total de R\$ 93 milhões, e do laboratório de ensaios aeroacústicos em São Carlos, São Paulo, com apoio da Finep, no valor de R\$ 9 milhões, e cujas pesquisas serão feitas em cooperação entre a Escola de Engenharia de São Carlos da USP (EESC/USP) e a Embraer.

Petróleo, gás e petroquímica

- Criação da Rede para a Melhoria da Gestão e desenvolvimento dos investimentos da cadeia nacional de fornecedores de bens e serviços, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Paraíba, para o Desenvolvimento Nacional da Cadeia de Fornecedores e de Bens e Serviços da Petrobras.
- Lançamento de seleção pública pela Finep para a escolha de projeto para receber Subvenção Econômica à Inovação, com alocação de R\$ 90 milhões para energia, tendo entre seus temas o “desenvolvimento de soluções para exploração e desenvolvimento em campos off-shore de petróleo e/ou gás, incluindo modelagem de bacias, imageamento sísmico e aquisição e processamento de dados”.
- Atração de Centros de P&D de transnacionais (IBM, GE, SAAB, Schlumberger, Baker Hughes e FMC). Ainda há anúncios de que outras empresas como Halliburton, Usiminas, TenarisConfab, V&M, Weatherford deverão se instalar no Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, na UFRJ, na Ilha do Fundão, que tem se firmado como centro de excelência tecnológica na área de petróleo.
- De 2006 a 2010, desde a implantação das redes temáticas, a Petrobras já destinou cerca de R\$ 1 bilhão à construção e à modernização de laboratórios voltados para a indústria de óleo e de gás em universidades brasileiras, englobando 420 projetos. A Petrobras prevê destinar anualmente cerca de R\$ 300 milhões para as redes temáticas.
- Anúncio pela Petrobras de seu Plano de Negócios 2010-2014, com previsão de investimentos da ordem de US\$ 224 bilhões e da conclusão de processo de capitalização da operadora em setembro de 2010, com captação de recursos da ordem de US\$ 70 bilhões.

- Criação do Departamento da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás no BNDES.
- Criação de comitês de P&G pela Federação de Indústria, para identificar oportunidades – nos estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas e São Paulo.

Mineração

- Intensificação da internacionalização da Vale: a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, reforçou a estratégia de internacionalização da Vale, que já comprara ativos na França e na Noruega e formou parcerias na China. Hoje, a Vale desenvolve trabalhos de pesquisa mineral em 19 países, incluindo Peru, Chile, Colômbia, África do Sul, Gabão e Guiné nas áreas de cobre, manganês, minério de ferro, níquel, caulim, bauxita, fosfato, potássio, urânio e PGMs (Platinum Group Metals).
- Desenvolvimento da produção de insumos estratégicos (carvão e fertilizantes) no exterior por empresa de controle brasileiro: pela aquisição de minas, como a de carvão metalúrgico, em Moatize, Moçambique, e na Austrália, e pesquisa de fosfato e urânio, a Vale produzirá insumos estratégicos para o Brasil.
- Elaboração do Novo Código de Mineração: o Novo Marco Regulatório da Mineração está sendo elaborado pelo Ministério de Minas e Energia.
- Instituição do Programa de Avaliação da Conformidade do Setor de Gemas, Joias e Afins: apoio à infraestrutura técnico-científica de laboratórios gemológicos, que destinam-se à identificação de gemas, à lapidação e ao design de joias.
- Elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030: o PNM-2030 é uma ferramenta estratégica, sendo instrumento para o planejamento de longo prazo e base para formular e executar políticas públicas para o desenvolvimento do setor mineral. Para elaborar o PNM-2030, foram realizadas oito oficinas temáticas no MME.
- Criação de novas empresas em mineração, inclusive com atração de investidores estrangeiros: atração de investidores nacionais e estrangeiros para investir em novos ativos minerais no Brasil, como a Namisa e a MMX, além da entrada de novas empresas estrangeiras, como a Anglo American, Anglo Ferrous, Mirabela Nickel, dentre outras.

Siderurgia

- Investimentos, de 2002 a 2009, de US\$ 17,7 bilhões, aportando uma capacidade adicional na siderurgia brasileira de 9,6 milhões de toneladas/ano (não incluída a adição de cinco milhões de toneladas/ano da Usina Siderúrgica da CSA-ThyssenKrupp).
- Criação da Linha BNDES Florestal e elevação do limite por cliente do Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora) para R\$ 300 mil, para incentivar a siderurgia a carvão vegetal, que contará com financiamento para projetos de reflorestamento e de plantio.
- Política de atração de investimentos em semiacabados. Além da entrada da CSA, a Vale está desenvolvendo novos projetos para atrair investidores para o mercado siderúrgico. Em Pecém, no Ceará, por exemplo, está em curso a implantação de uma usina com capacidade de três milhões t/ano de semiacabados, em parceria com a Posco e a Dongkuk. No Pará, está sendo desenvolvido projeto de 2,5 milhões de t/ano de placas para atender o mercado local. A Aços Cearenses participa acionariamente da etapa downstream, visando à produção de laminados a quente (710 mil t/ano), a frio (450 mil t/ano) e produtos galvanizados (150 mil t/ano).
- Instituição da Política para a Siderurgia a Carvão Vegetal, para melhorar o desempenho do uso de biomassa nos processos de redução, tendo em vista a tendência restritiva dos mercados importadores de gusa.
- A agenda tecnológica setorial (ATS) foi criada e foram propostos os temas Eficiência Energética, Reciclagem de Resíduos Ricos em Ferro, Utilização de Escórias Siderúrgicas e Qualificação de Recursos Humanos.
- Mapeamento de gargalos logísticos e demanda de mão de obra: está sendo atualizado estudo de 2005 para identificar os investimentos necessários para suprir lacunas. Foi feito mapeamento da demanda por mão de obra, o que deverá levar à elaboração de um programa de qualificação.

Criação de Programas Destaques Estratégicos

Os destaques estratégicos fazem parte da PDP e tratam de temas de política pública escolhidos em razão de sua importância para o desenvolvimento produtivo do País e de seus laços internacionais com parceiros de longo prazo. São questões consideradas fundamentais para o desenvolvimento da indústria e do País, que perpassam diversos complexos produtivos.

Na PDP, foram estabelecidas iniciativas de grande relevância para seis dimensões de destaque: promoção das exportações, regionalização, micro e pequenas empresas, integração produtiva da América Latina e Caribe, integração com a África e produção sustentável.

Objetivos

Promover as exportações, fortalecer as micro e as pequenas empresas, regionalizar, integrar produtivamente a América Latina e o Caribe, com foco inicial no Mercosul, promover a integração com a África e alavancar a produção sustentável.

Data de início

12/5/2008

Instrumento legal

- Lançamento da PDP

Participação e controle social

A participação social se dá por meio de instâncias de articulação público-privada (fóruns de discussão e grupos de trabalho), especialmente constituídos ou já existentes para o exame de temas transversais. Para traçar as estratégias de atuação, vêm sendo realizadas reuniões com grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O controle social foi favorecido com a criação do site www.pdp.gov.br, de livre acesso na Internet, que permite o acompanhamento das ações e dos resultados dos programas da PDP.

Modelo de gestão

A estrutura de gestão e de coordenação da PDP foi estabelecida para potencializar as medidas governamentais, para torná-las mais integradas às ações desenvolvidas pelo setor privado, com vistas a uma maior eficiência econômica. As atribuições e as responsabilidades foram especificadas considerando as etapas de formulação, de execução, de acompanhamento e de monitoramento das ações. A coordenação dos destaques estratégicos é feita pela ABDI. Os comitês executivos são constituídos por representantes de entidades como o Ministério da Saúde (MS), Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Integração Nacional (MI), MDIC, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), MRE, Anvisa, Fiocruz, Finep, Inmetro, Ministério da Defesa (MD), ABDI, BNDES, Caixa Econômica Federal (CEF), Sebrae, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Apex-Brasil, Petrobras.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Na elaboração dos programas para destaques estratégicos, partiu-se da formulação de um diagnóstico das oportunidades e das necessidades associadas a cada tema, seguida da fixação de objetivos gerais e de metas quantitativas, da identificação dos desafios deles derivados, da construção de iniciativas e de medidas concretas e da definição das responsabilidades em relação às ações prioritárias propostas e à gestão global dos programas. Aspecto distintivo da lógica de montagem desse conjunto de programas se refere à natureza das metas propostas que, em alguns casos, guardam relação com o desempenho esperado das instituições de governo, somando-se às metas relativas ao setor privado.

Resultados

Integração Produtiva com a América Latina e Caribe

- Criação do Programa de Integração Produtiva (PIP) e do Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- Realização do Seminário Internacional Integração Produtiva: Caminhos para o Mercosul e publicação de livro.
- Instalação do Programa de Articulação Empresarial para a Integração Produtiva no Mercosul.
- Inauguração de escritórios da Embrapa, da ABDI, da Apex-Brasil e do BNDES em países da região.
- Fortalecimento dos fóruns de competitividade de cadeias produtivas Mercosul.
- Desembolsos realizados pelo BNDES no valor de US\$ 419 milhões em 2008 e US\$ 428 milhões em 2009, para financiar projetos em integração de infraestrutura na região.

Integração com a África

- Cooperação com Angola, baseada no apoio ao desenvolvimento industrial do país e na promoção de investimentos brasileiros. O plano de trabalho negociado junto às autoridades angolanas prevê a elaboração, pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação Certi), até dezembro de 2010, de dois pré-projetos industriais em setores a serem definidos (indústria de apoio à agricultura – tratores; equipamentos elétricos; indústria de curtume e peles; e agroindústria alimentar), para implantar unidades fabris.

- Realizada a Conferência Brasil-Angola, em junho de 2010, em São Paulo, para apresentar aos empresários brasileiros as oportunidades de negócios e o ambiente de negócios do país.
- Realizado o primeiro Laboratório de Negócios e Inovação com o objetivo de promover oportunidades de negócios conjuntos, aumento da competitividade e projetos de inovação.
- Firmada cooperação com a Libéria para apoio técnico ao desenvolvimento industrial do país, com a geração de oportunidades de negócios para a indústria brasileira. A Fundação Certi realizou pré-estudo para embasamento de atividades no setor de processamento de mandioca, de cana-de-açúcar e de materiais de construção civil. Além disso, a ABDI está avaliando a proposta de política industrial da Libéria, elaborada com o auxílio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para apresentar sugestões ao governo liberiano.
- A ABDI está articulando com o Sistema Cresol e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República um projeto para apoio à estratégia de produção e à criação de mercado por pequenos produtores agrícolas.
- Em Mali, ocorrem ações para a articulação de cooperação industrial junto à Direção Nacional da Indústria, para promoção de investimentos produtivos brasileiro no país.
- Em Moçambique, a ABDI está negociando proposta de plano de trabalho de cooperação industrial junto às autoridades governamentais. A proposta inclui dois pré-projetos industriais em setores a serem definidos (embalagens, têxteis e confecções e agroprocessamento), para implantar unidades fabris.

Produção sustentável

- Inclusão dos sistemas de aquecedores solares residenciais como item financiável do programa Minha Casa, Minha Vida em suas unidades.
- Articulação entre os pesquisadores nacionais de tecnologia de células fotovoltaicas e os agentes de financiamento do Governo Federal, para estimular o uso dessa tecnologia e desenvolver a indústria nacional, capacitando-a para atender à demanda doméstica no segmento.

Criação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI)

Trata-se de Programa para estimular a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital e a inovação tecnológica, por meio dos seguintes subprogramas: BNDES PSI–Bens de Capital, BNDES PSI-Inovação e BNDES PSI Exportação–Pré-Embarque.

Objetivo

Estimular a produção, a aquisição e a exportação de bens de capital, por meio dos subprogramas Bens de Capital e Exportação Pré-Embarque, e a inovação tecnológica, por meio do subprograma Inovação.

O subprograma BNDES PSI–Bens de Capital tem por objetivo financiar a produção e a aquisição isolada de máquinas e de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, e o capital de giro a eles associado. O subprograma BNDES PSI–Inovação visa apoiar empresas no desenvolvimento de capacidade para empreender atividades inovativas em caráter sistemático, bem como apoiar projetos de inovação de natureza tecnológica. O subprograma BNDES PSI–Exportação Pré-Embarque financia, na fase pré-embarque, a produção de bens de capital destinados à exportação. O valor máximo para financiamento é de R\$ 300 milhões, sendo a taxa de juros fixa de 4,5% ao ano.

Data de início

10/7/2009

Instrumento Legal

- Resolução BNDES nº 1.793, de 2009

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado para contribuir com a manutenção e com a elevação do nível de investimento na economia brasileira, fazendo frente à retração de crédito advinda da crise financeira.

Resultados

De julho de 2009 a junho de 2010, foram realizadas 147,6 mil operações, com juros reduzidos (de 10,5% a.a. para 4,5% a.a., para a maioria dos bens de capital), que resultaram em investimentos totais de R\$ 55 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 86%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 48 bilhões.

Como pode ser observado no Gráfico 2.a.g.1, a reação das empresas foi imediata e significativa. O gráfico mostra os desembolsos do BNDES para a aquisição de máquinas e de equipamentos via Finame, envolvendo a maior parte dos bancos comerciais do País. O movimento é claro: no início da crise internacional, em setembro de 2008, o valor médio diário atingiu o seu ápice: R\$ 149,6 milhões. Com o agravamento das condições externas, esse valor sofreu uma queda, atingindo o seu nível mais baixo em julho de 2009, quando a média diária atingiu R\$ 60,5 milhões. Nesse momento, o PSI foi lançado. Quando o Programa tornou-se operacional, a tendência se reverteu e os desembolsos começaram a crescer. Em junho de 2010, o valor diário dos desembolsos alcançaram R\$ 240 milhões.



Fonte: BNDES.

Criação do Programa BNDES de Financiamento a Caminhoneiros (Procaminhoneiro)

O BNDES Procaminhoneiro financia a aquisição de:

- Equipamentos novos: caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, aí incluídos os do tipo dolly, tanques e afins, devidamente registrados no órgão de trânsito competente, e carrocerias para caminhões, cadastrados no BNDES.
- Equipamentos usados: caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, aí incluídos os do tipo dolly, tanques e afins, devidamente registrados no órgão de trânsito competente, e carrocerias para caminhões, que no ano de apresentação do pedido de financiamento ao BNDES tenham completado até 15 anos contados a partir do ano de sua fabricação.
- Sistemas de rastreamento novos, cadastrados no BNDES, quando adquiridos em conjunto com equipamentos novos e usados financiáveis.
- Seguro do bem e seguro prestamista, quando contratados em conjunto com equipamentos novos e usados financiáveis.

Objetivo

Financiamento à aquisição de caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques e carrocerias para caminhões, novos ou usados, de fabricação nacional.

Data de início

21/3/2006

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.277, de 2006

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Instituído para apoiar a modernização da frota de transporte rodoviário nacional, melhorando a eficiência da logística no País.

Resultados

De março de 2006 a junho de 2010, foram realizadas 26 mil operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 5,2 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 89%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 4,6 bilhões.

Criação do Programa BNDES de Aquisição de Peças, Partes e Componentes de Fabricação Nacional, por Fabricantes de Bens de Capital (Finame Componentes)

Linha de financiamento do BNDES para aquisição de peças, de partes e de componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e em equipamentos em fase de produção.

Objetivo

Apoiar a aquisição de peças, de partes e de componentes de fabricação nacional para incorporação em máquinas e em equipamentos em fase de produção.

Data de início

28/12/2006

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.392, de 2006

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Criado para apoiar a indústria de base do País, dando ênfase à nacionalização dos bens de capital.

Resultados

De dezembro de 2006 a junho de 2010, foram realizadas 511 operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 337 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 90%, sendo o desembolso total do Banco de R\$ 303 milhões.

Criação do Programa BNDES de Modernização de Máquinas e Equipamentos (Finame Moderniza BK)

O Programa é uma linha de financiamento do BNDES voltada para a modernização de máquinas e equipamentos instalados no País. Como modernização, entende-se:

- Reconstrução e/ou recuperação da máquina ou do equipamento, mediante a incorporação de novas tecnologias e/ou de peças e de componentes que ampliem a vida útil e/ou otimizem sua performance original, gerando um aumento da capacidade de produção e da produtividade para a economia nacional.
- Conversão da máquina ou equipamento sem dispositivo de segurança para adequação aos requisitos de segurança do trabalho estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Objetivo

Apoiar a modernização de máquinas e de equipamentos instalados no País.

Data de início

28/12/2006

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.392, de 2006

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado para apoiar a reconstrução e/ou recuperação de máquinas ou de equipamentos, mediante a incorporação de novas tecnologias e/ou de peças e de componentes que ampliem a vida útil ou otimizem sua performance original, gerando um aumento da capacidade de produção e da produtividade da economia nacional.

Resultados

De dezembro de 2006 a junho de 2010, foram realizadas 26 operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 118 milhões (a preços de junho/de 2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 70%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 82 milhões.

Criação da Linha de Financiamento à Importação de Equipamentos do BNDES

Linha de financiamento do BNDES voltada à importação de máquinas e de equipamentos novos sem similar nacional, com as seguintes exceções:

- Equipamentos móveis destinados ao transporte de qualquer natureza, inclusive os de movimentação de carga, de construção, de pavimentação e de agropecuária, incluindo chassis e carrocerias;
- Equipamentos de automação bancária.
- Máquinas e equipamentos já internados no País.

Objetivo

Apoiar o financiamento da importação de máquinas e de equipamentos novos sem similar nacional, em projetos de investimento apoiados pelo BNDES.

Data de início

14/2/2006

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1271, 2006

Finalidade e diferenciais

Apoio à importação de máquinas e de equipamentos que favoreçam a modernização, a transferência de tecnologia e o conhecimento, aumento da eficiência e da produtividade do parque industrial brasileiro.

Resultados

De fevereiro de 2006 a junho de 2010, foram realizadas 11 operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 335 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 34%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 113 milhões.

Criação do Programa BNDES de Apoio à Revitalização dos Setores Calçadista, Moveleiro e de Confecções (Revitaliza)

O Programa consistia na criação de três linhas especiais de financiamento com recursos do BNDES e equalização do Tesouro Nacional: Capital de Giro, Investimento e Exportação (pré-embarque).

Os beneficiários eram as empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões dos setores intensivos em mão de obra e bastante sensíveis à valorização da taxa de câmbio, como as empresas de calçados e de artefatos de couro, têxtil, de confecções e moveleira.

Objetivo

Fortalecer as empresas dos setores selecionados, por meio do incentivo à realização de investimentos que objetivassem a melhoria de sua competitividade.

Data de início

29/5/2007

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.431, de 2007

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Revitaliza teve o papel de apoiar as empresas dos setores selecionados, visando desenvolver produtos de maior valor agregado, valorizando as marcas nacionais, o aumento da eficiência dos processos produtivos e o incremento das exportações do País. O Programa foi encerrado em dezembro de 2009.

Resultados

De maio de 2007 a dezembro de 2009, foram realizadas 1,9 mil operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 4,8 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 68%, sendo o desembolso total do Banco de R\$ 3,2 bilhões.

Criação do Programa BNDES de Capitalização de Cooperativas de Produção (BNDES-Procap-Produção)

Linha de financiamento do BNDES específica para a capitalização de cooperativas de produção.

Objetivo

Promover o fortalecimento da estrutura patrimonial das cooperativas de produção agropecuária (incluindo agroindústria), pesqueira, industrial e mineral.

Data de início

28/4/2009

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.762, de 2009

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para estimular a capitalização de organizações de cunho fortemente social, de modo a minimizar os impactos de mudanças estruturais na economia e seus reflexos nos postos de trabalho.

Resultados

De abril de 2009 a junho de 2010, foram realizadas 15 operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 422 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nessas operações foi de 38%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 159 milhões.

Criação do Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren)

Linha de financiamento do BNDES para capital de giro a pequenas e médias empresas.

Objetivo

Aumentar a produção, o emprego e a massa salarial por meio de financiamento para capital de giro a empresas com Receita Operacional Bruta (ROB) anual ou anualizada de até R\$ 300 milhões, dos setores da indústria, do comércio e de serviços, não incluídos indústria de construção de edifícios e serviços especializados para construção.

Data de início

22/6/2004

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.105, de 2004

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Progeren foi instituído para elevar a produção e a geração de empregos, por meio do apoio via capital de giro a empresas pertencentes a setores produtivos com alto grau de encaqueamento econômico com outros setores, ou intensivos na utilização de mão de obra.

Resultados

De junho de 2004 a junho de 2010, foram realizadas 4,7 mil operações, com desembolso do BNDES de R\$ 5,2 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Criação do Programa Especial de Crédito do BNDES (PEC-BNDES)

Linha especial de financiamento do BNDES para capital de giro.

Objetivo

Promover a competitividade das empresas dos setores industrial, do comércio e de serviços, exceto o da construção civil.

Data de início

10/11/2008

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.664, 2008

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Teve por objetivo apoiar, com capital de giro, empresas dos setores de indústria, do comércio e de serviços, melhorando as condições financeiras das empresas nacionais. O Programa foi encerrado em dezembro de 2009.

Resultados

De novembro de 2008 a dezembro de 2009, foram realizadas 5,6 mil operações, com desembolso do BNDES de R\$ 11,7 bilhões (a preços de junho/10, atualizados pelo IPCA).

B) MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Durante a gestão governamental de 2003-2010 houve o fortalecimento das políticas específicas para micro, pequenas e médias empresas (MPEs), cujo segmento é um dos principais motores para o desenvolvimento econômico do País e respondem por grande parte da geração de empregos. No período de 2003 a junho de 2010, foram constituídas cerca de 3,9 milhões de micro, pequenas e médias empresas no País. A importância das MPEs também é percebida no comércio exterior, já que 75% das empresas exportadoras brasileiras se inserem nessa classificação.

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, criado pela Lei Complementar (LC) nº 123, de 2006, e aperfeiçoado pela Lei Complementar nº 128, de 2008, instituiu o tratamento diferenciado a essas empresas. O Estatuto é um marco na política regulatória para o setor e definiu o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPes)

como a instância federal legitimada a cuidar dos aspectos não tributários relacionados ao tratamento favorecido e simplificado a ser dispensado a essas empresas, que são a base da sustentação socioeconômica do Brasil.

Em dezembro de 2007, foi criada a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) (Lei nº 11.598, de 2007), que pretende integrar, por meio de um portal na internet, todos os processos dos órgãos e das entidades federais, estaduais e municipais responsáveis pelo registro e pela legalização das empresas, suas alterações e baixa por meio de sistemas informatizados.

A primeira etapa da Redesim privilegiou o Microempreendedor Individual (MEI), criado pela Lei Complementar nº 128, de 2008. Trata-se de um esforço de simplificação dos procedimentos de regularização da atividade econômica exercida no País por empreendedores que tenham faturamento anual de até R\$ 36 mil. A inscrição do MEI se realiza por intermédio do Portal do Empreendedor (www.portaldoeempreendedor.gov.br) desde 10 de julho de 2009, permitindo que o procedimento seja iniciado a distância, sem a necessidade de comparecimento aos órgãos públicos envolvidos no processo de formalização.

O Programa de Artesanato Brasileiro (PAB) visa à consolidação do artesanato enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades, a partir da constatação de que a atividade artesanal é disseminada em todo o território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional. O PAB atua na elaboração de políticas públicas envolvendo órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além de entidades privadas, priorizando a geração de ocupação e de renda e o desenvolvimento de ações que valorizem o artesanato brasileiro, elevando seu nível cultural, profissional, social e econômico. A produção artesanal tem características próprias e potencial de agregação de valor aos produtos. Também apresenta uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no externo.

Em relação ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas, foi duplicado o limite de crédito no Cartão BNDES e realizadas 429 mil operações com este tipo de cartão, totalizando investimentos da ordem de R\$ 6,3 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O programa refere-se à Lei Geral das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Objetivo

Estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido para as mesmas, especialmente na apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, Estados e Municípios, por sistema único de arrecadação, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e acesso ao crédito, ao mercado de compras públicas, à tecnologia e inovação e às regras de inclusão.

Data de início

1º/1/2007

Instrumentos legais

A Lei Geral das MPEs foi instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que criou o Estatuto Nacional da Microempresa, e foi aperfeiçoada pela Lei Complementar nº 128.

No entanto, o primeiro passo para criar um novo marco normativo do setor foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que atualizou as regras do Sistema Tributário Nacional e previu a possibilidade de criar um sistema único de arrecadação dos impostos e das contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que depois veio a consolidar-se como o Simples Nacional, além de atribuir à Lei Complementar a competência para definir as regras do tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. Com este novo mandamento constitucional, começou um amplo processo de articulação entre os diversos órgãos de governo e as entidades representativas do setor para construir a Lei Geral de MPEs.

Participação e controle social

O Fórum Permanente de MPEs, regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.474, de 2000, e previsto no artigo 20 da Lei, é a instância responsável por orientar e por assessorar a formulação e a coordenação da política nacional de desenvolvimento das microempresas (MEs) e das empresas de pequeno porte (EPP), bem como acompanhar e avaliar sua implantação. O Fórum

Permanente é presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e dele hoje participam 81 entidades vinculadas ao setor privado e 47 órgãos federais de governo.

Modelo de gestão

O modelo de gestão dos instrumentos previstos na Lei está no artigo 20 da própria Lei Geral, que estabelece que o tratamento favorecido e diferenciado para MPEs será gerido pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, pelo Fórum Permanente de MEs e de EPP e pelo Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

Finalidade e diferenciais

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas foi pensada e criada a partir da necessidade de se fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para os micro e pequenos negócios, frente, principalmente, à sua importância para o desenvolvimento econômico, especialmente na solução de alguns aspectos cruciais como:

- Combate à pobreza pela geração de trabalho e de emprego e por uma melhor distribuição da renda.
- Redução da informalidade na contratação de mão de obra e fortalecimento do tecido social e econômico.
- Interiorização do desenvolvimento pela promoção de iniciativas locais e dos arranjos produtivos.
- Incremento da atividade produtiva nacional, com consequente ampliação de oportunidades e da base de arrecadação de impostos e simplificação e desburocratização do sistema tributário.

Resultados

- No período de 2003 a 2010, foram fortalecidas as políticas específicas para micro, pequenas e médias empresas (MPEs), por serem alguns dos principais motores para o desenvolvimento econômico, além de responderem por grande parte dos empregos.
- A Lei Complementar nº 123, de 2006, avançou nas questões de acesso a mercados, crédito e capitalização, inovação, simplificação das relações de trabalho, cadastro unificado e desburocratização das etapas de abertura e fechamento de empresas, estratégias de incentivo ao associativismo e regras de acesso diferenciado à Justiça. Além disso, fortaleceu o Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, que é a instância responsável pelo tratamento das questões não tributárias do setor.
- A Lei Complementar nº 128, que aperfeiçoou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), possibilitou incluir novas atividades no Simples Nacional, trouxe regras mais ágeis para constituir e para baixar MEs e EPPs e instituiu a figura do MEI e da Sociedade de Propósito Específico para MPEs.
- O Fórum Permanente tem consolidado sua atuação como agente indutor da política de desenvolvimento para MPEs, contribuindo para regulamentar os dispositivos da Lei, implementar a Lei Geral em nível municipal e regional e instalar os fóruns regionais de MPEs. Também apoia a competitividade e a inserção internacional de MPEs, com atividades como a capacitação de empresas e o fomento a projetos de desenvolvimento da cultura inovadora e exportadora nas MPEs. Em suma, entre os principais resultados alcançados no âmbito do Programa estão a implementação da Lei Geral em mais de dois mil municípios do País e a instalação de 22 fóruns regionais.

Criação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legislação de Empresas e Negócios (Redesim)

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) é um sistema integrado que permite a abertura, o fechamento, a alteração e a legalização de empresas do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. O Sistema incorpora todos os processos dos órgãos e das entidades responsáveis pelo registro, pelas inscrições, pelos licenciamentos, pelas autorizações e pelas baixas das empresas, por meio de uma única entrada de dados e de documentos, acessada via internet. Disponibiliza, também, uma etapa de pesquisas prévias à constituição ou à alteração de empresas, por meio do qual o cidadão será informado da possibilidade da atividade no local escolhido e das exigências que serão feitas nas etapas seguintes.

Ao seguir as etapas definidas para o fluxo da Redesim (orientações gerais, classificação econômica, pesquisas prévias, coleta eletrônica de informações, registro e inscrições tributárias e licenciamento), o empreendedor avança no processo paulatinamente, sem haver retrabalho, com a coleta de dados e de documentos feita em um único local. Essa é a filosofia da Redesim, ou seja, simplificação e unificação de esforços e de trabalho internos.

Objetivo

Integrar, por um portal na internet, todos os processos dos órgãos e de entidades federais, estaduais e municipais responsáveis pelo registro e pela legalização das empresas, por suas alterações e baixa por meio de sistemas informatizados, ou seja, busca simplificar procedimentos e reduzir a burocracia no processo de abertura, de fechamento, de alteração e de legalização de empresas.

Data de início

2007

Instrumento legal

- Lei nº 11.598, de 2007

Modelo de gestão

Para implantar as medidas simplificadoras e desburocratizadoras da Redesim, foi instituído pelo Decreto nº 6.884, de 28 de junho de 2009 o Comitê para a Gestão da Redesim (CGSIM), presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e composto por 11 órgãos das três esferas governamentais e por entidades representativas dos municípios com atividades no processo de abertura e de legalização de empresas.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Lei Redesim estabeleceu processo simplificado e linear para suprimir todos os entraves burocráticos das legislações federais, estaduais e municipais que retardam, dificultam e às vezes impedem a abertura, a alteração e a baixa das empresas. Um exemplo são as exigências de certidões negativas, excluídas, mas sem eliminar as responsabilidades por débitos existentes.

Resultados

A Lei Redesim criou os conceitos de atividades de alto risco e de atividades não enquadradas nessa categoria, possibilitando que, com a assinatura do Termo de Ciência e de Responsabilidade pelos responsáveis pelas empresas, as prefeituras emitam o Alvará de Funcionamento Provisório. Esse Alvará permite o funcionamento de grande maioria das empresas constituídas, pois cerca de 90% dos novos empreendimentos exercem atividades de baixo risco.

Um dos principais resultados no período foi o lançamento do Cadastro Nacional de Empresas (CNE), em 3/12/2008, com dados de mais de 18 milhões de sociedades nacionais e estrangeiras, possibilitando pesquisar informações sobre sócios e administradores, capital social, endereços, histórico de atos arquivados, filiais, livros mercantis, nomes empresariais e naturezas jurídicas anteriores, dentre outras.

Criação do Programa de Legalização do Microempreendedor Individual

Programa para legalizar a atuação do microempreendedor individual (MEI), figura jurídica criada pela Lei Complementar nº 128, de 2008.

Objetivo

Resgatar da informalidade milhões de pequenos empreendedores.

Data de início

1º/7/2009

Instrumentos legais

- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008
- Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007
- Resolução CGSIM nº 2, de 10 de julho de 2009

Modelo de gestão

Comitê para a Gestão da Redesim-CGSIM, presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e composto por 11 órgãos das três esferas governamentais e de entidades representativas dos municípios.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi lançado em 1º/7/2009 com vistas a legalizar quem trabalha por conta própria e possui um faturamento de até R\$ 36 mil/ano. Esse benefício permite ainda ao empreendedor admitir um empregado a baixo custo. Lançada em 8/2/2010, a segunda geração do portal simplificou o sistema, reduzindo para sete as informações solicitadas, e incluiu todas as unidades federativas. Com maior agilidade, aumentou o número de beneficiados.

Resultados

Os cadastrados têm como benefício o acesso a crédito oferecido pela rede bancária, preferência nas compras governamentais, enquadramento no Simples Nacional, isenção nos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL) e pagamento de valor fixo mensal de 11% do salário mínimo (para a Previdência Social) mais R\$ 1,00 de ICMS (comércio ou indústria), ou R\$ 5,00 de Imposto Sobre Serviços (ISS) (prestação de serviços). Formalizado, o MEI passa a ter cobertura previdenciária (aposentadoria e auxílios maternidade, doença e reclusão). No caso de atividades de baixo risco, os microempreendedores podem operar imediatamente após a formalização, independentemente da concessão de licenças prévias.

Além disso, as políticas públicas voltadas para a inclusão social (igualdade racial, saúde, políticas para as mulheres etc.) podem ser mais bem orientadas com um sistema que permita a identificação confiável dos beneficiários.

Até o mês de outubro de 2010, já foram formalizados 670 mil empreendedores individuais, sendo gerados cerca de 14 mil novos empregos.

Reformulação dos programas de fomento ao artesanato brasileiro

O Programa Artesanato Brasileiro (PAB) atua na elaboração de políticas públicas para fortalecimento desse setor. Entre suas principais ações no período de 2003-2010 estão a criação do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), a capacitação de artesãos e de multiplicadores e a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro.

Objetivos

- Cadastrar artesãos, unificando nacionalmente as informações em um sistema acessível via internet.
- Capacitar artesãos e multiplicadores, qualificando-os nas atividades que abrangem o manejo da matéria-prima, a produção, a divulgação e a comercialização artesanal, inclusive com a criação de oficinas de excelência.
- Definir, a partir da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, os termos básicos do artesanato, padronizando e estabelecendo parâmetros para o crescimento da atividade em todo o País.

Data de início

Em março de 2004, iniciou-se a capacitação de artesãos e de multiplicadores e, em março de 2007, foi a vez do Sicab e da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro.

Instrumento legal

- Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995

Modelo de gestão

As ações do Programa Artesanato Brasileiro são desenvolvidas em alinhamento com as 27 coordenações estaduais de Artesanato.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Sicab integra informações com o objetivo de implantar políticas públicas para o setor artesanal. A capacitação de artesãos e de multiplicadores foi instituída para qualificá-los (coordenadores e técnicos dos PABs estaduais) nas atividades da cadeia produtiva do setor.

Resultados

Em 2007, o Sicab foi disponibilizado aos estados via internet. Até 31/12/2009, 23 estados lançaram dados no Sistema, totalizando 37.037 cadastros. As demais unidades da Federação estão realizando trabalho de campo para coletar informações e ajustar seus sistemas de informática para migrar para o Sicab.

Entre 2004 e 2009, foram alocados recursos da ordem de R\$ 827 mil para capacitação de artesãos e de multiplicadores, tendo sido capacitados 5.262 coordenadores e técnicos artesãos.

A elaboração da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, iniciada em 2007, com a participação das coordenações estaduais do Artesanato, resultou no Glossário do Programa do Artesanato Brasileiro, publicado em 2010.

Ampliação do financiamento às MPMEs

Uma das prioridades do BNDES é apoiar trabalhadores autônomos e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) de todo o País, pelo seu importante papel na criação de empregos e na geração de renda.

O Programa é composto por duas ações: duplicação do limite de crédito no Cartão BNDES e constituição do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

Objetivos

- Duplicar o limite de crédito dos beneficiários, de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão.
- Garantir, direta ou indiretamente, o risco de financiamentos e de empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, a microempreendedores individuais e a autônomos transportadores rodoviários de carga na aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

Data de início

A duplicação do limite de crédito teve início em 15/12/2009 e o FGI, em 30/6/2009.

Instrumentos legais

- A duplicação foi instituída pela Resolução BNDES nº 1.866, de 2009, e o FGI, pela Decisão de Diretoria BNDES nº 525, de 2009.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A duplicação foi instituída para melhorar as condições de crédito das micro, pequenas e médias empresas beneficiárias do Cartão BNDES. O FGI, por sua vez, foi constituído para facilitar financiamentos e empréstimos por parte desses atores.

Resultados

Conforme a tabela a seguir, o desembolso do Banco a MPMEs triplicou enquanto seu investimento alavancado duplicou entre 2002 a 2009. Com relação ao número de operações efetuadas ao setor, em 2009 foram realizadas, aproximadamente, três vezes mais do que em 2002, o que demonstra a crescente importância do BNDES no apoio às MPMEs.

FINANCIAMENTO DO BNDES ÀS MPMEs: DESEMBOLSO, INVESTIMENTO ALAVANCADO E NÚMERO DE OPERAÇÕES – 2002 A JUNHO DE 2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun.)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	7.635	9.554	11.777	11.579	10.972	15.665	20.599	24.285	20.833	125.265
Investimento alavancado	11.014	13.308	16.646	16.234	14.478	18.702	22.792	26.576	22.594	151.330
Número de operações (milhares)	118	96	128	109	110	186	180	367	252	1.539

Fonte: BNDES.

Em relação ao Cartão BNDES, de janeiro de 2003 a junho de 2010 foram realizadas 429 mil operações com esse tipo de cartão, totalizando investimentos de R\$ 6,3 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

No que se refere ao FGI, verificou-se que, até junho de 2010, dez bancos estavam habilitados para usar o fundo e cinco encontravam-se em processo de habilitação.

C) DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO REGIONAL

Em 2003, o desequilíbrio federativo continuava sendo uma grande debilidade, fazendo das regiões Sul e Sudeste as mais desenvolvidas e com melhores indicadores sociais, enquanto as demais regiões apresentavam um quadro de maior pobreza e de menor desenvolvimento.

Outra notável fragilidade estava relacionada à concentração industrial nas capitais. Tal fator, acompanhado de um fluxo migratório desordenado, gerava externalidades negativas de toda sorte: aumento dos congestionamentos e da criminalidade, pressão nos serviços públicos essenciais etc.

As ações no sentido de mitigar os problemas apontados incluíram o apoio ao desenvolvimento dos polos produtivos regionais e a criação da Rede Nacional de Política Industrial (Renapi). No caso dos polos produtivos regionais, destacam-se: a Zona Franca de Manaus, os arranjos produtivos locais (APLs) e as zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Os Polos Produtivos Regionais têm a função de fomentar o potencial econômico regional, especialmente em locais socioeconomicamente deprimidos, como parte de uma estratégia geopolítica de desenvolvimento. A Renapi, por sua vez, objetiva difundir, incentivar e monitorar o acesso aos instrumentos da política industrial nos estados e nos municípios, contribuindo para estabelecer e para fortalecer a estrutura produtiva regional. Os programas desta seção têm em comum o objetivo de promover a integração produtiva local, de potencializar o desenvolvimento regional e de fomentar as exportações, expandindo a fronteira produtiva.

A atuação dos polos produtivos ocorre pela atração de investimentos para a estrutura industrial já existente. Busca-se agregar valor aos produtos locais e incentivar a formação e o adensamento de cadeias produtivas. A atuação governamental nesses polos ocorre pela identificação de setores produtivos potenciais e pela criação de espaços para que as empresas dialoguem. Soma-se a estes esforços a concessão de benefícios fiscais. A Renapi distingue-se por disseminar os instrumentos da política industrial, assegurando maior convergência de propósitos e de iniciativas.

Existe a preocupação para que os programas possíveis aos polos produtivos regionais não se sobreponham. Nesse sentido, segue abaixo uma exposição sobre as características de cada um desses programas, para demonstrar seus diferentes objetivos.

Zona Franca de Manaus (ZFM): é um modelo de desenvolvimento regional administrado pela Suframa e cuja finalidade é criar uma dinâmica econômica no interior da Amazônia Ocidental, como parte de um projeto do Governo para integrar a região ao restante do País. Para implementar essa dinâmica econômica, a Suframa executa os programas Polo Industrial Manaus e Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia. Para promover os produtos do complexo, é realizada a Feira Internacional da Amazônia (Fiam).

Essas ações, por sua vez, consolidaram a estrutura produtiva do Polo Industrial de Manaus e contribuíram para o desenvolvimento da região, fato corroborado pelos números do PIM no período 2003-2009:

- Instaladas 657 empresas, US\$ 163,98 bilhões de faturamento, US\$ 9,5 bilhões de exportação.
- Arrecadados R\$ 53,01 bilhões de tributos federais.
- Arrecadados R\$ 85,64 bilhões de tributos totais.
- Realizados pelas empresas US\$ 8,8 bilhões de investimentos totais.
- Ativados 98.615 postos de trabalhos.

Sobre os resultados do Programa Interiorização do Desenvolvimento, verificou-se que, de 2003 a 2010, o Governo Federal, por meio da Suframa, firmou 437 convênios/contratos de repasse com governos/prefeituras e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Macapá/Santana, no Amapá (área de atuação da Suframa), no valor total de R\$ 339.677.219,15 em projetos, beneficiando 123 municípios.

Arranjos Produtivos Locais (APLs): o APL é um amplo complexo produtivo geograficamente definido, caracterizado por um grande número de empresas envolvidas nos diversos estágios produtivos e, de várias maneiras, na fabricação de um produto, em que a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento são submetidos ao jogo do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade. Como resultados principais dessas ações podemos citar a instalação de 27 núcleos de apoio aos APLs nos estados, envolvendo mais de 300 instituições, e o repasse de recursos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a 96 arranjos produtivos.

Zonas de Processamento de Exportação (ZPE): são áreas de livre produção de bens, com livre comércio de importação e de exportação para empresas voltadas para a produção de bens a serem exportados, sendo consideradas zonas primárias de controle aduaneiro. Objetivam fortalecer o balanço de pagamentos, promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social.

Ampliação e consolidação do Programa de Desenvolvimento da Região Amazônica

As ações de desenvolvimento da Amazônia aqui consideradas são o Polo Industrial de Manaus (PIM), o Programa Interiorização do Desenvolvimento, a Feira Internacional da Amazônia (Fiam) e as Zonas de Livre Comércio.

O Polo Industrial de Manaus trabalha a vertente mais expressiva do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), um dos mais modernos e pujantes polos industriais da América Latina. Reúne em torno de 600 empresas, com grande faturamento, produção e geração de emprego e renda. São indústrias nacionais e multinacionais que atendem os mercados interno e externo.

O Programa Interiorização do Desenvolvimento é outra vertente de atuação do Governo federal para fortalecer o modelo ZFM, a partir da irradiação dos efeitos do PIM. É o mecanismo usado para distribuir parte da riqueza gerada pelo Polo Industrial de Manaus a todos os estados de sua área de atuação, com investimentos em infraestrutura econômica e social e atração de investidores para a região.

Também para dinamizar a economia regional, nas regiões de fronteira da Amazônia Legal, foram estabelecidas as seguintes áreas de Livre Comércio (ALC): Tabatinga, Guajará-Mirim, Macapá/Santana, Brasileira/Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, Boa Vista e Bonfim.

Objetivo

Consolidar a estrutura produtiva do Polo Industrial de Manaus e contribuir para o desenvolvimento da região. Com a Interiorização do Desenvolvimento, pretende-se dotar a Amazônia Ocidental de infraestrutura econômica para seu desenvolvimento sustentável.

As Fiams têm por objetivo desenvolver o potencial econômico da região divulgando produtos industrializados e regionais que utilizam como matéria-prima a biodiversidade amazônica, bem como os atrativos turísticos, estimulando, assim, um intercâmbio científico e tecnológico que promova o desenvolvimento sustentável.

As ALCs objetivam dinamizar economicamente as áreas de fronteira, por meio da comercialização e da produção industrial para consumo local.

Data de início

1º/1/2000 – Polo Industrial de Manaus

1º /1/2004 – Programa Interiorização do Desenvolvimento

10/9/2002 – Fiam

Duas novas Áreas de Livre Comércio em 2003 e 2010

Instrumentos legais

- A ZFM foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967.
- Além deste instrumento legal, o Programa Interiorização do Desenvolvimento também foi instituído pelo Decreto-Lei nº 356, de 1968, e pelo Decreto-Lei nº 1.435, de 1975, além da Resolução-CAS nº 43, de 2010.
- A Fiam, por sua vez, foi instituída pela Resolução-CAS nº 332, de 2002.
- Para as Áreas de Livre Comércio, têm-se as seguintes leis: Lei nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991; Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991; Lei nº 8.857, de 8 março de 1994, e Lei nº 11.732, de 30 de junho de 2008.

Participação e controle social

A participação no Polo Industrial de Manaus se dá por meio do Conselho de Administração da Suframa, com reuniões abertas ao público.

Modelo de gestão

Conselho de Administração da Suframa, que inclui representação federal, estadual e municipal.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A criação do Programa Interiorização do Desenvolvimento se deve ao fato de a Amazônia apresentar desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, a fim de reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Diante disso, verificou-se a necessidade de implementar um modelo de desenvolvimento

que propicie, além da melhoria na qualidade de vida da população, ações que reduzam os gargalos existentes para alcançar a sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais.

Resultados

Em relação ao Polo Industrial de Manaus, as ações realizadas foram as seguintes:

- Aprovação de projetos: aprovação de cerca de 1.922 projetos industriais, sendo 659 de implantação e 1.263 de diversificação, de ampliação e de atualização, com expectativa de investimento total de US\$ 25,3 bilhões, exportações da ordem de US\$ 5,9 bilhões e geração de 146 mil empregos
- Processo Produtivo Básico (PPB): aprovação de PPB para 614 produtos, por meio de 583 portarias interministeriais (PI) dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), uma média de 80 PIs por ano (2003/2009).

No tocante a mecanismos de fomento à exportação e de cooperação internacional, foram firmados, no contexto do Mercosul, seis acordos de complementação econômica, de inclusão de produtos e de inserção em área aduaneira. Além disso, foram firmados 13 instrumentos de cooperação internacional.

Essas ações, por sua vez, consolidaram a estrutura produtiva do Polo Industrial de Manaus e contribuíram para o desenvolvimento da região, fato corroborado pelos números do PIM no período 2003-2009:

- Instaladas 657 empresas, US\$ 163,98 bilhões de faturamento, US\$ 9,5 bilhões de exportação.
- Arrecadados R\$ 53,01 bilhões de tributos federais.
- Arrecadados R\$ 85,64 bilhões de tributos totais.
- Realizados pelas empresas US\$ 8,8 bilhões de investimentos totais.
- Ativados 98.615 postos de trabalhos.

Com a Interiorização do Desenvolvimento, pretende-se dotar a Amazônia Ocidental de infraestrutura econômica para seu desenvolvimento sustentável.

Sobre os resultados do Programa Interiorização do Desenvolvimento, verificou-se que, de 2003 a 2010, o Governo Federal, por meio da Suframa, firmou 437 convênios/contratos de repasse com governos/prefeituras e com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Amapá (em Macapá/Santana, área de atuação da Suframa), no total de R\$ 339,7 milhões em projetos de apoio à produção, à infraestrutura econômica, ao turismo, à P&D e à capacitação de recursos humanos, beneficiando 123 municípios.

Em relação à Feira Internacional da Amazônia, das várias edições, os principais resultados foram:

- Projetos em andamento
 - ✓ Para a produção de corantes naturais baseados em plantas amazônicas para fins cosméticos e alimentícios.
 - ✓ Para o desenvolvimento de processos e de produtos secos (liofilizados ou secos por spray dryer) a partir de frutas amazônicas para o mercado de nutracêuticos e de bebidas funcionais.
 - ✓ Para o desenvolvimento de fitomedicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica.
- Parcerias firmadas
 - ✓ Na Amazônia brasileira – entre a Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Museu Paraense Emílio Goeldi, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Universidade Federal do Maranhão para a formação de recursos humanos, para a contribuição para o acesso ao herbário, dentre outros.
 - ✓ Em outras regiões do País – entre Embrapa/Sede, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para o desenvolvimento de projetos de proteínas e de cosméticos, para a formação de recursos humanos, para ensaios farmacológicos e de microorganismos, para a estruturação do Núcleo de Informação Biotecnológica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), dentre outros.
 - ✓ No exterior, entre o Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS), da França/Guiana Francesa, e dos conselhos nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica, do Peru, da Bolívia e da Venezuela.
- Outros resultados
 - ✓ Credenciamento da Suframa/CBA como fiel depositária de amostras de componentes de patrimônio genético, em processos de acreditação de ensaios (ISO 17025) junto ao Inmetro, na habilitação dos laboratórios junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento e na legitimação do CBA como fórum de debate técnico-acadêmico. Exemplos nesse sentido são as participações como organizador, dos seminários internacionais sobre biotecnologia durante a II, III, IV e V jornadas de seminários internacionais sobre Desenvolvimento Amazônico das respectivas edições da Feira Internacional da Amazônia (Fiam).

QUADRO RESUMO DOS NÚMEROS DAS FEIRAS INTERNACIONAIS DA AMAZÔNIA

	2004	2006	2008	2009
Expositores	248	318	340	390
Empresas flutuantes	180	46	190	200
Empresas âncoras	20	38	22	28
Volume de negócios gerados (US\$ milhões)	2,3	3,9	-	11,5
Seminários internacionais	15	-	-	-
Palestras/painéis	210	167		302
Palestrantes	284	223	-	200
Mostra de trabalhos científicos	-	38	69	

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PRINCIPAIS INDICADORES DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM) PARA O PERÍODO 2003-2010

INDICADORES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Faturamento (US\$ bilhões)	10,62	14,19	18,91	22,75	25,71	30,1	25,8	15,9*
Exportações (US\$ bilhões)	1,23	1,09	2,02	1,48	1,04	1,27	854	520*
Empregos (média mensal) no PIM	64.971	79.448	89.969	98.666	98.720	107.001	95.296	98.615*
Investimentos totais realizados (US\$ bilhões)	2,76	3,45	4,56	5,55	6,7	7,9	7,8	8,8*
Índice de nacionalização	47,04%	50,37%	51,96%	50,40%	51,16%	48,06%	46,37%	41,73%
Índice de regionalização	27,75%	29,24%	32,38%	31,98%	29,49%	25,81%	25,54%	22,24%
Tributos federais arrecadados (R\$ bilhões)	3,72	5,72	5,79	6,85	7,86	9,85	11,4	4,7*
Tributos totais arrecadados (R\$ bilhões)	6,28	8,76	9,32	10,85	12,31	15,32	14,4	8,4*

*Dados parciais até junho de 2010.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PROGRAMA INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO – RECURSOS APLICADOS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL, EM MACAPÁ E EM SANTANA (AP)

TIPO DE PROJETO	ANO																		TOTAL	
	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		ACUMULADO			
	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR	QT.	VALOR		
PRODUÇÃO	0	0,00	4	40.983.903,15	15	1.661.278,66	5	4.956.777,93	22	5.562.379,31	9	4.800.000,00	2	300.000,00	0	0,00	57	58.264.339,05		
APOIO A INFRAESTRUTURA	0	0,00	6	16.309.155,01	71	27.811.734,42	31	10.530.817,89	119	121.922.437,40	19	7.485.541,17	47	34.163.000,00	4	850.000,00	297	219.072.685,89		
PROMOÇÃO E INVESTIMENTO EM TURISMO	0	0,00	1	210.000,00	5	2.884.823,03	1	281.434,18	5	3.525.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	6.901.257,21		
P&D	8	10.650.313,95	5	6.085.000,00	2	847.559,00	0	0,00	7	10.187.839,52	2	5.454.458,83	0	0,00	0	0,00	24	33.225.171,30		
CAPACITAÇÃO DE RH	1	30.400,00	10	4.673.279,91	11	3.929.439,28	0	0,00	25	13.580.646,51	0	0,00	0	0,00	0	0,00	47	22.213.765,70		
TOTAL	9	10.680.713,95	26	68.261.338,07	104	37.134.834,39	37	15.769.030,00	178	154.778.302,74	30	17.740.000,00	49	34.463.000,00	4	850.000,00	437	339.677.219,15		

Fonte: Coordenação-Geral de Desenvolvimento Regional (CGDER) da Suframa.

FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA PROGRAMA (FIAM) – INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA		
Ano	Infraestrutura física	Infraestrutura pessoal
2007	11 laboratórios, cinco unidades de apoio técnico, duas unidades de apoio tecnológico e área administrativa.	147 colaboradores
2010	22 laboratórios, dez unidades de apoio tecnológico, duas unidades de apoio a negócios e projetos e quatro áreas administrativas.	178 colaboradores

Fonte: Centro de Biotecnologia da Amazônia/Suframa.

FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA PROGRAMA (FIAM) – RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS NO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA (CBA) PELA SUFRAMA (R\$ MIL)

				TOTAL
2007	2008	2009	2010	15.750
2.750	2.500	5.500	5.000	

Fonte: CBA/Suframa.

FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA(FIAM) - PROJETOS EM ANDAMENTO

Projetos	Objetivos
Produção de corantes naturais baseados em plantas amazônicas para fins cosméticos e alimentícios.	Desenvolvimento de corantes naturais, provenientes de plantas e de fungos amazônicos, com aplicações para uso capilar, e materiais odontológicos.
Desenvolvimento de processos e de produtos secos (liofilizados ou secos por spray dryer) a partir de frutas amazônicas para o mercado de nutracêuticos e de bebidas funcionais.	Demonstração da viabilidade técnico-econômica para a produção de nutracêuticos (extratos) de alto valor agregado, a partir de frutos de três espécies amazônicas (camu-camu, açai e guaraná), contribuindo para desenvolver a biotecnologia, pelo uso de matérias-primas nativas da região.
Desenvolvimento de fitomedicamentos e de dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica.	Desenvolvimento de fitomedicamentos e fitocosméticos a partir de plantas nativas do bioma amazônico, estimulando o fortalecimento de diversos elos da cadeia produtiva desses bioprodutos e criando efeito demonstrativo para consolidar um polo de bioindústria na Amazônia.

Fonte: CBA/Suframa.

FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA(FIAM) – PARCERIAS FIRMADAS

Localização geográfica	Instituições	Resultados
Amazônia brasileira	Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Museu Paraense Emílio Goeldi, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Universidade Federal do Maranhão.	Formação de recursos humanos, contribuição para o acesso ao herbário, dentre outros.
Em outras regiões do País	Embrapa/Sede, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).	Parceria para o desenvolvimento de projetos de proteínas e de cosméticos, formação de recursos humanos, ensaios farmacológicos e de microorganismos, estruturação do Núcleo de Informação Biotecnológica do CBA, entre outros.
No exterior	Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS), da França/Guiana Francesa, conselhos nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica do Peru, da Bolívia e da Venezuela.	Termo formalizado, porém o intercâmbio não foi iniciado.

Fonte: CBA/Suframa.

FEIRA INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA(FIAM) - OUTROS RESULTADOS ALCANÇADOS

Credenciamento especial para acesso à biodiversidade	Em 2008, a Suframa/CBA foi credenciada como fiel depositária de amostras de componentes do patrimônio genético, mais especificamente de coleções de culturas de microorganismos. Vale destacar que a Suframa/CBA já possui autorização de acesso ao patrimônio genético para a construção de coleção ex-situ, cedida pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) desde 2005.
Acreditação junto a órgãos de certificações	Tendo como referência uma consistente base de procedimentos operacionais padrões (POPs), estão em andamento processos para obtenção de acreditação no campo da qualidade, normalização e temas correlatos, tais como: acreditação de ensaios (Iso 17.025) junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), habilitação dos laboratórios junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e outros.
Legitimação como fórum de debate técnico-acadêmico	O CBA tem sediado, organizado ou coordenado iniciativas voltadas para o debate público de temas científicos e tecnológicos, legitimando-se, assim, como interlocutor proativo junto à academia, às empresas e aos agentes públicos. Exemplos nesse sentido são as participações, como organizador, dos seminários internacionais sobre biotecnologia durante a II, III, IV e V jornadas de seminários internacionais sobre Desenvolvimento Amazônico das respectivas edições da Feira Internacional da Amazônia (Fiam).

Fonte: CBA/Suframa.

Criação do Programa de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são agrupamentos de empreendimentos e de indivíduos no território em que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e que compartilham formas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir micro, pequenas, médias e grandes empresas.

O apoio do Governo Federal aos APLs se dá pela adoção de uma metodologia de ajuda integrada, com base na articulação de ações governamentais, na esfera do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) e do Plano Plurianual.

Objetivos

Orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando o desenvolvimento e a competitividade dos empreendimentos organizados em APLs e, conseqüentemente, a geração de emprego e de renda.

Data de início

2003

Instrumentos legais

- A organização pelo Governo Federal ocorreu já em 2003, com a inclusão do tema no PPA 2004-2007, por meio da criação do Programa 1.015 – Arranjos Produtivos Locais, e consolidou-se em 3/9/2004, com a formalização do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), pela Portaria Interministerial no 200.

Participação e controle social

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais é composto por 33 organizações governamentais e não governamentais de apoio a aglomerados produtivos. As instituições participantes trabalham observando suas missões e procedimentos próprios para acesso ao apoio, sem hierarquia entre as entidades. Foram, também, instalados 27 núcleos de apoio aos APLs nas unidades da Federação, envolvendo mais de 300 instituições em todo o Brasil.

Modelo de gestão

O Governo Federal e as instituições do GTP APL associam-se na construção de uma política voltada a empreendimentos organizados em aglomerados produtivos, adotando metodologia de apoio integrado, com base na articulação de ações governamentais. O Termo de Referência apresenta as características genéricas acordadas entre os participantes do Grupo, bem como a estratégia de envolvimento das instituições estaduais de apoio aos APLs, por meio dos núcleos estaduais.

As atividades do GTP APL se iniciaram com 11 APLs piloto, distribuídos nas cinco regiões do País, que testaram a metodologia de ação integrada. Depois, as secretarias estaduais ratificaram uma lista de 142 APLs no total, ampliada, posteriormente, para 267 APLs prioritários (até dez APLs por estado).

Quanto ao monitoramento, são realizadas reuniões plenárias para prestar contas dos subgrupos e para discutir assuntos de interesse coletivo, favorecendo as decisões de consenso.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O reconhecimento da necessidade de somar esforços em busca do desenvolvimento do País, com foco nos APLs, deu origem a uma articulação entre os órgãos interessados para elaborar uma estratégia de atuação conjunta, com integração de ações de desenvolvimento local, a partir das atividades produtivas no território.

O primeiro desafio para essa estratégia de atuação foi o de mudar a lógica de atuação por parte dos vários órgãos governamentais e não governamentais que atuavam com o tema desenvolvimento local e regional, em diferentes níveis de abordagem. Outro desafio foi complementar os esforços de aumento de competitividade das diversas cadeias produtivas, que já vêm sendo realizados por diversos órgãos de governo e por outras instituições de apoio.

O apoio a APLs no Brasil é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser um eixo orientador de promoção econômica e social. Essa opção, decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento a micro e pequenas empresas (MPEs) são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizadas. Seu potencial competitivo advém não de ganhos de escala individuais, mas de ganhos decorrentes de uma maior cooperação entre as empresas.

Reconhecida a sua importância, o tema foi, também, incluído como política de Governo no Plano Plurianual 2004-2007 e nos documentos das políticas nacionais de desenvolvimento. O Governo Federal elegeu o Programa de APLs como um dos destaques estratégicos da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em contribuição aos objetivos de desenvolvimento regional e de competitividade das empresas

Resultados

Várias ações foram realizadas para coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se o aumento da competitividade dos empreendimentos organizados em APLs, dentre as principais ações, destacam-se:

- Levantamento institucional dos APLs existentes no Brasil, identificando, em 2004, 460 APLs em todo o País. Novo levantamento, em 2005, identificou 957 APLs. Está em curso a atualização do levantamento, contemplando os seguintes dados sobre os APLs: população, IDH, PIB, número de estabelecimentos por porte, número de empregos e volume de produção.
- Definição de critérios de ação conjunta governamental para apoiar e para fortalecer APLs e o respectivo Termo de Referência, com os aspectos conceituais e metodológicos.
- Elaboração do Manual Operacional para as Instituições Parceiras, desenvolvido pelo GTP APL, que detalha a estratégia de atuação institucional integrada.
- Instalação de 27 núcleos de apoio aos APLs nos estados, envolvendo mais de 300 instituições.
- Buscou-se envolver instituições estaduais para estimular e comprometer as lideranças dos APLs nos processos de desenvolvimento e nas articulações institucional e empreendedora.
- Realização de ações, com repasse de recursos do Governo Federal a 96 arranjos produtivos.
- Reformulação do Projeto de Implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE)

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializadas fora do País, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. O Programa, iniciado em 1988, passou por uma reformulação, por meio da publicação da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Objetivos

Aumentar a competitividade das exportações, atrair investimentos, reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o Balanço de Pagamentos, promover o desenvolvimento econômico e social do país.

Data de início

2007

Instrumentos legais

- Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.732, de 2008.
- Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008. Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) e suas competências.
- Decreto 6.814, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs e regulamenta a Lei nº 11.508, de 2007.
- Instrução Normativa RFB nº 952, de 2 de julho de 2009. Dispõe sobre a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiros de bens em ZPEs.
- Resoluções do CZPE, disponíveis no sítio: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=2771>.

Modelo de gestão

As propostas de criação de ZPE são apresentadas pelos estados ou pelos municípios, em conjunto ou isoladamente, conforme os procedimentos estabelecidos na Resolução CZPE nº 2, ao próprio Conselho das ZPEs, que, após análise, poderá as propostas submeter à decisão do presidente da República.

A Secretaria-Executiva do CZPE foi criada pelo Decreto nº 7.096, de 2 de fevereiro de 2010, como órgão da estrutura básica do MDIC, com o objetivo de prestar apoio técnico-administrativo ao Conselho, dentre outras atribuições.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

No Brasil, o Programa das ZPEs foi implantado pelo Decreto-Lei nº 2.452, de 1988. Nesse marco, 17 ZPEs foram criadas até 1994, sendo que nenhuma delas entrou em funcionamento. Esse regime acabou não tendo continuidade, principalmente por divergências e por indefinições da legislação.

Em 2007, foi publicada a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 (dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs), que revogou o Decreto-Lei de 1988. Pela referida Lei, foi mantido o Conselho Nacional das ZPEs (CZPE), órgão colegiado integrado pelos ministros do MDIC, MF, MMA, MI, MP e CC, competente para definir os procedimentos e os parâmetros do Programa. A Lei definiu novas condições, tais como a substituição da isenção por suspensão tributária.

Resultados

Os principais resultados alcançados no período de 2003 a 2010 são relacionados a seguir:

- Alteração da legislação de ZPE
- Publicação da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs e regulamentos.
- Aprovação de projetos

Em 2010, foram criadas dez zonas de processamento de exportação (ZPE) nos seguintes municípios: Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, Açue Macaíba, no Rio Grande do Norte, São Gonçalo do Amarante, no Ceará, Boa Vista, em Roraima, Aracruz, no Espírito Santo, Bataguassu, em Mato Grosso do Sul, Fernandópolis, em São Paulo, Senador Guimard, no Acre, e Parnaíba, no Piauí.

Criação da Rede Nacional de Política Industrial (Renapi)

A Rede Nacional de Política Industrial (Renapi) é uma instância de governança para articulação de ações dos governos estaduais, iniciativa privada e Governo Federal, em temas relacionados à implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Partindo dos principais desafios da PDP – elevar a competitividade da indústria pelo aumento de sua capacidade de investimento, de exportação e de inovação, além do fortalecimento das micro e pequenas empresas –, o núcleo adquire caráter de fortalecedor das produções regionais. Além disso, estrutura uma rede nacional que avança para a consolidação da PDP como ampla estratégia de desenvolvimento para o País.

Nesse sentido, a rede apoia e participa diretamente do processo de construção de políticas de desenvolvimento industriais nos estados, estimulando a adoção de uma estrutura similar à da PDP, para facilitar a aproximação com as iniciativas federais. Além de incentivar a formação de grupos de trabalho para definir programas e ações ajustados às prioridades locais, oferece metodologia e tecnologia de acompanhamento, em sistema web, baseado no sistema de gerenciamento da PDP.

Objetivos

Difundir, incentivar e monitorar o acesso aos instrumentos da política industrial nos estados e nos municípios, contribuindo para o desenvolvimento da estrutura produtiva regional.

Data de início

Abril de 2006

Modelo de gestão

Para promover a descentralização da informação e do acesso aos instrumentos da política industrial, existem os chamados núcleos estaduais Renapi de Apoio à Implementação da PDP, formalizados pela celebração de termos de Cooperação Técnica entre a ABDI, a Federação das Indústrias dos estados e as secretarias estaduais de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A instalação do núcleo Renapi não implica qualquer estrutura física ou funcional, o que reforça seu caráter de instância de governança para a coordenação e para a articulação das ações relacionadas aos temas da PDP.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Em abril de 2006, foi iniciado um projeto, originalmente denominado Rede Nacional de Agentes de Política Industrial, para divulgar a então política industrial brasileira – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A partir do lançamento da PDP, em maio de 2008, houve um ajuste de foco, na metodologia e na denominação do projeto, atualmente Renapi. As alterações visaram aperfeiçoar o projeto e simplificar o cumprimento dos objetivos definidos.

Resultados

As principais ações desenvolvidas para difundir, incentivar e monitorar o acesso aos instrumentos da política industrial nos estados e municípios foram as seguintes:

- **Núcleos estaduais Renapi de Apoio à Implantação da PDP:** no segundo semestre de 2008, logo após o anúncio da PDP, foram instalados os três primeiros núcleos, nos estados de Goiás, Acre e Sergipe. Em 2009, foram instalados outros dez núcleos, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima. Ao longo de 2010, foram instalados mais seis núcleos, nos estados do Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí e Santa Catarina. Assim, existem hoje 19 núcleos estaduais Renapi de apoio à implementação da PDP. Há três estados em fase de negociação para integrarem a rede – Rio Grande do Norte, Piauí e Rio de Janeiro. A previsão é que a Rede esteja em pelo menos 22 núcleos até o final de 2011.
- **Agendas e políticas de desenvolvimento industrial do estado:** a principal atividade dos núcleos é construir e acompanhar uma agenda de ações para atender às demandas locais. Em alguns casos, essa agenda torna-se a própria Política de Desenvolvimento Industrial estadual. Atualmente, a ABDI participa diretamente do processo de construção de Políticas de Desenvolvimento Industrial nos estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Pernambuco e Paraná (a PDP Paraná foi lançada em agosto de 2010). Outros quatro estados – Acre, Espírito Santo, Paraíba e Roraima – estão em negociação para iniciar o processo. Por meio da Rede, é disseminada a experiência de estados como Minas Gerais, que já tem uma política baseada na PDP.
- Para avançar nesse processo, incentiva a formação de grupos de trabalho estaduais e a criação, a reativação ou a utilização de conselho/órgão estruturado com representação público-privada para aprovar, para acompanhar e para aprimorar a Política Industrial estadual. Oferece, também, metodologia e tecnologia para facilitar a formulação e o acompanhamento das ações propostas, por meio de um sistema web baseado no sistema de gerenciamento da PDP.
- **Dia do Estado:** eventos nos quais representantes do Núcleo Renapi estadual e líderes de projetos/gestores da PDP trocam informações e experiências. O resultado dessa aproximação (“rodada de negócios” institucional) é a formação de agendas setoriais de implantação, no estado, de programas, de ações e de instrumentos previstos na PDP. Em 2010, foram realizadas sete edições, com a participação dos estados da Paraíba, Ceará, Goiás, Sergipe, Paraná, Bahia e Mato Grosso do Sul.
- **Apoio a programas de Qualificação de Fornecedores (PQF):** desenvolvido pelo Instituto Euvaldo Lodi, o Programa visa capacitar empresas fornecedoras de bens e de serviços industriais e fortalecer seus vínculos com empresas compradoras. No Acre, Rondônia, Sergipe e Paraíba, a Renapi já apoia a realização de etapas da pesquisa para o levantamento de dados sobre a cadeia de fornecimento, sensibilizando empresas âncoras e fornecedoras e oferecendo diagnósticos para elaborar propostas para implantação de PQF.
- **Apoio a feiras industriais:** instrumento de fortalecimento de pequenas e médias indústrias, tais eventos proporcionam maior visibilidade às empresas, gerando oportunidades de negócio e de parcerias.
- O patrocínio da Renapi às feiras viabiliza a participação de empresas no estande que faz parte das contrapartidas. Três aspectos diferenciam e qualificam o apoio:
 - Os critérios de escolha das empresas, baseados na sinergia com outras ações estaduais do Núcleo Renapi – seleção baseada no perfil de empresas emergentes e/ou na participação no PQF. A aplicação de metodologia de acompanhamento da efetividade do apoio, com base na mensuração de aspectos vinculados à competitividade da empresa para os quais possa ter contribuído a sua participação na feira. A possibilidade de participação em outras edições do evento, desde que a contribuição da ABDI/Renapi seja gradativamente reduzida – 100% na primeira participação, 60% na segunda, 30% na terceira.
- **Cursos de Elaboração de Projetos de Inovação:** muitas empresas desconhecem os instrumentos disponíveis de apoio à inovação ou, embora tenham informações sobre eles, não sabem como os acessar. Para atender às demandas do setor empresarial, foram organizadas 25 turmas do curso de elaboração de projetos de inovação em 13 estados e no Distrito Federal – Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo –, capacitando 809 representantes de 473 empresas. A Renapi também tem buscado outras formas de suprir a demanda por capacitação em elaboração de projetos de acesso a financiamentos e a subvenções públicas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de serviços locais de elaboração, de acompanhamento, de prestação de contas e de mensuração da efetividade de projetos.
- **Renapi em Foco:** Informativo Eletrônico da Renapi, enviado aos parceiros institucionais e para cerca de quatro mil integrantes da rede. Desde 2008, foram enviadas 27 edições. Extensionismo industrial – ação direta nas empresas

- **Atendimento às empresas emergentes:** a partir de estudo conjunto Ipea/UFMG, que classifica as empresas industriais de acordo com seu grau de maturidade de inovação, desde 2009, a Renapi empreende ação estruturada e focada no grupo chamado de emergentes (empresas de médio porte, não exportadoras, que investem em P&D com recursos próprios). Em parceria com entidades nacionais, como BNDES, Finep e CNPq, instituições regionais como Sudam, Sudene e Banco do Nordeste e/ou fundações estaduais de amparo à pesquisa têm difundido linhas de financiamento e recursos de subvenção, assim como têm prestado atendimento individual às empresas. Entre fevereiro e julho de 2010, foram realizadas 24 reuniões com esse objetivo, em 22 cidades de 12 diferentes estados. Compareceram 834 empresas, 255 das quais manifestaram interesse e receberam atendimento individualizado pelo BNDES e/ou Finep. Desse total, 189 empresas serão acompanhadas, por demonstrarem potencial para linhas oferecidas por essas instituições. O acompanhamento continuará até a aprovação ou não do projeto visando à obtenção de crédito, ou até a justificativa pela não elaboração do projeto.

D) INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Desde o início da gestão presidencial, foi identificada a necessidade de promover mais agressivamente a inovação tecnológica no segmento produtivo. A ampliação da capacidade de inovação na indústria e no setor de serviços foi o princípio orientador das políticas de desenvolvimento produtivo do Governo Federal.

Entre as áreas identificadas como prioritárias para a inovação tecnológica estão: tecnologia da informação e da comunicação, inteligência competitiva, biotecnologia, nanotecnologia, propriedade industrial, normalização e regulamentação técnica, avaliação da conformidade, dentre outros. Assim, planejou-se criar fóruns de competitividade, com a finalidade de estabelecer um ambiente para discussões acerca das políticas e das ações setoriais de governo. Esses fóruns serviriam como instrumentos de apoio à tomada de decisão, objetivando articular as necessidades e as opiniões do setor produtivo, da academia, da sociedade civil e do poder público.

Para aproximar os participantes dos diversos setores produtivos e tecnológicos, incentivar a inovação e ampliar a competitividade na indústria, também foi planejada a criação do Portal Inovação, espaço de interação, cooperação tecnológica e apoio à tomada de decisão para os diversos atores do sistema de inovação.

Além dos fóruns de diálogo e das políticas setoriais, o desenvolvimento tecnológico depende de uma complexa infraestrutura técnica para resultar, efetivamente, em produtos, em serviços e em processos mais competitivos e inovadores.

Cabe destacar, ainda, as ações de desenvolvimento do sistema de propriedade intelectual e dos programas de metrologia e de avaliação de conformidade que visaram à melhoria do ambiente institucional e ao aperfeiçoamento dos padrões técnicos, estimulando a inovação.

De 2001 a 2009, o Governo Federal coordenou o Projeto Telecentros de Informações e Negócios (TINs). Nesse Projeto, foram instalados 1.222 telecentros em 26 unidades federativas.

O BNDES trata a inovação tecnológica como uma de suas prioridades estratégicas. Isso ocorre devido principalmente ao caráter fundamental da inovação no aumento de produtividade e de competitividade das empresas e na criação de riqueza para o Brasil. O objetivo do Banco é contribuir para o aumento das atividades inovativas no País e para a sua realização em caráter sistemático. Desde 2007, quando se inicia o processo de Planejamento Corporativo 2009-2014, houve significativo crescimento das operações de apoio à inovação, temporariamente interrompido em 2009 pelos efeitos da crise internacional, mas que vem sendo retomado em 2010.

O desembolso do Banco e seu investimento alavancado cresceram entre cinco e seis vezes no período 2002-2009, mesmo considerando a crise internacional. Com relação ao número de operações efetuadas, em 2009 foram realizadas aproximadamente seis vezes mais do que em 2002, o que demonstra a importância do Banco para os projetos inovativos. Destaca-se, em número de operações, o financiamento via proposta do Cartão BNDES para inovação, utilizado na contratação de serviços tecnológicos e em parcerias com universidades e centros de pesquisa. Desde seu lançamento, em julho de 2009, mais de 100 projetos foram realizados.

Implantação de Telecentros de informação e de negócios e inserção de empresas na economia do conhecimento por meio de tecnologias da informação e de comunicação

Consiste no uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e no apoio à implantação de Telecentros de Informação e Negócios.

Objetivos

Difundir a tecnologia e a inovação nas diversas cadeias produtivas da indústria, em consonância com os principais eixos da PDP, e incentivar a inserção de micro, de pequenas e de médias empresas na economia da informação e do conhecimento, para fortalecer as condições de competitividade e para estimular a inovação.

Data de início

1º/10/2008

Participação e controle social

A participação e o controle social, nessa área, ocorrem por meio do Fórum de Competitividade de Softwares e Serviços de Tecnologia da Informação, ferramenta estratégica da PDP que tem o objetivo de elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial, com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas.

O Fórum conta com a participação de representantes do Governo, do setor produtivo, da academia e da sociedade civil organizada, os quais formam os grupos de trabalho (GTs) responsáveis pela articulação, pelo desenvolvimento de estudos, pela elaboração de propostas e pelo encaminhamento dos temas específicos que deverão compor a agenda de trabalho e a formulação de políticas públicas.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Considerando que um dos principais eixos da PDP é a inovação, as áreas estratégicas definidas como tal envolvem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Dessa forma, o setor é visto como inovador e estruturante para o processo de difusão tecnológica e de inovação em diversas cadeias produtivas.

Adicionalmente, para integrar as microempresas e as empresas de pequeno porte na nova economia, intensiva em conhecimento, o Governo Federal tem estimulado a inserção do pequeno empreendedor na “Sociedade da Informação”, por meio do uso das novas tecnologias digitais.

Resultados

A instalação do Fórum de Competitividade de Software e Serviços de TI foi realizada em 2008, sendo o mesmo formado por grupos de trabalho (GTs) responsáveis pela articulação, pelo desenvolvimento de estudos, pela elaboração de propostas e pelo encaminhamento dos temas específicos que deverão compor a agenda de trabalho e a formulação de políticas públicas. São eles:

- GT Exportação e Internacionalização de Empresas
- GT Marco Regulatório
- GT Inovação e Apoio às Pequenas e Microempresas (PMEs)
- GT Formação de Recursos Humanos

No Fórum de Competitividade de Software e Serviços de TI foi proposto um projeto acoplado às ações de formação de técnicos e de empreendedores a partir dos Telecentros de Informação e Negócios, do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e do Plano Nacional de Educação (PNE). As principais ações tomadas na direção da integração dos programas são:

- Formação de RH.
- Criação de escolas técnicas com o DNA de TI (oferta de cursos de inglês a partir da grade curricular da rede federal).
- Realização da Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM) e da Olimpíada de Robótica (movimento de acoplar políticas públicas para atração de jovens), com utilização da estrutura dos institutos federais de educação tecnológica e profissional.
- Implantação do Brasil Profissionalizado e acordo com o Sistema S – Cooperação regional com o Sistema S na capacitação de recursos humanos em TI – nos estados de Minas Gerais, da Bahia, de São Paulo, da Paraíba, de Santa Catarina, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- Oferta de cursos para o Plano Setorial de Qualificação Tecnologia da Informação e Software Livre (Planseq/TI). Como resultado das ações, foi atingido um total aproximado de 20 mil formados nos anos de 2009 e 2010.

Por sua vez, o projeto de implantação dos Telecentros de Informação e Negócios contou com o apoio de diversas instituições parceiras na contribuição e na doação de equipamentos, bem como no transporte, na logística, na entrega e na geração de conteúdos. O resultado foi a instalação de 1.222 unidades de Telecentros em 26 unidades federativas, além de três Telecentros em Cuba, resultantes do Memorando de Entendimento assinado com aquele país.

Implantação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e Nanotecnologia

Apoio à Implantação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDP-Biotec) e de Nanotecnologia.

Objetivos

Prover o apoio e os meios necessários à implementação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB) e analisar diagnósticos e políticas públicas, além de identificar lacunas, oportunidades e desafios concernentes à nanotecnologia, com vistas ao seu desenvolvimento e à definição de metas e de ações em conformidade com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de Nanotecnologia.

Data de início

8/2/2007 – Biotec

23/11/2009 – Nanotecnologia

Instrumento legal

- Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007

Participação e controle social

O Fórum de Competitividade de Biotecnologia é o mecanismo do Governo Federal para aumentar a competitividade de setores e de áreas biotecnológicas com impactos relevantes sobre o desenvolvimento econômico. O Fórum tem tido uma participação relevante da sociedade, pois reúne representantes de instituições públicas e privadas para avaliar e propor aperfeiçoamentos nas políticas públicas para desenvolver a biotecnologia no País.

Já o Fórum de Competitividade de Nanotecnologia é o instrumento de apoio às discussões e aos encaminhamentos de iniciativas e de programas segundo as dimensões da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e tem como objetivo aumentar a competitividade do País por meio da articulação entre as necessidades do setor, da academia e do Governo.

O Programa amplia a articulação entre o setor produtivo, o Governo e a academia na busca de consensos em torno de oportunidades, de ameaças, de desafios e de lacunas relacionados à área, em consonância com a PDP.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa foi criado pela necessidade de apoiar as ações voltadas à consecução dos objetivos constantes da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, mais especificamente pela necessidade de apoiar o funcionamento do Comitê Nacional de Biotecnologia, a implementação das Ações Estruturantes e, no que se refere ao Eixo Industrial, a implantação das ações relacionadas aos objetivos específicos da Política.

Por sua vez, dada a sua importância estratégica, a nanotecnologia é um dos principais focos das atividades de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação em todos os países industrializados, fato que motivou a destacar o tema como uma das prioridades.

Resultados

A agenda de ação original da PDP Biotecnologia apresentava três ações que, no segundo semestre de 2009, foram transformadas em seis. No total, há 14 medidas para implantar essas ações. Foram fomentados 110 projetos biotecnológicos (a meta eram 20), induzidas 24 parcerias universidade-empresa (a meta eram 20) e financiados e implementados seis centros de biotecnologia (a meta eram cinco). Todas as metas previstas na política foram alcançadas, antecipadamente.

Em relação ao marco legal do patrimônio genético, as discussões sobre o acesso ao patrimônio genético e a repartição de benefício estão sendo aprofundadas no âmbito da PDP de Biotecnologia.

Na esfera internacional, o Governo Federal atuou na defesa dos interesses exportadores da agroindústria nas discussões do regime de responsabilidade e de compensação do Protocolo de Cartagena da Biossegurança de Transgênicos. Ressaltam-se as discussões do regime de responsabilidade e de compensação do Protocolo, sempre com a orientação de apoiar a identificação de alternativas que não resultem em barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Em novembro de 2009, foi instalado o Fórum de Competitividade de Nanotecnologia como ferramenta estratégica para apoiar as discussões e encaminhar iniciativas e programas segundo as diretrizes da PDP. Com representantes de empresas, de entidades, da academia e de órgãos governamentais, os grupos de trabalho (GTs) constituem a estrutura interna do Fórum, sendo criados para reunir e para tornar

consensuais os diagnósticos, como também para propor, para implementar e para acompanhar as ações e as metas estabelecidas. Os GTs são divididos em: GT Mercado GT Marco Regulatório, GT Cooperação Internacional e GT Formação de Recursos Humanos.

Em setembro de 2009, foram disponibilizados para consulta aos membros do Fórum dois diagnósticos produzidos pelos GTs Mercado e Marco Regulatório.

Ainda no que se refere à área de nanotecnologia, estão sendo articulados e organizados subsídios para organizar o Marco Regulatório da Nanotecnologia no Brasil. Até setembro de 2010, foram identificadas 101 empresas que produzem ou empregam nanotecnologia, desde empresas de P&D até setores tradicionais, como o têxtil e o de cosméticos. A produção científica é significativa: são 18 institutos nacionais de C&T ligados à nanotecnologia, além de oito laboratórios especialmente constituídos por edital do MCT e de dez redes acadêmicas voltadas ao setor.

Pela necessidade de ampliar os serviços tecnológicos oferecidos à indústria, está em processo de contratação um estudo sobre o mercado de serviços de escalonamento, para identificar a demanda. Há também espaço para que outras infraestruturas de serviços tecnológicos, como avaliação da conformidade e biotérios, sejam desenvolvidas em bases economicamente sustentáveis. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia se encontram em fase de conclusão, com cerca de 50 projetos e recursos de R\$ 10 milhões do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Objetivos

Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual, de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, que promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e que favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

Data de início

7/4/2008

Instrumento legal

- Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A propriedade intelectual é, e tende a ser cada vez mais, importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e a absorção de tecnologia e para aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do País e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno. O Sistema de Propriedade Intelectual também contribui para reprimir a concorrência desleal, em especial, o combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País.

Mesmo com uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos por poucos. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo, científico e tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente o patenteamento e a comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e por institutos de pesquisa nacionais. Evidência disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do País que, se medido pelo número de pedidos e de concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostram um fraco desempenho do Brasil, quando comparado com outros países em desenvolvimento, como a Coreia do Sul.

Resultados

Entre 2003 a 2009, foram recebidos 167.590 pedidos de depósitos de patentes e processados 110.972, o equivalente a 66% dos pedidos. As concessões de patentes somaram 20.655. Quanto aos depósitos de registros de marcas, deram entrada no mesmo período 721.032, com o processamento de 714.657, o que representa 99%. Foram concedidas 326.347 marcas, de 2003 a 2009.

Nesse período, dentre os principais avanços, podem ser citados:

- Redução substantiva do backlog de marcas.
- Equacionamento de grande parte do problema de demora no exame de patentes.

- Autorização e capacitação do Instituto para atuar como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar de Patentes, no contexto do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes.
- Inclusão no portal do Inpi de uma Base de Patentes em Aniversário, onde se encontram as tecnologias que caíram em domínio público e podem ser usadas, amplamente, para auxiliar o público e para subsidiar as políticas públicas nacionais, e de uma Base de Patentes Concedidas, que representa um banco de dados de grande importância para as decisões de investimento e para traçar estratégias de inovação incremental.
- Disponibilização do e-marcas, um sistema que permite que os pedidos de marcas possam ser realizados e enviados por meio de formulário eletrônico.
- Criação da Academia de Propriedade Intelectual e do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação, cuja primeira turma ingressou em 2007.

Implantação, em 2010, do sistema Push-Inpi, ferramenta que avisa os cidadãos, por e-mail, sobre despachos e sobre movimentações em processos de seu interesse, publicados na Revista da Propriedade Intelectual (RPI).

Implantação de programas de metrologia e avaliação da conformidade

Objetivos

Os programas de metrologia e avaliação da conformidade objetivam criar padrões técnicos para os produtos, informar e proteger o consumidor, propiciar a concorrência justa, estimular a melhoria contínua da qualidade, facilitar o comércio internacional e fortalecer o mercado interno. Por meio de processos sistematizados, acompanhados e avaliados, tais programas propiciam adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço atende a requisitos preestabelecidos em normas e em regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade.

Modelo de gestão

Cabe ao Governo o papel de harmonizar os diferentes interesses dos diversos segmentos da sociedade. Por isso, os estudos de viabilidade técnica, o desenvolvimento, a implantação assistida e o aperfeiçoamento devem ser conduzidos segundo princípios básicos que propiciem a indispensável credibilidade aos programas. São eles: confidencialidade, imparcialidade, isenção, acessibilidade (a todos os interessados e com igual tratamento), transparência, independência, divulgação, educação e conscientização dos diferentes segmentos da sociedade. A avaliação da conformidade pode ser voluntária ou compulsória, e nestes casos, conduzida por organismos e por laboratórios acreditados pelo Governo.

Resultados

Nos últimos oito anos, a metrologia química no País foi consolidada, atuando fortemente nas áreas de eletroquímica, orgânica, inorgânica, gases e motores, combustíveis e lubrificantes, produzindo Material de Referência Certificado (MRC).

O Governo, por meio do Inmetro, implantou laboratórios que prestam serviços de ensaio a empresas e a universidades, destacando-se: o de Metrologia de Materiais (com ensaios em implantes ortopédicos, dispositivos orgânicos emissores de luz, materiais nanoestruturados e laboratório de nanometrologia, com o microscópio eletrônico de varredura e de transmissão Titan, dotando o País de padrões de referência em nanotecnologia), o de Velocidade de Fluidos e Vazão de Líquidos (garantindo maior confiabilidade aos sistemas de calibração de medidores de vazão de líquidos e de gás, no abastecimento doméstico, na produção de bebidas e de fármacos, em estudos oceânicos e em plataformas de petróleo do pré-sal), o de Biotecnologia (que apoiará o Centro Brasileiro de Material Biológico, em parceria com o Inpi), o móvel de telecomunicações e TV digital (para medir sinais de TV, de rádio digitais e de sistemas de acesso à Internet Banda Larga).

Na área dos programas de avaliação de conformidade, destacam-se:

- Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor) – criado por demanda do Fórum de Competitividade de Madeiras e Móveis, é de natureza voluntária. Coordenado pelo Inmetro, conta com a participação de diversas entidades representativas da sociedade brasileira e tem o aval dos melhores programas de
- Certificação florestal do mundo - O Cerflor é o único programa nacional de certificação do manejo de floresta tropical nativa reconhecido no País no âmbito do *Program for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC), que é o maior fórum de programas de manejos de florestas certificadas.
- Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) – criados 30 programas de etiquetagem, que têm por finalidade racionalizar o uso dos diversos tipos de energia no País. Na esfera de eletrodomésticos, por meio da Etiqueta Nacional de Consumo

de Energia (Ence), conhecida por suas faixas coloridas, o consumidor passou a ser informado sobre a eficiência energética de cada produto, estimulando-o a fazer uma compra consciente.

- Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular – com objetivo de aumentar a eficiência energética de veículos automotores visando, ainda, à redução de emissões. O Brasil ingressou, a partir de 2008, na lista dos países que desenvolvem programas de eficiência energética e de uso racional de combustível em veículos, como os Estados Unidos, o Japão, a Austrália, a China, o Canadá, Cingapura e países da União Europeia. O Programa propicia competitividade à indústria nacional e influenciará na eficiência dos veículos.
- Programas de Avaliação da Conformidade para Acessibilidade – em 2009, foi concluída a regulamentação de acessibilidade de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros, como determina o Decreto nº 5.296, de 2004.
- Programa Brasileiro de Certificação de Biocombustíveis – de caráter voluntário, visa proporcionar a confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da ABNT ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio. Em parceria com o Nist, dos EUA, foram desenvolvidos quatro tipos de MRC para álcool e para biodiesel, com as especificações da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- Programa de Plugues e Tomadas – para reduzir os riscos de choques elétricos, de curto-circuitos e de incêndios, a partir de dezembro de 2006 se tornou obrigatório o Padrão Brasileiro de Plugues e Tomadas, baseado em norma internacional da International Electrotechnical Commission (IEC). Foi regulamentado o padrão mais adequado às características de nosso território, em especial se consideradas as diferentes voltagens adotadas e as frequentes oscilações nas redes de distribuição. Com sua adoção, o mercado brasileiro passa a ter apenas dois modelos de plugues, de dois ou três pinos redondos, e um modelo de tomada, de três furos redondos.
- Dispositivos de retenção para crianças – para reduzir o risco de morte em casos de acidentes ou de desaceleração repentina do carro, em janeiro de 2009 foi divulgado regulamento técnico exigindo ensaios e adequadas instruções de uso para tais dispositivos (cadeirinha, assento de elevação ou bebê conforto) para levar crianças no banco traseiro dos carros de passeio. Por decisão do Governo, em setembro de 2010, passaram a ser obrigatórios em carros de passeio.
- Implantação, em 2010, do sistema Push-Inpi, ferramenta que avisa os cidadãos, por e-mail, sobre despachos e movimentações em processos de seu interesse, publicados na Revista da Propriedade Intelectual (RPI).

Implantação de programas direcionados ao financiamento de projetos inovativos

São diversos programas implantados ao longo dos últimos anos contemplando linha de financiamentos à inovação tecnológica.

Objetivo

Foram incluídos no Cartão BNDES, por meio da Resolução BNDES nº 1.636, de 26 de agosto de 2008, os serviços de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) com o objetivo de estimular a inovação tecnológica por meio do financiamento de serviços de P,D&I a MMPEs, contribuindo com os esforços inovadores.

Fundo Tecnológico BNDES Funtec – foi recriado a partir da experiência pioneira dos anos 1970, pela Resolução BNDES nº 1.092, de 26 de abril de 2004, para apoiar, de forma não reembolsável, projetos que objetivem estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o País, em conformidade com programas e políticas públicas do Governo Federal. O BNDES Funtec foi criado para acelerar a busca de soluções para problemas já detectados e reconhecidos por institutos de pesquisa e por agentes econômicos, concentrando esforços e recursos em temas específicos, para que o País tenha presença marcante em áreas ou em questões em que as empresas brasileiras possam vir a assumir papel de destaque ou mesmo de liderança no plano mundial. É importante que os projetos contenham mecanismos que prevejam a efetiva introdução de inovações no mercado.

Programa Criatec – criado pela Resolução BNDES nº 1.394, de 28 de dezembro de 2006, tem o objetivo de apoiar empresas nascentes voltadas para a inovação, sobretudo micro e pequenas empresas inovadoras em estágio nascente e integrantes dos setores de tecnologia de informação, biotecnologia, novos materiais, nanotecnologia, agronegócios e outros. O Criatec foi criado para apoiar fundos de investimento em empresas nascentes voltadas para a inovação, contribuindo para o desenvolvimento de novos processos e de tecnologias na economia.

BNDES PSI Inovação – Programa BNDES de Sustentação do Investimento – Subprograma Inovação – criado pela Resolução BNDES nº 1.793, de 10 de setembro de 2009, tem o objetivo de estimular a inovação tecnológica, por meio da redução do custo financiamento. O Programa foi estabelecido para contribuir com a manutenção e com a elevação do nível de investimento na economia, fazendo frente à retração de crédito advinda da crise financeira.

Linha Capital Inovador – criada pela Resolução BNDES nº 1.552, de 15 de janeiro de 2008, tem o objetivo de capacitar a empresa a realizar atividades de inovação de forma contínua e estruturada. A Linha foi criada para apoiar empresas no desenvolvimento de capacidade para empreender atividades inovadoras em caráter sistemático, financiando investimentos orientados tanto à construção do capital intangível quanto à infraestrutura física, incluindo a implementação de centros de pesquisa e de desenvolvimento.

Linha Inovação Produção – criada pela Resolução BNDES nº 1.860, de 10 de dezembro de 2009, tem o objetivo de apoiar projetos de investimentos que visem à implantação, à expansão e à modernização da capacidade produtiva, necessários à absorção dos resultados do processo de pesquisa e ao desenvolvimento e a inovação, e projetos de pesquisa e de desenvolvimento ou de inovação que apresentem oportunidade comprovada de mercado, inclusive o desenvolvimento de inovações incrementais de produtos e/ou processos. A Linha foi criada para apoiar a produção industrial e a posterior comercialização dos resultados do processo de inovação.

Programa BNDES de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (BNDES Profarma) – foi criado pela Resolução BNDES nº 1.083, de 29 de março de 2004, tem o objetivo de elevar a competitividade do complexo industrial da saúde, de contribuir para a redução da vulnerabilidade da Política Nacional de Saúde e de articular essa política com a PDP. O Profarma foi criado para incentivar o aumento, de forma competitiva, da produção de equipamentos médicos, materiais, reagentes e dispositivos para diagnóstico, hemoderivados, imunobiológicos, intermediários químicos e extratos vegetais para fins terapêuticos, princípios ativos farmacêuticos e medicamentos para uso humano, bem como produtos correlatos inseridos no complexo industrial da saúde, contribuindo para a inserção internacional de empresas nacionais do complexo industrial da saúde e induzindo a pesquisa, o desenvolvimento e a disseminação da atividade inovadora no complexo industrial da saúde.

Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre – instituído pela Resolução BNDES nº 1.390, de 21 de dezembro de 2006, tem o objetivo de contribuir com a implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital, na modalidade de transmissão terrestre (SBTVD-T), bem como de fortalecer as empresas brasileiras durante o período de transição para o SBTVD-T. O PROTVD foi criado para estimular a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, viabilizando a introdução de inovações na configuração do SBTVD-T e apoiar a geração de aplicações e a produção áudio-visual de conteúdo nacional para televisão.

Programa de Financiamento às Empresas da Cadeia Produtiva Aeronáutica Brasileira (Pró-Aeronáutica) – criado pela Resolução BNDES nº 1.476, de 7 de agosto de 2007, tem o objetivo de financiar investimentos realizados por micro, pequenas e médias empresas integrantes da cadeia produtiva da indústria aeronáutica, visando ao seu adensamento. O Programa surgiu para apoiar a cadeia produtiva da indústria aeronáutica, elevando seu grau de nacionalização.

Resultados

Desde 2007, quando se inicia o processo de Planejamento Corporativo 2009-2014 do BNDES, houve um crescimento significativo das operações de apoio à inovação, temporariamente interrompido, em 2009, pelos efeitos da crise internacional, mas que vem sendo retomado com toda a força em 2010.

O desembolso do Banco e seu investimento alavancado cresceram entre cinco e seis vezes no período 2002-2009, mesmo considerando a crise internacional. Com relação ao número de operações efetuadas, em 2009 foram realizadas aproximadamente seis vezes mais operações do que em 2002, o que demonstra a importância do Banco para os projetos inovativos. Destaca-se, em número de operações, o financiamento via proposta do Cartão BNDES para inovação, utilizado na contratação de serviços tecnológicos e em parcerias com universidades e com centros de pesquisa. Desde o seu lançamento, em julho de 2009, mais de 100 operações foram realizadas.

A tabela a seguir demonstra o crescimento do financiamento do BNDES à inovação nos últimos anos. Foram cerca de 230 operações no período 2003-2010 (junho), com investimentos totais de R\$ 6,5 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA), a partir de um desembolso do banco de R\$ 3,2 bilhões.

FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO – BNDES

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun.)	Total
Desembolso (R\$ milhões)	95	32	153	126	127	312	811	571	675	2.806
Investimento Alavancado	185	52	265	175	224	560	2168	965	1293	5.702
Número de Operações	29	25	23	26	36	70	85	159	133	259

Fonte: BNDES.

De agosto de 2008 a junho de 2010, foram realizadas 133 operações de financiamento de serviços de P,D&I a MMPEs, com investimentos totais de R\$ 1,6 milhão (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Já o BNDES Funtec promoveu, de abril de 2004 a junho de 2010, 24 operações, que resultaram em investimentos totais de R\$ 168 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 78%, sendo o desembolso total do Banco de R\$ 132 milhões.

E na esfera do Criatec, o desembolso total do BNDES em operações foi de R\$ 27 milhões, de dezembro de 2006 a junho de 2010.

Foram realizadas 13 operações, de julho de 2009 a junho de 2010, pelo BNDES PSI Inovação – Programa BNDES de Sustentação do Investimento – Subprograma Inovação, que resultaram em investimentos totais de R\$ 339 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 42%, com desembolso total do Banco de R\$ 142 milhões.

No que concerne à linha Capital Inovador do BNDES, de janeiro de 2008 a junho de 2010, foram realizadas sete operações, que culminaram em investimentos totais de R\$ 414 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 52%, com desembolso total do Banco de R\$ 215 milhões.

O Linha Inovação Produção, de janeiro de 2009 a junho de 2010, teve 25 operações, com investimentos totais de R\$ 320 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 80%, com desembolso total do Banco de R\$ 256 milhões.

De março de 2004 a junho de 2010, houve um total de 87 operações via BNDES Proforma, com investimentos totais de R\$ 1,8 bilhão (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 62%, com desembolso total do BNDES de R\$ 1,1 bilhão.

Por sua vez, o Programa de Apoio à Implementação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre teve, de dezembro de 2006 a junho de 2010, 29 operações e investimentos totais de R\$ 56 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 47%, com desembolso total do Banco de R\$ 26 milhões.

E o Pró-Aeronáutica realizou, de agosto de 2007 a junho de 2010, uma operação, com investimentos totais de R\$ 8,5 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média nessas operações foi de 33%, com desembolso total do Banco de R\$ 2,8 milhões.

Conclusão do Parque Tecnológico do Polo Industrial de Manaus

Objetivos

Apoiar e promover a ampliação da competência científica, tecnológica e de inovação do Polo Industrial de Manaus por meio da execução de programas e de projetos estruturantes de ciência, tecnologia e inovação, com a finalidade de responder às suas demandas, em especial dos setores eletroeletrônico, de informática e de produção de veículos de duas rodas.

Modelo de gestão

Organização associativa não governamental

Data de início

7/1/2004

Instrumentos legais

- Decreto-Lei nº 288, de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus
- Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo – Lei da Inovação.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A lógica da criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM) consiste na promoção da geração, do domínio e da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos avançados, especialmente nas áreas de microeletrônica, de microsistemas e de nanotecnologia, visando contribuir para a consolidação e o fortalecimento do ambiente tecnológico do Polo Industrial de Manaus, culminando com a implantação do Parque Tecnológico do PIM.

Resultados

- Cinco cursos lato sensu voltados à área de TV digital.
- Três cursos de mestrado em sistemas digitais.
- Curso introdutório de graduandos ao projeto de circuitos integrados digitais.
- Um curso de especialização lato sensu em sistemas embarcados.
- Dois MBAs, sendo um em Gestão de Projetos e outro em Inovação em Negócio.
- Treinamentos de jovens engenheiros em software e hardware para TV digital.
- Formação de Mestres Doutores no exterior.
- Doutorado interinstitucional em engenharia elétrica para sistema de TV digital.
- Seminário: Failure analysis in electronic components.
- Apoio à implantação de Design House.
- Apoio à implantação de infraestrutura para seis laboratórios para projetos de pesquisa, de desenvolvimento de produtos e execução de testes e de ensaios.
- Apoio a nove projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação.
- Realização de cinco acordos de cooperação técnica com instituições internacionais.
- Participação em quatro redes laboratoriais, de pesquisa e de programas governamentais.

Desenvolvimento de produtos e processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)

Objetivos

- Incentivar a exploração econômica sustentável da biodiversidade da Amazônia observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
- Desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, dentre outros) e bioindústrias na região, por meio da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação de produtos e de processos derivados da biodiversidade amazônica.
- Estimular a implantação de polos de bioindústrias na região e a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos, ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional.
- Manter a estrutura técnica e administrativa e o desenvolvimento de projetos para promover a inovação tecnológica a partir de processos e de produtos da biodiversidade.

Modelo de gestão

Para equacionar a lacuna do modelo de gestão, a condução do CBA tem enfrentado dificuldades. Nesse sentido, a autarquia tem apresentado diversos estudos, tendo sido o último deles, o Plano de Negócios e o Plano Diretor do CBA, encaminhado ao Palácio do Planalto para subsidiar a edição de projeto de lei que regulamenta a criação da empresa pública Centro de Biotecnologia da Amazônia S./A. Esta foi a solução após análise de diversos modelos de gestão, levando em conta as necessidades de agilidade e de flexibilidade administrativa, financeira e operacional do Centro em seu papel de ligação entre os ambientes científico-tecnológico e empresarial.

Data de início

Janeiro de 2000.

Instrumentos legais

- Constituição Federal de 1988, art. 218, § 2º
- Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001
- Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002

Resultados

No período 2003-2010, foram implantados 22 laboratórios, dez unidades de apoio tecnológico, duas unidades de apoio a negócios e a projetos e quatro áreas administrativas. Destacam-se, ainda, a introdução de outros serviços, tais como: análises físico-químicas, envolvendo avaliação de propriedades organolépticas, e análises microbiológicas, envolvendo ensaios sobre ocorrência de microorganismos em insumos e produtos, além de outros serviços técnicos especializados, como ensaios de eficácia e segurança toxicológica. No período, a Central Analítica realizou 6,5 mil análises. Foram definidos três projetos prioritários que estão em andamento:

- Produção de corantes naturais baseados em plantas amazônicas para fins cosméticos e alimentícios.
- Desenvolvimento de processos e de produtos secos (liofilizados ou secos por spray dryer) a partir de frutas amazônicas para o mercado de nutracêuticos e de bebidas funcionais. Desenvolvimento de fitomedicamentos e de dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica.
- Outros resultados importantes alcançados foram: o credenciamento especial para acesso à biodiversidade, a acreditação junto a órgãos de certificações e a legitimação como fórum de debate técnico-acadêmico.

E) COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2002, a corrente comercial brasileira foi de US\$ 107,6 bilhões (US\$ 47,2 bilhões em importações e US\$ 60,4 bilhões em exportações), correspondente a 0,84% do comércio internacional daquele ano. Desde então, foram implementadas medidas em várias frentes: atração de investimentos estrangeiros, promoção comercial, missões empresariais ao exterior, aplicação dos instrumentos de defesa comercial e fomento à internacionalização de empresas brasileiras. As principais ações tiveram o propósito de aumentar a competitividade, de ampliar o número de empresas exportadoras, de agregar valor às exportações, de diversificar e de ampliar o acesso aos mercados externos dos produtos e dos serviços brasileiros.

Com vistas a promover a competitividade dos produtos e dos serviços brasileiros, foram adotadas políticas de financiamento e de garantia de crédito às operações de longo prazo, bem como medidas de desoneração tributária das exportações, com aperfeiçoamentos no regime de drawback, desoneração do imposto de renda para promoção comercial e pagamento de despesas para cumprimento de legislações sanitárias para exportação e restituição de metade dos créditos tributários acumulados na exportação. Em termos de financiamento e garantia às exportações, as micro, pequenas e médias empresas passaram a receber financiamento do Proex, a taxas de juros mais competitivas, e foi implementado o Proex Financiamento à Produção Exportável para suprir a demanda por recursos para custear a produção de bens e de serviços destinados à exportação.

O BNDES é tradicionalmente um grande financiador do setor exportador brasileiro. O desenvolvimento de um setor exportador mais dinâmico e integrado ao mercado mundial e o aumento da competitividade da produção econômica em escala global atendem ao objetivo do BNDES de fortalecer a economia nacional, pois funcionam como poderosos instrumentos para a elevação da produtividade e para a eficiência das empresas brasileiras. O Banco apresentou um importante papel anticíclico na recuperação do comércio exterior brasileiro após os efeitos da pior fase da crise internacional recente, além de dar continuidade a seu papel perene de apoio à exportação a partir de uma grande carteira de operações nos setores de bens de capital, de aeronaves e de serviços de engenharia e de construção. O desembolso em dólares em 2009 foi quase o dobro do de 2007. Os números para 2010 são reduzidos em função da concentração do desembolso no segundo semestre. Dados mais recentes (até outubro de 2010) mostram um desembolso recorde de US\$ 10,3 bilhões.

DESEMBOLSO E NÚMERO DE OPERAÇÕES, POR ANO – 2002 A JUNHO DE 2010

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (até jun)	Total
Desembolso (R\$ bilhão)	11,8	11,9	11,1	14	13,9	8	12,8	15,6	5,1	104,2
Desembolso (US\$ bilhão)	3,9	4,0	3,9	5,9	6,3	4,2	6,6	8,3	2,9	46,0
Número de Operações	1.027	896	582	681	667	408	648	902	274	6.085

Fonte: BNDES.

Apesar da tendência de diminuição do número de operações ao longo da série apresentada, cabe destacar o importante papel que a ampliação do financiamento ao comércio exterior desempenhou durante a crise financeira internacional, diante da contração do crédito internacional.

Na busca por melhores condições de acesso dos produtos brasileiros aos mercados externos, o Brasil negociou com uma diversidade de parceiros comerciais como União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), Marrocos, Turquia, Jordânia, Palestina, Paquistão, Japão, Coreia, Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Austrália, Rússia, Canadá, Estados Unidos, México, Sistema de Integração Centro Americana (Sica) e Comunidade Econômica do Caribe (Caricom). Na América Latina, entraram em vigor vários acordos de complementação econômica (México, Guiana, Peru, Suriname, Colômbia, Equador, Venezuela e Cuba), além dos acordos com Índia e com Israel, no âmbito extrarregional.

Dessa forma, o conjunto de ações – a promoção das exportações e a facilitação do comércio de bens de serviços, crédito à melhoria da infraestrutura de transportes e logísticas, ampliação da capacitação de micro, pequenas e médias empresas – permitiu ao Brasil ocupar um lugar de destaque no cenário internacional nos últimos anos.

Para mais informações sobre relações com países e blocos econômicos, ver capítulo de Política Externa.

Desenvolvimento do comércio exterior e cultura exportadora

Objetivo

Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional.

Instrumentos legais

- Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, artigo 59, §1º – concede amparo para que as empresas brasileiras realizem compras de insumos no mercado interno, com suspensão de tributos federais (IPI, PIS e Cofins), para utilização no processo produtivo de bens exportáveis (drawback verde-amarelo).
- Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, artigo 12 – permite a aquisição no mercado interno ou a importação, de forma combinada ou não, de insumos para emprego ou para consumo no processo de industrialização de produtos a serem exportados, com suspensão de tributos federais (drawback integrado).
- Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, artigo 8º – possibilita a utilização do regime drawback integrado na modalidade isenção (reposição de estoque).
- Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010 (DOU de 5 de fevereiro de 2010) – aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, definindo as atribuições da Secex, e dá outras providências.
- Portaria Secex/RFB nº 1.460, de 18 de setembro de 2008 – regulamenta o drawback verde-amarelo modalidade suspensão. Portaria Secex/RFB nº 467, 25 de março de 2010 – regulamenta o drawback integrado modalidade suspensão.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora vincula-se ao objetivo setorial de aumento das exportações e de agregação de valor aos produtos exportados visando à redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira pela ampliação do saldo da balança comercial.

O atual estágio do comércio exterior requer, como estratégia para seu maior desenvolvimento, a implantação de instrumentos modernos, flexíveis e ágeis, que permitam a simplificação da logística, o acesso à informação e o apoio creditício, elementos fundamentais para viabilizar a participação das empresas no competitivo mercado internacional.

Para incorporar novos produtos, mercados e empresas exportadoras, é indispensável a manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e a disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

Resultados

O Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora contribuiu para os resultados positivos, detalhados a seguir:

Drawback

O drawback é um incentivo às exportações que compreende a suspensão, a restituição ou a isenção dos tributos incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno de mercadoria utilizada na produção de bens exportáveis. Ao desonerar os insumos, o produto nacional se torna mais competitivo em mercados externos.

Em maio de 2008, foi lançado o drawback suspensão web e, posteriormente, regulamentado o drawback verde-amarelo, que suspendeu tributos federais – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – para a compra de insumos nacionais destinados à produção de bens exportáveis. Em 2009, foi lançado o drawback integrado, que permite às empresas importarem ou adquirirem no mercado interno, de forma combinada ou não, insumos para o processo de industrialização de bens exportáveis.

Em 2009, dos R\$ 152,25 bilhões exportados pelo Brasil, cerca de R\$ 36,99 bilhões (24,3%) foram exportados com amparo no regime de drawback. A Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, em seu artigo 8o, permitiu que o regime aduaneiro especial de drawback integrado fosse operacionalizado na modalidade isenção. Segue tabela com o número de atos concedidos entre 2003 e 2010.

ATOS DE DRAWBACK CONCEDIDOS ENTRE 2003 E 2010

Modalidade/Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 – até outubro	2010 – projeção
Isonção ¹	1.610	2.363	1.003	554	773	815	795	509	611
Suspensão ^{2*}	4.815	5.983	5.225	4.423	4.272	3.945	1.422	2.361	2.833

* Incluindo o drawback verde-amarelo³ e o integrado.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- Notas: 1. Na modalidade de isenção, a empresa poderá importar insumos com isenção de tributos, em quantidade e qualidade equivalentes, destinados à reposição de insumos outrora importados e já utilizados na industrialização de produto já exportado.
2. A suspensão se refere à desoneração temporária pois é condicionada à realização do compromisso de exportar, em prazo pré-estipulado, produtos na quantidade e valor determinados, industrializados com a utilização das mercadorias a serem importadas e/ou adquiridas no mercado interno.
3. A modalidade de drawback verde-amarelo ampara os insumos adquiridos no mercado interno e que serão empregados na produção ou beneficiamento de produto a ser exportado. Entretanto, para usufruir dos benefícios dessa modalidade, o exportador deve empregar ao menos um insumo importado, além daqueles nacionais.

Encontros de Comércio Exterior (Encomex)

Os encontros objetivam sensibilizar e mobilizar a classe empresarial e setores específicos com relação ao comércio exterior, de modo a aumentar a pauta de produtos exportados e a base exportadora.

Os eventos, realizados em todos os estados mediante o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas municipais, estaduais e nacionais, são instrumentos de promoção da cultura exportadora, buscando maior participação e engajamento das empresas, especialmente das micro e das pequenas, no comércio internacional.

No período 2003 a 2010, foram realizados 87 encontros, com 62.279 participantes, conforme tabela a seguir.

ENCONTROS DE COMÉRCIO EXTERIOR COM A CLASSE EMPRESARIAL – 2003 E 2010

Ano	Participantes	Empresas
2003 (15 eventos)	9.962	4.438
2004 (18 eventos)	11.671	4.650
2005 (15 eventos)	11.792	3.556
2006 (11 eventos)	6.124	1.952
2007 (08 eventos)	5.702	1.579
2008 (09 eventos)	6.807	1.673
2009 (08 eventos)	7.409	1.732
2010 (03 eventos)	2.812	747
Total (87 eventos)	62.279	20.327

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes)

A Redeagentes procura estimular a inserção de empresas de pequeno porte no mercado externo e difundir a cultura exportadora, em três vertentes de atuação:

- Treinamentos e cursos.
- Articulação institucional e setorial
- Formação de uma comunidade de prática sobre comércio exterior, em todos os estados, por meio do estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas em nível municipal, estadual e nacional, com vistas a capacitar profissionais em comércio exterior, empresários e agentes de comércio exterior, por meio de treinamentos presenciais e a distância.

Os Agentes de comércio exterior, profissionais treinados que atuam em instituições públicas nas mais diversas partes do País, fornecem informações sobre como utilizar as várias ferramentas de apoio ao exportador e sobre procedimentos operacionais, além de conscientizar os empreendedores sobre riscos e sobre oportunidades envolvidos em cada operação.

De 2003 até outubro de 2010, foram realizados 608 cursos e treinamentos em todos os estados – conforme tabela a seguir – em mais de 250 municípios, para cerca de 16 mil pessoas, entre agentes de comércio exterior, empresários e funcionários de empresas de pequeno porte.

NÚMERO DE PROFISSIONAIS E AGENTES DE COMÉRCIO EXTERIOR TREINADOS – 2003 E OUTUBRO DE 2010

Curso	Alunos
Agentes de Comércio Exterior	4.090
Empresa de Pequeno Porte	3.667
Curso Básico de Exportação	5.679
Oficina de Comércio Exterior	25
Seminário União Europeia	50
Palestra Setorial	411
Capacitação de formadores	200
Caravana do Exportador	314
Especialização em Com. Exterior via ensino a distância	473
Encontro Nacional dos Agentes de Comércio Exterior (Enagex)	962
Total	15.871

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Projeto Primeira Exportação

O Projeto, iniciado em 2007, tem o objetivo de aumentar a base exportadora brasileira pela inclusão de micro, de pequenas e de médias empresas no mercado internacional, via acompanhamento sistematizado do processo de internacionalização de negócios, em todos os estados, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas municipais, estaduais e nacionais.

Edição e distribuição de material técnico para orientação ao exportador

A ação, realizada desde 2000, tem como linha mestra a distribuição de material técnico para orientar o exportador, assim como de material didático utilizado nos cursos, além de treinamentos sobre como exportar, sendo o principal produto a série Aprendendo a Exportar, desenvolvida em parceria com instituições públicas e privadas, estaduais e nacionais, inclusive de setores específicos como os de móveis, de máquinas e equipamentos, de confecções, de gemas e joias, de flores e artesanato, dentre outros.

Sistema Radar Comercial

O Radar Comercial é um sistema de consulta e de análise de dados de comércio exterior, que tem como principal objetivo auxiliar na seleção de mercados e de produtos de maior potencialidade, com vistas ao aumento das exportações brasileiras. Encontra-se em operação desde abril de 2004 e em 2005 foi premiado com o 1º lugar no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

AliceWeb

Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, via internet, que visa modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e das importações, com mais de 175 mil usuários e de dois milhões de acessos. A base do AliceWeb são os dados obtidos a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), que administra o comércio exterior brasileiro e está em atividade desde outubro de 2001.

Siscomex

Sistema integrado pelo qual transitam e ficam registradas todas as operações de importação e de exportação. O Sistema, que vem sendo ampliado e aprimorado desde quando foi criado, em 1993, permite a adoção de um fluxo único de informações, elimina controles paralelos, diminui significativamente o volume de documentos envolvidos nas operações e agrega competitividade às empresas exportadoras, pois reduz o custo da burocracia.

Portal do Exportador

O Portal foi criado para fornecer informações e serviços, visando, principalmente, à inclusão das pequenas e das médias empresas no mercado global. Seu conteúdo é composto de sítios eletrônicos do Brasil e do exterior, organizados por assuntos, para facilitar a pesquisa e disponibilizar uma grande diversidade de informações. Também são divulgadas, periodicamente, notícias sobre comércio exterior e ações de órgãos do Governo. Segue tabela com o número de acessos no período 2003 a 2010.

Em operação desde 2001, oferece, entre outros, o serviço Fala Exportador, ferramenta interativa, espécie de linha direta de comunicação entre os exportadores e o MDIC, que permite dirimir dúvidas e questionamentos da comunidade que opera em comércio exterior ou pretende iniciar na exportação.

ACESSOS AO PORTAL DO EXPORTADOR – 2003 A OUTUBRO DE 2010

Portal do Exportador – Acessos							
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 – até outubro
347.861	422.353	404.204	361.065	1.169.276	1.075.813	866.866	847.688

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Facilitação de comércio

Com o objetivo de simplificar, de harmonizar, de racionalizar e de modernizar normas e procedimentos de comércio, a Resolução Camex nº 70, de 2007, definiu o tema Facilitação de Comércio como prioridade. A Resolução Camex nº 16, de 20 de março de 2008, criou o Grupo Técnico de Facilitação de Comércio (GTFAC), que acabou por desenvolver trabalhos sobre as mais variadas vertentes em facilitação de comércio, como controles e gestão dos processos e redução de barreiras e de custos de transação relativos ao comércio internacional, sem prejuízo da segurança e do combate às fraudes. Assim, articulado pelo GTFAC, foi estabelecido um espaço de cooperação e de diálogo com aproximadamente 40 órgãos de governo envolvidos com o comércio exterior, que, no período, promoveu o seguintes avanços:

- Eliminação de anuências em procedimentos de trânsito aduaneiro de mercadorias.

- Reavaliação dos controles não tarifários por parte de alguns anuentes.
- Criação do sistema de licenciamento instantâneo, procedimento sumário e imediato de licenciamento para situações de menor risco para os anuentes de comércio exterior.
- Fornecimento de banco de dados de comércio exterior (plataforma dataware house) aos órgãos anuentes, com vistas a subsidiar análises e a permitir o aperfeiçoamento do controle, com conseqüente redução da necessidade de manifestações prévias e de intervenções.
- Desenvolvimento do modelo e apresentação da proposta de regulamentação do Operador Econômico Autorizado (OEA) à Receita Federal do Brasil (RFB) para prosseguimento dos trabalhos de implementação no País, visando ao estabelecimento de controle nacional único de liberação expressa.
- Aceleração dos processos de adesão do País a convenções internacionais, como a Convenção de Istambul relativa à Admissão Temporária de Mercadorias, a Convenção de Quioto sobre Simplificação e Harmonização de Procedimentos Aduaneiros no âmbito da Organização Mundial de Aduanas (OMA) e a Convenção de Viena sobre Contratos Internacionais na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), em fase final de implementação.

Todas as ações relacionadas contribuíram para ampliar a participação brasileira no comércio exterior mundial (de menos de 0,84%, em 2002, para 1,16%, em 2009), ao mesmo tempo em que provocaram uma desconcentração dos mercados de destino das exportações nacionais. Cabe destacar, ainda, que de 2003 a agosto de 2010 foram acumulados saldos comerciais de mais de US\$ 252 bilhões e que as importações apresentam uma composição nitidamente indicativa de realização de grandes investimentos por parte de vários setores industriais.

Apesar da crise mundial, a expectativa é de que as exportações brasileiras fechem o ano com ligeiro ganho de participação no total mundial.

Ampliação da defesa comercial brasileira

Análise e processamento de pleitos de defesa comercial.

Objetivos

Defender a indústria nacional contra práticas desleais de comércio ou surtos de importação pela condução de investigações de defesa comercial, que podem resultar na aplicação de direitos antidumping, de medidas compensatórias e de salvaguardas às importações.

Apoiar o exportador brasileiro submetido a investigações iniciadas por terceiros países em processo de defesa comercial, orientando-o e participando dessas investigações.

Data de início

1995

Instrumentos legais

- Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995 (DOU de 31 março de 1995) – dispõe sobre a aplicação dos direitos antidumping e compensatórios e alterações.
- Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 – aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT).
- Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 (DOU de 31 de dezembro de 1994) – promulga a Ata Final que incorpora os resultados da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do GATT (entre eles, os acordos antidumping, sobre subsídios e direitos compensatórios e sobre salvaguardas).
- Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995 (DOU de 24 de agosto de 1995) – regulamenta os procedimentos relativos à aplicação de medidas antidumping.
- Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995 (DOU de 20 de dezembro de 1995) – regulamenta os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas compensatórias.
- Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (DOU de 12 de maio de 1995) – regulamenta os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda
- Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010 (DOU de 5 de fevereiro de 2010) – prova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, definindo as atribuições da Secex, e dá outras providências.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Houve uma intensificação da ação de defesa comercial pelo Governo Federal. Como a aplicação dos instrumentos de defesa comercial deve observar compromissos assumidos pelo Brasil no plano internacional, com requisitos que não podem ser eliminados, foram adotadas medidas para aumentar a capacitação técnica e operacional brasileira na aplicação da legislação antidumping, de subsídios e de medidas compensatórias e de salvaguardas, inclusive a criação de uma coordenação específica para a defesa da indústria, em 2010¹.

Resultados

De janeiro de 2003 a outubro de 2010, foram iniciados 165 procedimentos de defesa comercial e encerrados 145 casos, dos quais 103 com a aplicação de medidas. Ao final de outubro de 2010, pelo menos 69 medidas estavam em vigor no País. Além de restabelecer as justas condições de concorrência, protegendo a produção nacional dos efeitos adversos das práticas desleais de comércio, a aplicação dessas medidas resultou em receitas, pelo recolhimento de direitos antidumping e de direitos compensatórios, superiores a R\$ 232 milhões em 2009 e a R\$ 214 milhões até outubro de 2010.

Além disso, foi realizado o monitoramento das medidas aplicadas e, em especial, a orientação à indústria nacional quanto aos problemas relacionados às importações. Essas medidas fizeram com que o Brasil, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), se tornasse o segundo país que mais aplicou medidas antidumping no segundo semestre de 2010.

Além do aumento da demanda interna pela aplicação dos instrumentos de defesa comercial, o período de 2003 a 2010 se caracterizou pelo elevado número de investigações iniciadas em face de produtos brasileiros no exterior, em que o Governo atuou na defesa dos interesses da comunidade exportadora brasileira.

No que se refere ao trabalho normativo de defesa comercial, cresceram as demandas oriundas dos órgãos administrativos e judiciais e da advocacia pública por subsídios técnicos para a solução de contenciosos a respeito da aplicação de medidas de defesa comercial. Já na área legislativa, prosseguiu-se no esforço de aprovação de normas que contribuam para a defesa da indústria brasileira contra práticas desleais e fraudes, tal como o projeto de lei regulamentando as regras de origens não preferenciais. A propósito, cabe mencionar a regulamentação, em 2010, das regras *anticircumvention*², por meio da Resolução Camex nº 63, de 2010, aprovada por meio da Portaria Secex nº 21, de outubro de 2010, e das regras de origem aplicadas em instrumentos não preferenciais de política comercial, pela Resolução Camex nº 80, de 2010.

Com relação às negociações internacionais, houve atuação no âmbito multilateral nas reuniões do Grupo Negociador de Regras e nos comitês pertinentes aos instrumentos de defesa comercial da OMC, em que foram aprovados novos modelos de notificações para promover maior transparência entre os membros, quando da utilização das medidas de defesa comercial. No âmbito bilateral, foi reforçada a defesa dos interesses da indústria e dos exportadores brasileiros. Nesse sentido, a atuação do Governo brasileiro contribuiu de forma decisiva para que investigações iniciadas por terceiros países tivessem um desfecho mais favorável às empresas exportadoras brasileiras, como no caso da investigação contra a exportação de facas de cozinha e de açougue, de tecidos de poliéster e de fios de acrílico para a Argentina, de tecidos de denim para o Peru, de bandas de borracha de recauchutagem e de fio-máquina de aço para a Colômbia, de atum para a Costa Rica e de frangos para a Ucrânia.

No caso específico do Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU), cujas negociações foram concluídas em julho de 2007, pode-se destacar que tanto as empresas fabricantes de aeronaves quanto as empresas aéreas consideraram que o acordo ajudou a estabilizar o mercado de venda de aeronaves ao definir regras claras de financiamento, elevando a previsibilidade e a capacidade de planejamento das empresas envolvidas.

RECEITA ORIUNDA DO RECOLHIMENTO DE DIRETOS ANTIDUMPING E DE DIREITOS COMPENSATÓRIOS

ANO	RECEITA
2009	R\$ 232 milhões
2010 – janeiro a outubro	R\$ 214 milhões

Fonte: Portal da Transparência.

1. Criação, em 2010, da Coordenação-Geral de Defesa da Indústria (CGDI), submetido ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), com o intuito de servir de canal de atendimento à comunidade produtora nacional

2. *Circumvention* ou triangulação são práticas elisivas. Trata-se de casos em que, após a aplicação de medida corretiva contra um determinado país, verifica-se a revenda do produto objeto, com pequenas alterações, procedentes de outros países. Estas práticas também dizem respeito a situações em que ocorre a mera montagem, em terceiro país, com partes, peças ou componentes do país sujeito à medida de defesa comercial ou ainda quando esta mera montagem seja realizada no Brasil. Assim, a resolução *anticircumvention* visa estender as medidas *antidumping* ou compensatórias já em vigor para exportação de produtos, partes, peças e componentes de terceiros países, quando a comercialização destes bens estiver frustrando a defesa comercial.

Dos contenciosos que o Brasil se envolveu diretamente, os principais foram:

- EUA – Subsídios ao Algodão (DS 297): o Brasil contestou na OMC, entre 2002 a 2010, diversos tipos de subsídios norte-americanos ao setor agrícola, os quais totalizaram US\$ 12,9 bilhões entre 1999 e 2002. A OMC, em quatro oportunidades, declarou ilegais os subsídios à exportação (subsídios proibidos) e os efeitos adversos ao Brasil causados pelos subsídios domésticos (subsídios acionáveis). Frente ao descumprimento das decisões da OMC pelos EUA, o Brasil obteve da OMC, em 2009, o direito de adotar contramedidas (a chamada “retaliação”) contra os Estados Unidos pelo tempo em que aquele país continuar a descumprir a decisão. O Brasil ganhou o direito a retaliar não só sobre bens, mas também na área de propriedade intelectual (patentes, direito autoral). O valor autorizado para 2010 alcançou US\$ 829 milhões, a segunda maior retaliação autorizada da história da OMC. Em face da determinação do Brasil de exercer seu direito de levar adiante a retaliação, e especialmente dos riscos que a retaliação cruzada representaria para indústrias sensíveis dos Estados Unidos, os dois países assinaram, em 2010, um Acordo-Quadro que suspende a retaliação até o final de 2012 em troca do pagamento de US\$ 147 milhões anuais pelos EUA aos agricultores brasileiros prejudicados pelos subsídios. Até o fim do prazo, o Brasil espera que os EUA reformulem a legislação agrícola (Farm Bill), a fim de reduzir os subsídios. Caso contrário, o Brasil poderá retomar a retaliação.
- Brasil – Pneus Reformados (DS 332): apesar de ser a parte demandada, o Brasil logrou importante vitória na OMC ao ver justificada naquele órgão sua política ambiental sobre pneus. Em 2005, a União Europeia questionou o Brasil na OMC em razão de uma norma que proibia a importação de pneus reformados. O Brasil demonstrou que a proibição era ambientalmente justificada, já que a importação de pneus reformados – de menor durabilidade –, entre outros fatores, representava verdadeira transferência de lixo ambiental dos países ricos para os países em desenvolvimento.
- União Europeia – Subsídios à Exportação de Açúcar (DS 266): o Brasil questionou na OMC (junto com Austrália e Tailândia) o regime açucareiro europeu e diversos tipos de subsídios à exportação, que contribuía para diminuir os preços do produto no mercado internacional, prejudicando os produtores brasileiros. O órgão de apelação deu ganho de causa aos demandantes em abril de 2005. A União Europeia promoveu reforma do regime em 2006, a qual permitiu que o Brasil aumentasse substancialmente suas exportações de açúcar. No entanto, como as modificações não garantem a eliminação definitiva dos subsídios, o tema continuará a ser monitorado a fim de garantir que as exportações respeitem os limites acordados.
- União Europeia – Frango Congelado (DS 269): a União Europeia alterou a classificação tarifária de determinados tipos de frango salgado e congelado, o que representou um aumento nas tarifas de importação de 15% para cerca de 70%, afetando significativamente as exportações do produto. Em setembro de 2005, o Órgão de Solução de Controvérsias deu ganho de causa ao Brasil, determinando a revogação das modificações. A União Europeia cumpriu a decisão. Posteriormente, Brasil e UE iniciaram novas negociações sobre o assunto.
- EUA – Emenda Byrd (DS 217): a legislação norte-americana previa que recursos decorrentes da aplicação de direitos antidumping e compensatórios fossem distribuídos às empresas locais autoras dos pedidos de investigação, ao invés de reverterem para os cofres do Tesouro. O Brasil era prejudicado especialmente em relação a produtos siderúrgicos e ao suco de laranja. Assim, o Brasil e outros países acionaram os EUA na OMC e obtiveram ganho de causa. Face ao descumprimento norte-americano, solicitaram e ganharam o direito de retaliar: em 2004, a OMC autorizou a retaliação em até 72% do valor anual distribuído ilegalmente pelos EUA.
- EUA – Salvaguardas sobre Produtos Siderúrgicos: o Brasil e mais sete países questionaram a imposição pelos EUA de salvaguardas contra produtos siderúrgicos importados. Tratava-se de medida protecionista, não embasada nas regras multilaterais e que afetava diretamente volumosas exportações brasileiras. Os demandantes prevaleceram no painel e no órgão de apelação e os EUA retiraram as salvaguardas em novembro de 2003.
- EUA – Imposto de Equalização sobre Suco de Laranja (DS 250): o Brasil solicitou consultas e painel para questionar o Equalizing Excise Tax (EET), cobrado pelo estado da Flórida sobre o suco de laranja importado. A receita gerada pelo imposto era revertida apenas para a promoção do suco de laranja local, discriminando o produto importado. Após rodadas de negociações bilaterais, e de modo a evitar a continuação do painel, os EUA (estado da Flórida) aprovaram a alteração da legislação, tornando facultativo o pagamento da parcela do imposto destinada ao marketing do produto norte-americano. O Brasil considerou a solução satisfatória e encerrou o caso em maio de 2004.
- União Europeia – Apreensão de Medicamentos Genéricos (DS 409, em andamento): em dezembro de 2008, foi retida na Holanda uma carga de medicamentos genéricos da Índia destinada ao Brasil sob a alegação de suposta violação de direitos de propriedade intelectual (patentes). Ao menos 18 outros carregamentos de medicamentos genéricos provenientes da Índia com destino a diversos países em desenvolvimento também foram apreendidos na União Europeia nos últimos dois anos. Em maio de 2010, Brasil e Índia pediram consultas à União Europeia por considerarem que as

apreensões violam normas internacionais de comércio, representam grave ameaça às políticas de saúde pública dos países em desenvolvimento e contrariam o espírito da Declaração de Doha sobre Saúde Pública e Trips, adotada em 2001. As consultas realizaram-se em julho e em setembro, ocasião em que representantes da UE esclareceram questões factuais e interpretativas sobre as apreensões e a legislação. Como o regulamento europeu encontra-se em fase de revisão, o Brasil efetuará novas gestões junto a autoridades europeias para que modifiquem a legislação questionada.

- EUA – Suco de Laranja (DS 382, em andamento): em setembro de 2009 foi estabelecido, a pedido do Brasil, um painel contra os Estados Unidos a respeito de medidas antidumping impostas sobre a importação de suco de laranja. O questionamento brasileiro versa basicamente sobre método de cálculo da margem de dumping conhecido como “zeroing”, que já foi várias vezes condenado pela OMC. A segunda audiência no caso acontecerá em outubro de 2010.

O Brasil também participa ativamente como terceira parte em casos envolvendo outros países, nos quais tem a oportunidade de expressar seus pontos de vista sobre a correta interpretação dos acordos da OMC. Isso permite influenciar os resultados dos contenciosos e contribui para a construção da jurisprudência da OMC. Entre os mais relevantes, destacam-se os casos sobre Aeronaves Comerciais de Grande Porte, relativos a subsídios concedidos a companhias norte-americanas (Boeing) e europeias (Airbus). O resultado desses contenciosos é da maior importância para o Brasil, pois pode influenciar futuras disputas que envolvam a indústria aeronáutica brasileira.

Outra série de casos envolveu a prática ilegal norte-americana de zeragem (“zeroing”) em investigações antidumping (sobre produtos da UE, Japão, México). Com a ajuda do Brasil, a jurisprudência se consolidou ao longo desse período e poderá contribuir a resultado favorável no pleito em curso sobre Suco de Laranja (DS 382). Citem-se também os casos China – Restrições à Exportação de Matérias Primas, UE – Antidumping sobre Calçados, EUA – Rotulagem de Origem etc.

No que se refere à propriedade intelectual, as principais ações desenvolvidas foram:

- Aprovação, em 2007, da Agenda do Desenvolvimento (AD) no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi): a AD foi resposta do Brasil e de outros países em desenvolvimento a uma agenda internacional pós-Rodada Uruguai na Ompi, de interesse dos países desenvolvidos, que visava à harmonização internacional dos direitos de propriedade intelectual para além dos padrões estabelecidos no Acordo de Trips. A Agenda questiona a capacidade de o sistema de proteção de propriedade intelectual promover, por si só, o desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Prevê que novos exercícios de ampliação dos direitos devam ser sempre precedidos de avaliação cautelosa e criteriosa dos seus efeitos, sob pena de romper o delicado equilíbrio entre direitos privados e interesse público. O documento, que foi aprovado por consenso após longas negociações, conta com 45 recomendações³ que constituem plataforma transversal para repadronizar o programa e o orçamento da Ompi sob uma orientação mais pró-desenvolvimento nos próximos anos. Basicamente, busca o fortalecimento dos países em desenvolvimento como formuladores e garantidores de sistema de propriedade intelectual mais equilibrado nacional e internacionalmente.
- Criação, em 2004, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP): órgão colegiado consultivo que congrega todos os órgãos do Estado brasileiro com competência na área de observância a direitos de propriedade intelectual (enforcement), bem como representantes do setor privado. O CNCP vem logrando, ano a ano, sucessivos recordes de apreensão de produtos pirateados e contrafeitos, com atuação alicerçada em três vertentes fundamentais: repressiva, econômica e educativa. Os resultados obtidos pelo Brasil em matéria de observância (enforcement) de direitos de propriedade intelectual são inquestionáveis e reconhecidos pela comunidade internacional.
- Proposta de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício dos deficientes visuais: lançamento das negociações sobre proposta de tratado sobre limitações e exceções aos direitos autorais em benefício dos deficientes visuais, co-patrocinada por Brasil, Equador, México e Paraguai e negociada no âmbito da Ompi. Tal proposta insere-se no objetivo brasileiro de consolidar, no regime internacional de direito autoral, exceções mínimas aos direitos dos autores em favor de grupo socialmente vulnerável e com substantivas limitações de acesso ao conhecimento. Tendo em vista o reduzido interesse do mercado editorial em oferecer obras adaptadas – por seu alto custo e pela relativa baixa demanda –, mesmo em mercados mais desenvolvidos, apenas 5% das obras publicadas são disponibilizadas em formato acessível. As limitações e as exceções propostas têm por base legislações e modelos nacionais que já beneficiam os deficientes visuais, especialmente nos países desenvolvidos.
- Protocolo ABS: avanço das negociações, no âmbito da CDB, do Protocolo ABS para estabelecer regime internacional de acesso e repartição de benefícios de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, que deve ser

3. Nas áreas de (a) assistência técnica e desenvolvimento de capacitação, (b) elaboração de normas, flexibilidades na gestão dos direitos, políticas públicas e domínio público, (c) transferência de tecnologia, tecnologia da informação e acesso ao conhecimento, (d) avaliação de impacto das políticas de PI, (e) assuntos institucionais, incluindo mandato e governança e (f) outros temas.

concluído ainda este ano. O tema de acesso e repartição de benefícios derivados de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados apresenta importantes repercussões políticas, econômicas e sociais, afetando diretamente os interesses dos setores ambiental, científico, acadêmico, empresarial e das comunidades indígenas e locais. Para os países em desenvolvimento, que detêm dois terços dos recursos genéticos do planeta, a questão é de extrema importância. Nesse contexto, o Brasil, país bastante diverso e que desde 2008 coordena o Grupo de Países Megadiversos Afins (Like Minded Megadiverse Countries – LMMCs)⁴, possuidor da maior cobertura florestal tropical do mundo e da mais rica biodiversidade do planeta, tem interesse crucial no assunto. Espera-se que o regime auxilie na valorização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados de grupos indígenas e de comunidades locais, bem como no combate à biopirataria.

Ampliação das negociações internacionais

Negociações internacionais em matéria de comércio exterior e inserção internacional da indústria brasileira.

Objetivos

Inserir o setor produtivo nacional no mercado internacional e ampliar a base exportadora brasileira, por meio do acesso efetivo a outros mercados. No caso específico do tema agricultura e produtos de base, o objetivo é a melhoria do acesso de produtos agropecuários brasileiros, mediante negociações para a redução ou para a eliminação de barreiras comerciais e não comerciais (medidas sanitárias e fitossanitárias).

Instrumentos legais

- A ação foi inserida no PPA 2004-2007 para dar ênfase às atividades de negociação internacional como um dos mecanismos para a abertura de mercados prioritários. Nesse sentido, busca-se a negociação de acordos para a redução de tarifas e a concessão do acesso privilegiado a serviços, a compras governamentais, a investimentos e a demais temas relacionados ao comércio, além da redução de entraves às exportações brasileiras.
- No contexto do Mercosul, o instrumento que regula a liberalização do comércio de serviços é o Protocolo de Montevideu, que entrou em vigor em 7 de dezembro de 2005, e a partir do qual passou a contar o prazo de dez anos, nele fixado, para completar a abertura intrazona no setor. Não obstante a falta de vigência do Protocolo de Montevideu, já foram realizadas seis rodadas anuais de negociações para liberalização do comércio de serviços. Os compromissos resultantes da VI Rodada foram aprovados em meados de 2006, por ocasião da reunião do Conselho, em Córdoba. Adicionalmente, destacam-se instrumentos normativos comuns em serviços, sobretudo na área de movimento de pessoas físicas, de que é exemplo o Acordo sobre Criação do Visto Mercosul.

Participação e controle social

A participação social se dá tanto por meio da realização de consultas públicas ao setor privado, em áreas de seu interesse em negociações de acordos, quanto na identificação de entraves ao comércio com terceiros países. São feitas, também, reuniões com entidades, associações e empresas a fim de repassar informações sobre os trabalhos em curso.

Modelo de gestão

Busca-se a interação interinstitucional, especialmente entre o MDIC e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), de forma a definir posições negociadoras e o tratamento a demandas do setor privado. Entre as demais instituições envolvidas, podem-se citar: Apex-Brasil, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Casa Civil, Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Superintendência da Zona Franca (Suframa).

4. O Grupo dos Países Megadiversos Afins é composto por 17 países em desenvolvimento, que abrigam a maior parte da biodiversidade do planeta. O Grupo foi criado em 2002, como mecanismo para consultas e cooperação e para promover interesses comuns e prioridades relacionadas à preservação e uso sustentável da biodiversidade. Os atuais membros do Grupo são Bolívia, Brasil (na coordenação), China, Colômbia, Costa Rica, RDC, Equador, Índia, Indonésia, Quênia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Filipinas, África do Sul e Venezuela.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado para o contínuo apoio às negociações internacionais de acordos comerciais em assuntos tais como: acesso a mercados, regimes de origem preferencial e não preferencial, investimentos, compras governamentais, defesa da concorrência e solução de controvérsias. A partir de 2003, o foco de atuação do Programa passou a ser a ampliação de acordos com parceiros não tradicionais do Brasil, especialmente a África, o Oriente Médio e a Ásia.

Resultados

O Governo brasileiro tem adotado mecanismos de monitoramento do comércio com diversos países. Essas atividades são realizadas com a maioria dos países da América do Sul e, nos últimos anos, foram intensificadas de modo a incluir também países da América do Norte, Europa, Ásia e África. As Comissões de Monitoramento do Comércio caracterizam-se por promover reuniões técnicas entre representantes de diversos órgãos e entidades públicas e privadas – tais como aduanas, autoridades sanitárias, câmara de comércio, entidades de promoção comercial, dentre outras – relacionados ao comércio exterior no Brasil e no mundo, com o objetivo de resolver problemas pontuais, simplificar procedimentos, acelerar processos de reconhecimento mútuo, harmonizar práticas e estatísticas, dentre outras medidas que possam influenciar positivamente na fluidez do comércio exterior. O sucesso dos mecanismos de monitoramento está na constante articulação com o setor privado, pois é exatamente no contato com empresas e com entidades de classe que são colhidos os insumos e as demandas concretas para a negociação com as contrapartes estrangeiras. Ao final de 2010, terão sido constituídos mecanismos de monitoramento do comércio bilateral com 33 países

Em matéria de negociações comerciais, o Brasil, como Estado Parte do Mercosul, negociou acordos de comércio e estabeleceu mecanismos de diálogo bilateral com diversos países. Foram firmados Acordos de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, em dezembro de 2007, em vigor desde abril de 2010, e o mais recente, entre o Mercosul e o Egito, em agosto de 2010. Em 2009, entrou em vigor o Acordo de Preferências Fixas com a Índia e também foi assinado o Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu). Desde 2004, já foram assinados os seguintes acordos:

- 25/1/2004: Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) Mercosul-Índia
- 18/10/2004: Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-CAN
- 30/11/2005: Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Peru
- 4/7/2006 Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul
- 20/7/2006: Acordo-Quadro (AQ) Mercosul-Paquistão
- 21/7/2006: Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Cuba
- 18/12/2007: Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Israel
- 30/6/2008: Acordo-Quadro (AQ) Mercosul-Jordânia
- 30/6/2008: Acordo-Quadro (AQ) Mercosul-Turquia
- 18/12/2008: Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) Mercosul-Sacu
- 30/1/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-Marrocos
- 5/5/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-França
- 28/5/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-Usbequistão
- 9/10/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-África do Sul
- 18/11/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-Eslováquia
- 23/11/2009: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-Irã
- 15/3/2010: Memorando de Entendimento (MoU) Brasil-Israel
- 3/8/2010: Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito

Pleitos específicos de alteração da NCM ou da TEC

De janeiro de 2003 até o presente ano, foram publicadas, pela Camex, dezesseis resoluções que incorporaram ao ordenamento jurídico nacional as resoluções do Grupo do Mercado Comum do Mercosul (GMC) de alterações na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e na Tarifa Externa Comum (TEC).

Essas alterações são resultado de solicitações apresentadas pelo setor privado. Seguem alguns exemplos:

- Calçados, confecções e tecidos: em setembro de 2007, a TEC foi alterada no Brasil, resultado do pleito de entidades representativas, que solicitaram elevar a TEC para os níveis consolidados na OMC, diante do deslocamento da produção nos mercados doméstico e externo.
- Lâcteos: em dezembro de 2009, a TEC foi alterada de 14%/16% para 28% até 31/12/2011, em relação a 11 códigos de produtos lácteos (leite em pó e queijos), a pedido do Brasil, para ampliar a proteção do setor frente à oferta no mercado internacional de produtos fortemente subsidiados. Cabe mencionar que, por isso, tais códigos foram excluídos da Lista de Exceções à TEC do Brasil, onde constavam com alíquotas de 27%.

Lista Brasileira de Exceções à TEC

Nos últimos sete anos, foram feitas alterações na Lista Brasileira de Exceções à TEC, ajustando temporariamente as tarifas do Imposto de Importação no Brasil, conforme solicitado pelo setor privado, levando-se em consideração o interesse público. Como exemplos, figuram na Lista de Exceções à TEC produtos dos setores de saúde, agrícola, lácteo, alcooleiro, siderúrgico, químico e de máquinas e equipamentos. De 2003 a agosto de 2010, foram publicadas 39 resoluções Camex dispendo sobre a questão. Atualmente, existem 100 itens nessa lista, cujo prazo de vigência do mecanismo é até 31/12/2011.

Redução temporária da TEC, por questões de desabastecimento, de acordo com a Resolução GMC - 69/2000

As solicitações do setor privado e do Governo são analisadas visando garantir o abastecimento normal e fluido de produtos no Mercosul. De janeiro de 2003 a agosto de 2010, foram publicadas 29 resoluções Camex referentes à aprovação de redução tarifária temporária para 44 produtos.

Outras medidas atinentes à harmonização de políticas no Mercosul

Visando à consolidação e ao fortalecimento da união aduaneira, foram elaboradas diversas propostas, dentre as quais se destacam:

- Adequação das tarifas alfandegárias da lista de medicamentos à Tarifa Externa Comum do Mercosul.
- Redução a 0% das alíquotas de medicamentos destinados ao tratamento do câncer e da aids.
- Revisão da Tarifa Externa Comum de defensivos agrícolas e de bens de informática e de telecomunicações.
- Instituição de regimes comuns na área de bens de capital.
- Definição dos critérios que orientam o trabalho do Comitê Técnico de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT No 1).

Agricultura e produtos de base

No contexto da Rodada Doha, o Brasil logrou não apenas articular o G-20, mas também mantê-lo coeso, o que garantiu ao grupo papel proeminente nas discussões agrícolas. Desde sua criação, em 2003, o G-20 contribuiu para:

- Evitar a redução de ambição do mandato agrícola de Doha.
- Definir compromissos importantes por parte dos países desenvolvidos como a eliminação de subsídios à exportação em futuro próximo.
- Construir estrutura da negociação das modalidades em agricultura.

No passado, o G-20 não cedeu a pressões para a conclusão da Rodada sem que o mandato agrícola estivesse plenamente cumprido. Nesse contexto, o Brasil consolidou-se como ator-chave não apenas nas negociações agrícolas, mas também na Rodada como um todo. O crescimento do perfil negociador brasileiro permitiu que o País estivesse sempre presente em todos os momentos decisivos da Rodada e pudesse atuar nas mais diversas configurações formais e informais.

Com relação ao algodão, produto de grande importância para muitos países africanos, e com a criação do Subcomitê do Algodão, o Brasil intensificou a cooperação bilateral com os países do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Mali e Chade) e passou a oferecer esclarecimentos técnicos e apoio político constante às demandas do C-4. O G-20 também buscou aproximar-se de outros grupos de países em desenvolvimento, o que acabou culminando na Conferência Ministerial de Hong Kong, em 2005, em uma inédita declaração conjunta de todos os agrupamentos de Países em Desenvolvimento (PEDs) sobre a Rodada de Doha (G-110).

Na esfera bilateral, o Ministério das Relações Exteriores tem contribuído ativamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a abertura de mercado aos produtos brasileiros, sobretudo a partir de 2005, ano do último surto de febre aftosa no Brasil. As gestões diplomáticas contribuíram para:

- A reconsideração, por parte dos EUA, da decisão de suspender a importação de carne bovina processada do Brasil por ocasião do surto de 2005.
- A reabertura do mercado uruguaio de carne de aves.
- A abertura do mercado japonês para as mangas brasileiras.
- A reabertura dos mercados chileno, chinês e sul-africano para carne bovina in natura.

Ademais, encontram-se em estágio avançado as negociações para a abertura do mercado japonês, sul-coreano e norte-americano às exportações brasileiras de carne suína. Em 2007, foi criado o Mecanismo de Consulta sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias com a União Europeia.

No que se refere ao debate sobre a política agrícola e sobre o preço dos alimentos, o Brasil logrou – principalmente no contexto da crise de alimentos, entre 2007 e 2008 – agregar aspectos comerciais ao debate, de modo a ressaltar que políticas intervencionistas no mercado de commodities, tais como a concessão de subsídios, são capazes de distorcer o mercado e de dificultar a entrada de novos ofertantes, o que, por sua vez, eleva o preço dos alimentos.

Comércio de serviços

No que tange às ações implementadas no setor de transporte aéreo, cabe destacar que a Resolução do Conselho de Aviação Civil (Conac) nº 01, de 13 de janeiro de 2009, criou um grupo de trabalho, coordenado pelo Itamaraty, “para formular estudos e propostas sobre o transporte aéreo internacional”. Os trabalhos foram concluídos em 11/8/2009. Como resultado principal, foram elaboradas duas propostas de resoluções: a primeira, “Das diretrizes referentes ao transporte aéreo brasileiro no mercado Sul-Americano” e a segunda, “Do mercado internacional entre o Brasil, o Continente Africano e a Índia”.

Um dos itens da proposta de resolução “Das diretrizes referentes ao transporte aéreo brasileiro no mercado Sul-Americano” aponta que: “Deve ser buscado o estabelecimento de tarifas aeroportuárias diferenciadas, de modo a estimular o transporte aéreo transfronteiriço”. O principal objetivo da resolução sobre integração com o continente africano aduz que: “Deve ser examinado o estabelecimento de mecanismos para estimular o provimento de serviços aéreos, em especial o provimento por empresas brasileiras em rotas de baixa densidade de tráfego, com vistas a assegurar maior conectividade com o continente africano”.

Intensificação da promoção comercial

Diversas iniciativas de promoção das exportações no exterior.

Objetivos

- Promover as exportações de produtos e de serviços brasileiros.
- Apoiar a internacionalização das empresas.

Data de início

2003

Instrumento legal

- Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003
- Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003
- Portaria MRE no 212, de 30 de abril de 2008

Participação e controle social

Os eventos de promoção contam com ampla divulgação nas páginas da internet dos órgãos envolvidos, divulgação na mídia tradicional nos países onde as ações estejam sendo desenvolvidas e mediante consulta junto às entidades de classe que representam o empresariado nacional.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O trabalho de divulgação comercial do Brasil foi desenvolvido para promover as exportações e para contribuir ativamente na agregação de valor à pauta exportadora, fortalecer a imagem do País no exterior e elevar o número de empresas exportadoras.

A sua principal distinção está no fato de as ações de promoção comercial⁵ basearem-se no desenvolvimento de estratégias diferenciadas de qualificação e de acesso dos produtos e serviços brasileiros ao exterior. Nesse sentido, os setores produtivos são apoiados por meio dos Projetos Setoriais Integrados (PSIs), realizados em parceria com as associações de classe, que representam empresas de vários segmentos da economia.

Resultados

Desde 2003, as ações de promoção comercial da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex) propiciaram exposições de produtos brasileiros em mais de 60 países. O número de projetos setoriais da Apex saltou de 46, em 2006, para 62, em 2007, 66, em 2008, 79, em 2009, e 80, até maio de 2010. O prazo médio para análise e aprovação dos projetos foi reduzido de 145,81 dias, em 2007, para 33,23 dias, em 2009.

Entre projetos e eventos, foram atendidos 74 setores da economia brasileira e mais de 11 mil empresas. Essas empresas foram responsáveis pela exportação de US\$ 25,7 bilhões no último ano, o que representou 16,8% do total exportado pelo Brasil. A meta do valor exportado pelas empresas apoiadas pelos projetos de promoção comercial para o ano de 2009 foi superada em

5. Executadas pela Apex-Brasil, pelo Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores (DPR/MRE) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

105% e a meta de participação dessas empresas no total exportado pelo País foi superada em 97,8%. O crescimento do número de projetos setoriais de promoção às exportações em execução e do número de empresas apoiadas também foi outro fator responsável pelo aumento do indicador de participação.

O suporte a empresas em estágios mais avançados de exportação passou a ser realizado, desde 2005, por meio de vários centros de distribuição (CDs) ao redor do mundo (Miami, Varsóvia, Dubai, Havana, Pequim, Moscou), os quais ampliaram significativamente a abrangência do apoio logístico e administrativo disponível aos exportadores brasileiros. Isso ao mesmo tempo em que ações em território nacional, como o Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex), também têm contribuído para o incremento da competitividade de empresas brasileiras com potencial exportador.

O número de projetos setoriais da Apex saltou de 46, em 2006, para 62, em 2007, 66, em 2008, 79, em 2009, e 80, até maio de 2010. O prazo médio para análise e para aprovação dos projetos foi reduzido de 145,81 dias, em 2007, para 33,23 dias, em 2009.

O Brasil realizou diversas missões comerciais ao exterior entre 2003 e 2010. As missões aconteceram com intensa participação de pequenos, médios e grandes empresários de vários setores. As missões específicas e multissetoriais envolveram tradicionais parceiros do Brasil – como os Estados Unidos, China e Rússia –, mas se concentraram, sobretudo, nos países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantinha baixo intercâmbio comercial, tanto nos países da América Central, quanto nos da África, Ásia, Europa Oriental e Oriente Médio. Somente entre 2008 e 2010, foram realizadas 103 missões empresariais, a maior parte juntamente com o presidente da República em visitas oficiais.

Os resultados, quando analisados desde o final do ano de 2006, demonstram um crescimento acumulado de 14,4% das exportações das empresas apoiadas pelos projetos de promoção comercial, atingindo US\$ 106,1 bilhões. Assim, constata-se que as iniciativas possibilitaram ampliar a exposição do Brasil e de seus produtos e serviços no exterior, por meio de uma gestão orientada para uma maior capacitação de empresas, para um maior poder de negociação e para o auxílio na redução dos custos. As missões comerciais, visitas técnicas, encontros setoriais, rodadas de negócios, palestras e workshops, além da participação de empresas brasileiras em feiras multissetoriais, passaram a receber ações mais qualificadas, com o apoio de unidades de inteligência comercial, responsáveis pelo desenvolvimento de estudos de prospecção de mercados para os produtos brasileiros.

Ampliação da Linha BNDES Pós-Embarque

Trata-se de linha de crédito que financia a comercialização de bens e de serviços no exterior por meio do refinanciamento ao exportador. Na modalidade *supplier's credit*, o exportador apresenta ao BNDES os títulos ou documentos do principal e juros do financiamento concedido pelo exportador ao importador, os quais são descontados pelo Banco com o resultado do desconto liberado à empresa exportadora. Já na modalidade *buyer's credit* os contratos de financiamento são estabelecidos diretamente entre o BNDES e a empresa importadora, com interveniência do exportador. Por terem condições diferenciadas e envolverem diretamente o importador, têm custo relativo mais elevado e prazo de análise mais longo.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi ampliado para suprir a demanda das empresas exportadoras brasileiras, dando suporte ao crescimento das exportações nacionais.

Resultados

De janeiro de 2003 a junho de 2010, foram realizadas 1,6 mil operações, que resultaram em um desembolso de R\$ 41 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Criação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento, Subprograma Exportação

Redução do custo do financiamento para a exportação de bens de capital.

Objetivo

Estimular a exportação de bens de capital.

Data de início

10/7/2009

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.793, de 10 de julho de 2009

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Foi criado para contribuir com a manutenção e com a elevação do nível de investimento na economia brasileira, fazendo frente à retração de crédito advinda da crise financeira

Resultados

De julho de 2009 a junho de 2010, foram realizadas 402 operações, que resultaram em desembolsos do BNDES da ordem de R\$ 11 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pela IPCA).

Ampliação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Redução do custo do financiamento para a exportação de bens de capital.

Objetivo

Dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação (SCE).

Data de início

1997

Instrumentos legais

- Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999 (Conversão da Medida provisória nº 1.583-1, de 25 de setembro de 1997).
- Decreto nº 2.369, de 10 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.
- Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, revoga o Decreto nº 2.369, de 10 de novembro de 1997, e regulamenta o seguro, a garantia dada pela União, a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) e o (FGE).
- Decreto nº 4.929, de 23 de dezembro de 2003, que atribui ao BNDES a competência para atuar como órgão gestor do FGE.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Para dar garantia de crédito a operações de longo prazo, como exportações de aeronaves e de obras de engenharia. As principais mudanças foram a ampliação dos recursos destinados às grandes empresas e a criação, durante a crise financeira de 2008-2009, de apólices para a garantia de crédito para operações de micro e de pequenas empresas com prazos inferiores a dois anos

Resultados

Durante a crise iniciada no final de 2008, o Fundo garantiu recursos para empresas de porte como a Embraer (US\$ 3 bilhões) e para construtoras brasileiras com investimentos na África e em países latino-americanos, além de garantir crédito para operações de micro e de pequenas empresas com prazos inferiores a dois anos.

Em apoio ao comércio exterior foram realizadas cerca de cinco mil operações via BNDES no período 2003-2010 (junho), com desembolso total de R\$ 112 bilhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Ampliação do financiamento às exportações de micro, pequenas e médias empresas

Linhas e garantias de crédito para o financiamento de exportações de micro, de pequenas e de médias empresas.

Objetivo

A Linha Pré-Embarque Empresa Âncora tem por objetivo estimular a exportação indireta de bens produzidos por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) efetuada por intermédio de Empresas Âncora. Enquanto isso, o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) tem como finalidade conceder financiamentos com custos financeiros iguais aos praticados no comércio exterior, contribuindo assim para o aumento das vendas externas brasileiras.

Data de início

2004 – para a Linha Pré-Embarque Empresa Âncora

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.114, de 2004, que instituiu a Linha Pré-Embarque Empresa Âncora.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

A Linha Pré-Embarque Empresa Âncora foi criada para apoiar a exportação indireta de bens produzidos por micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) efetuada por intermédio de Empresa Âncora.

Para o Programa de Financiamento às Exportações, além das linhas de financiamento tradicionais, foram implantadas medidas como a elevação do limite de faturamento anual das empresas elegíveis para R\$ 600 milhões e a criação do PROEX financiamento à produção exportável, que permite o acesso de MPMEs ao financiamento de suas exportações ainda na fase de produção.

Resultados

A Linha Pré-Embarque Empresa Âncora realizou, entre agosto de 2004 e junho de 2008, 20 operações que totalizaram um desembolso de R\$ 144 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

Expo Xangai

Consiste na participação brasileira na Exposição Mundial de Xangai – Expo Xangai 2010, a maior de todos os tempos e a primeira em um país emergente, com duração de seis meses (1º de maio a 31 de outubro) e público de 70 milhões de pessoas, com a participação de 48 organizações internacionais e de grandes corporações de 192 países.

O Brasil participou do evento com um pavilhão de 2 mil m², que apresentou ao público, por meio de audiovisual interativo, um país diverso e pujante. A participação na Expo contemplou ainda uma ampla agenda cultural, com shows periódicos, agenda institucional, com reuniões de delegações brasileiras e chinesas em busca de novas oportunidades, e agenda de negócios, envolvendo promoção comercial, atração de investimentos e divulgação de roteiros turísticos, além de uma agenda temática, cobrindo discussões técnicas sobre o tema da Expo, Cidade melhor, vida melhor.

Objetivos

Fortalecer a imagem e a presença do Brasil no continente asiático, especialmente no promissor mercado chinês. Além do potencial no comércio exterior e na atração de investimentos, a participação brasileira na Expo Xangai enfatizou a importância do Brasil em temas como cultura, economia, inovação científica e tecnologia.

Data de início

2008

Instrumentos legais

- Decreto de 17 de junho de 2008 – cria a comissão interministerial encarregada de coordenar e de organizar a participação da República Federativa do Brasil na Exposição Universal de Xangai 2010 (Expo 2010).
- Portaria MDIC nº 73, de 18 de março de 2009 – nomeação do presidente da Apex-Brasil como Comissário Geral do Brasil na Expo.
- Convênio MDIC nº 01, de 2009, de 18 de julho de 2009 – participação do Brasil na Expo Xangai.

Modelo de gestão

- Estabelecimento de comissão interministerial, com reuniões periódicas, além de reuniões periódicas para preparar os seminários técnicos no Pavilhão do Brasil.
- Criação de secretaria executiva para a Expo-2010, no âmbito da Apex-Brasil, cobrindo questões técnicas e administrativas.
- Acompanhamento do projeto por órgãos de controle (CGU e TCU), desde sua fase inicial, além do monitoramento constante do órgão concedente (MDIC).
- Articulação permanente com estados e municípios, garantindo ampla representatividade da participação brasileira.
- Captação de patrocínio privado, desonerando o orçamento público.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O Brasil não poderia ficar de fora da Exposição Mundial de Xangai, a maior exposição mundial da história, com 70 milhões de visitantes esperados e onde todos os 192 países do mundo estiveram representados. A China é o principal parceiro comercial do Brasil e, em 2010, deve-se confirmar como o país que mais investe no Brasil. Apesar disso, o desconhecimento do público chinês sobre o Brasil é considerável.

Nesse contexto, o programa foi montado para garantir ao Brasil uma participação de sucesso nessa exposição mundial, promovendo o País e seus produtos culturais, acadêmicos, comerciais e turísticos no cenário internacional, particularmente perante o público chinês.

Resultados

Entre 1º de maio e 3 de setembro de 2010, o pavilhão brasileiro na Expo Xangai recebeu 1.720.707 visitantes. Até o final da Exposição, o total de visitantes chegou a 2,63 milhões.

Foram promovidas diversas atividades de negócios por entidades empresariais, associações setoriais, governos estaduais e municipais. Foram realizados eventos específicos para atrair investimentos relacionados à Copa do Mundo e às Olimpíadas no Brasil, além de ações de promoção comercial junto ao setor alimentício. Houve, ainda, encontros com operadores locais para promover o Brasil como destino turístico junto ao público chinês.

Foram realizados cinco fóruns temáticos, cobrindo discussões técnicas importantes sobre soluções urbanas, energia, tecnologia e inovação, água e desenvolvimento regional. Ao longo da exposição, ocorreram mais de 20 shows e apresentações artísticas brasileiras, incluindo artistas diversos.

Mais de 20 delegações de estados e de municípios brasileiros participaram da Expo Xangai, promovendo comércio, investimentos e oportunidades de cooperação com contrapartes chinesas.

Realizou-se, também, no Pavilhão do Brasil a mostra de artesanato brasileiro, incluindo peças provenientes de 17 municípios e estados.

Até a segunda quinzena de setembro de 2010, a participação do Brasil na Expo havia resultado em cerca de duas mil notícias “clipadas” na China (o que representa, em termos de espaço, algo como US\$ 4 milhões) e em cerca de 700 notícias veiculadas no Brasil em jornais, revistas, TVs, rádios e internet.

Um grupo de cinco jornalistas chineses (People’s Daily, China Business News, Financial Times China e Shanghai TV) foi trazido ao Brasil para realizar visitas e entrevistas junto aos setores público e privado. Em sentido contrário, uma equipe da EBC (TV Brasil) e uma jornalista do jornal O Globo foram levados à China para cobrir a abertura da Expo Xangai.

Ampliação do apoio à internacionalização das pequenas e médias empresas brasileiras

O projeto de apoio à internacionalização das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras reforça as relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a União Europeia, por meio do apoio a mecanismos de inserção competitiva das PMEs brasileiras no mercado europeu, visando à expansão e à diversificação de suas exportações, com ênfase em produtos de conteúdo tecnológico. Privilegia, dessa maneira, os fatores chamados “intangíveis”, apostando:

- No aprimoramento da capacidade das PMEs para operações internacionais.
- Na melhoria do conhecimento dos mercados potenciais das PMEs e do ambiente externo para operações de exportação.
- Na adaptação de tecnologias, de processos produtivos e de serviços.
- No estabelecimento de parcerias com mercados-alvo.

Promove, em suma, investimentos que contribuem para aumentar o padrão de qualidade de produção e de serviços das PMEs, transformando sua realidade, sua forma de trabalhar e de produzir.

Objetivos

Contribuir para a inserção competitiva do Brasil na economia mundial e, em especial, reforçar laços econômicos e comerciais com a União Europeia. Ou seja:

- Melhorar a capacidade das PMEs para operações internacionais.
- Aprimorar o conhecimento dos mercados potenciais para PMEs.
- Promover a adaptação de tecnologias, de processos produtivos e de serviços.
- Melhorar o ambiente externo local para operações de exportação.
- Estabelecer parcerias com mercados-alvo.

Data de início

2005

Instrumentos legais

Em 29 de junho de 1992, foi assinado, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Comissário da Comunidade Europeia, o Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e a União Europeia, que entrou em vigor em 1995, com a aprovação pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 69, de 4 de maio de 1995) e posterior promulgação pelo presidente da República (Decreto nº 1.721, de 28, de novembro de 1995).

No ano de 1995, no âmbito do Acordo-Quadro, formalizou-se o Ajuste Complementar de Cooperação relativo ao projeto Apoio à Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras (ALA/BRA/2004/006-180), assinado, por um lado, pelo diretor da Comissão Europeia e, por outro, pelo diretor da Agência Brasileira de Cooperação, pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Modelo de gestão

A principal ferramenta é a mobilização de parcerias. Em sua concepção, apoiou-se em processo participativo, que envolveu os atores institucionais, públicos e privados, mais relevantes em matéria de desenvolvimento e de internacionalização das PMEs brasileiras, garantindo adesão às políticas nacionais nessas matérias e sua adequada aplicação pelos parceiros nacionais. Reúne entidades parceiras nacionais, públicas e privadas, que representam diferentes setores e atuam em distintas temáticas. Sob coordenação da Secretaria de Inovação e sob a condução da ABDI, as instituições executam diretamente as atividades previstas no Projeto e oferecem as contrapartidas financeiras e econômicas exigidas pela União Europeia.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

O projeto integra-se diretamente nos esforços da Política de Desenvolvimento Produtivo do Brasil, que inclui, entre os seus desafios, o fortalecimento das micro e das pequenas empresas. A implantação de programas de internacionalização de PME, como o PAIIPME, contribui para alcançar a macrometa estabelecida da política de elevar, até 2010, para 13 mil o número de PME exportadoras.

Resultados

Apresentam-se, na sequência, dados sobre as ações preliminares do programa no que diz respeito aos projetos de subvenção desenvolvidos com os parceiros locais e regionais. As informações relativas aos parceiros nacionais e setoriais somente estarão disponíveis no final de 2010.

MENSURAÇÃO PRELIMINAR DOS RESULTADOS REFERENTES ÀS SUBVENÇÕES

Setores industriais atendidos	
Calçados	Jóias
Couro	Petróleo e gás
Cosméticos	Orgânicos
Metal-mecânico	Reciclados
Alimentos	Cerâmico
Móveis	Cachaça
TI	Artesanato
Mármore e granito	Bens de capital
Agronegócios	Têxtil
Agroindústria	Vestuário

Produtos e atividades	Quantidade
Empresas atendidas	2.577
Workshops realizados	49
Diagnósticos	463
Pesquisas de mercado	123
Consultorias	11.909 horas*
Parcerias nacionais	50
Parcerias internacionais	17
Capacitações	4.645 horas**
Projetos estruturantes para a exportação e para a internacionalização	123
Pessoas treinadas em exportação e em internacionalização	6.678
Feiras/missões nacionais em que participou	17
Feiras/missões internacionais em que participou	70

*Valor aproximado considerando uma consultoria igual a 8 horas de trabalho prestado.

**Valor aproximado considerando uma capacitação igual a 8 horas de trabalho prestado.

PRINCIPAIS PRODUTOS
Planos, manuais e estratégias setoriais de exportação e internacionalização
Adequação às exigências do mercado externo, especialmente do mercado europeu
Implantação de software de gestão integrada de exportação para reciclados
Construção do portal de comercialização internacional de reciclados das PME
Implementação de projetos de TI aplicados a 16 setores industriais
Acordo para instalação de planta industrial no Nordeste para processar gel de babosa
Desenvolvimento de alimentos orgânicos no Vale do São Francisco
Criação de help desk para certificações internacionais
Criação de planos de internacionalização para o setor de petróleo e gás
Estabelecimento de cinco joint-ventures entre PMEs brasileiras, europeias e asiáticas – petróleo e gás
Aumento em 5% no número de PMEs brasileiras certificadas em CMMI
Instalação de capacidade técnica e física necessária para assumir projetos de internacionalização
Implementação de planos de adequação técnica em todos os projetos e empresas envolvidas
Desenvolvimento técnico e tecnológico para PMEs do setor de calçados, para serem competitivas em moda, em design e em conforto e adequadas a requisitos de segurança e de meio ambiente
Criação de cooperação empresarial entre PMEs brasileiras
Formação de consórcios de exportação
Criação de catálogo de produtos para divulgação externa
Criação da central de apoio à exportação para o setor de calçados

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

F) COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em 2002, o setor terciário, que engloba as atividades de comércio e de serviços, correspondia a 59,2% do Produto Interno Bruto (PIB), a 56,4% do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil e a 76,8% dos empregos formais.

Por esse motivo, foram desenvolvidas algumas iniciativas para fortalecer o setor de comércio e de serviços, dentre as quais se destacam:

- A criação da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS).

- O desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv).
- A elaboração da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS).

O Siscoserv é um sistema estruturador desenvolvido para subsidiar a administração pública com informações econômico-comerciais relativas às operações de serviços, de intangíveis e de outras que produzam variações no patrimônio, realizadas entre residentes ou domiciliados no País e entre residentes ou domiciliados no exterior.

A NBS, por sua vez, é uma medida prevista na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP Complexo Serviços) e será utilizada na classificação dos serviços, de intangíveis e das demais operações dentro do Siscoserv, podendo, também, ter utilidade no contexto de outras políticas governamentais de órgãos das três esferas de governo.

Desenvolvimento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv)

O Siscoserv é um sistema que registra informações fiscais e comerciais relativas às operações de serviços, de intangíveis e de outras operações que produzam variação no patrimônio das entidades. Foi desenvolvido em plataforma Web e exige, para o acesso, Certificação Digital e, em alguns casos, Procuração Eletrônica. O Sistema, além de garantir maior agilidade na formalização dos registros, possibilita a emissão de relatórios gerenciais que poderão subsidiar a elaboração de políticas públicas de apoio ao setor terciário.

Objetivo

Proporcionar aos usuários do setor privado, em tempo real, um único ambiente para registro das operações de venda e de aquisição de serviços e de intangíveis, entre residentes e não residentes.

Produzir relatórios gerenciais capazes de oferecer condições seguras para a definição de políticas públicas de apoio ao comércio exterior de serviços e de intangíveis.

Data de início

Criação da Comissão do Siscoserv em 21 de agosto de 2008. A previsão da produção efetiva do módulo venda do Siscoserv (Exportação) é 2011.

Instrumentos legais

- Portaria nº 170, de 21 de agosto de 2008 – cria a Comissão do Siscoserv.
- Portaria nº 01, de 23 de setembro de 2008 – institui o Grupo Técnico e os subgrupos.
- Portaria nº 01, de 12 de fevereiro de 2010 – altera o Grupo Técnico e os subgrupos.

Participação e controle social

Em 1/10/2009 foi iniciado o teste do Módulo Venda do Siscoserv com o setor privado. Inicialmente, previu-se o encerramento dos testes em 31/10/2009, todavia, em função da não publicação da medida legal de instituição do Sistema, o período de testes foi prorrogado até a entrada em produção efetiva do Módulo Venda do Siscoserv (publicação da medida legal).

Modelo de gestão

Portaria nº 01, de 23 de setembro de 2008 – institui o Grupo Técnico de Assessoramento da Comissão do Siscoserv e os respectivos subgrupos (SGTs). O desenvolvimento do Siscoserv tem sido trabalhado no âmbito do SGT 2, Desenvolvimento do Sistema, cuja coordenação ficou a cargo da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC).

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Apesar do dinamismo do setor terciário brasileiro, o comércio exterior de serviços tem apresentado, nos últimos anos, evolução contínua de déficits comerciais. Dados da Conta de Serviços do Balanço de Pagamentos indicam os seguintes valores:

- 2006 – US\$ 9,7 bilhões
- 2007 – US\$ 13,2 bilhões
- 2008 – US\$ 16,7 bilhões
- 2009 – US\$ 17,8 bilhões

O Siscoserv foi criado para ser um instrumento na formulação de políticas para o fortalecimento da participação do Brasil no comércio internacional de serviços e de intangíveis.

Resultados

O Sistema será composto por dois módulos: venda (exportação) e aquisição (importação). O desenvolvimento do módulo venda, iniciado em 2008 e concluído em 2009, está em fase de testes pelos usuários. A entrada em produção efetiva deste módulo depende da edição do arcabouço jurídico elaborado. Quanto ao módulo aquisição, o desenvolvimento começou em dezembro de 2009, com previsão de conclusão em 2011.

O Siscoserv se insere na PDP e possibilitará a produção de relatórios gerenciais capazes de conferir maior segurança à Administração Pública no estabelecimento de políticas públicas de apoio ao setor terciário e de orientar os segmentos envolvidos na definição de suas estratégias de negócios.

Desenvolvimento da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio das Entidades (NBS)

A Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio das Entidades (NBS) é uma medida prevista na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Objetivo

Classificar serviços, intangíveis e demais operações dentro do Siscoserv, podendo, também, ser utilizada no contexto de outras políticas governamentais de diversos órgãos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Data de início

23/9/2008 – criação do SGT Nomenclatura, no âmbito da Comissão do Siscoserv.

Instrumentos legais

- Portaria nº 170, de 21 de agosto de 2008 – cria a Comissão do SISCOSERV.
- Portaria nº 01, de 23 de setembro de 2008 – institui o Grupo Técnico e os subgrupos.
- Portaria nº 01, de 12 de fevereiro de 2010 – altera o Grupo Técnico e os subgrupos.

Participação e controle social

A NBS foi colocada em consulta pública, publicada no DOU em 24/12/2008, para que fossem apresentadas sugestões relativas ao texto da NBS e de suas respectivas notas explicativas (Nebs). Em 11/2/2009, foi publicada no DOU a prorrogação da consulta até 31/3/2009.

Modelo de gestão

- Portaria nº 01, de 23 de setembro de 2008 – institui o Grupo Técnico de Assessoramento da Comissão do Siscoserv e os respectivos subgrupos (SGTs). A NBS foi trabalhada no âmbito do SGT 3, Nomenclatura, cuja coordenação ficou a cargo da RFB/MF
 - Portaria nº 01, de 12 de fevereiro de 2010 – altera o Grupo Técnico e os subgrupos.
- A NBS passou a ser trabalhada na esfera do SGT 1, Legislação e Nomenclatura, cuja coordenação ficou a cargo da RFB/MF.

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

No contexto de desenvolvimento do Siscoserv, verificou-se que, para a geração de estatísticas desagregadas sobre o comércio exterior de serviços, era preciso elaborar uma nomenclatura para serviços e para intangíveis, semelhante à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), classificador utilizado no comércio exterior de bens.

Atualmente, a geração de estatísticas sobre o comércio exterior de serviços baseia-se, principalmente, nos dados do Balanço de Pagamentos, que permite a elaboração de estatísticas agregadas, e na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que, por sua vez, permite observar apenas a principal atividade relacionada a determinada empresa (por exemplo, não é possível identificar serviços prestados por empresas cuja CNAE esteja relacionada à produção de bens).

A NBS possui mais de mil itens de classificação de serviços e de intangíveis e, dessa forma, permitirá a geração de estatísticas desagregadas sobre comércio exterior de serviços que embasarão e qualificarão futuras políticas para esse setor da economia.

Resultados

A minuta da NBS possui mais de mil itens com a classificação de serviços (de engenharia, de gerenciamento de rede, de fotografia), de intangíveis (licenciamento de patentes e de marcas) e de outras operações que produzem variações no patrimônio das entidades (fornecimento de alimentação, leasing etc.). Além da NBS, foram construídas também as notas explicativas da NBS (Nebs), um compêndio com mais de 500 páginas para orientar o usuário da NBS a identificar e a classificar de maneira correta a sua operação. Atualmente, a NBS aguarda a publicação do decreto que a instituirá, sendo que a medida legal encontra-se na Casa Civil.

Inclusão de insumos para a construção civil no cartão BNDES

Objetivo

Estimular o setor da construção civil, por meio de financiamento a micro, pequenas e médias empresas.

Data de início

24/3/2009

Instrumento legal

- Resolução BNDES nº 1.734, de 2009

Por que foi criado, reformulado e/ou ampliado

Busca contribuir com a ampliação da capacidade do setor de construção civil de responder de forma efetiva às expectativas de expansão da oferta de novas habitações nos próximos anos, fomentando a utilização de materiais, de componentes, de sistemas construtivos e de padrões de qualidade consoantes com as normas técnicas pertinentes.

Resultados

De março de 2009 a junho de 2010, foram realizadas cerca de 13 mil operações, com investimentos totais de R\$ 133 milhões (a preços de junho/2010, atualizados pelo IPCA).

MARCOS LEGAIS

- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MPEs).
- Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 – altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.
- Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003/Decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003 – autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil).
- Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação) – dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Posterior regulamentação pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
- Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004/Decreto nº 5.353, de 24 de janeiro de 2005 – cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
- Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem) – concede incentivos fiscais associados à ampliação dos gastos privados em inovação.
- Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 – dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009.

- Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e para a integração do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).
- Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009 – altera a legislação tributária e cria o drawback integrado. Regulamentado posteriormente pela Portaria Secex nº 10, de 2010, e Portaria Conjunta RFB/Secex nº 467, de 25 de março de 2010.
- Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009 – dispõe sobre a possibilidade de participação da União em fundos garantidores de risco para MPEs. Cria o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) e o Fundo Garantidor de Operações (FGO).
- Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003 – reestrutura a Câmara de Comércio Exterior (Camex).
- Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004 – cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig).
- Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009 – regulamenta a concessão de redução a zero da alíquota do IR e estabelece que o benefício seja concedido pelo Sistema de Registros de Informações de Promoção (Sisprom).
- Internacionalização de Acordos Internacionais por meio de Decretos, dos quais se destacam: Decreto nº 4.598, de 2003 (Mercosul-México); Decreto nº 5.361, de 2005 (Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela); Decreto nº 6.500, de 2008 (Acordo Automotivo Brasil-Argentina); Decreto nº 7.159, de 2010 (Mercosul-Israel).

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

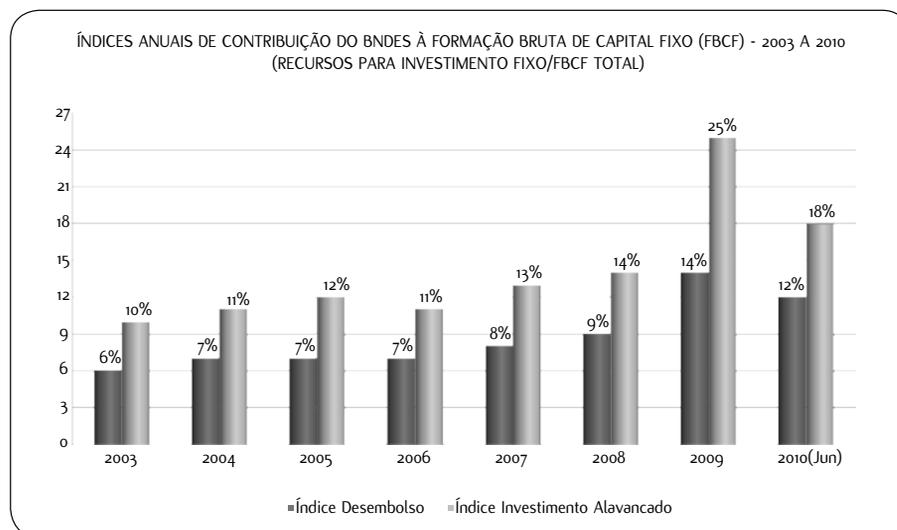
- Consultas públicas
 - O Governo Federal realiza consultas públicas a empresas e entidades do Setor Privado. Dessas, destacam-se:
 - ✓ Acordos internacionais
 - São realizadas consultas sobre concessões que serão propostas nos acordos internacionais em negociação e temas relacionados, como alterações na Tarifa Externa Comum (TEC) e na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).
 - ✓ Contencioso do Algodão na OMC
 - A Câmara de Comércio Exterior (Camex) realizou consulta sobre produtos norte-americanos que poderiam estar sujeitos a contramedidas brasileiras no âmbito desse contencioso.
 - ✓ Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS)
 - Foram solicitadas sugestões para o desenvolvimento da proposta da Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS).
- CONEX
 - O Conselho do Setor Privado (Conex), integrante da Camex, é composto por 20 representantes do setor privado que atuam no comércio exterior. Esse conselho é competente para enviar propostas de aperfeiçoamento da política de comércio exterior.
- Fóruns
 - ✓ Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs)
 - O Fórum tem como competência institucional articular e promover a regulamentação necessária ao aspecto não tributário da Lei Complementar no 123, de 2006, formular e acompanhar políticas públicas de fomento, além de incentivar e de apoiar a criação de fóruns regionais.
 - ✓ Fóruns de competitividade
 - Os fóruns de competitividade contam com a participação da sociedade civil, Governo, setor produtivo e academia. Existem fóruns nos seguintes setores: biotecnologia, nanotecnologia, software e serviços de tecnologia da informação, plásticos, higiene, perfumaria e cosméticos, construção civil, couro e calçados, madeira e móveis, têxtil e confecções, sistema agroindustrial, carnes, siderurgia e eletrônica de consumo. Além disso, há também as seguintes instâncias de articulação público-privadas no âmbito da PDP: Fórum da Indústria de Papel e Celulose, Fórum da Indústria da Defesa (FID), Câmara Setorial do Bioetanol e grupos de trabalho – GT-Automotivo, GT Marítimo, GT-Bens de Capital, GT-Serviços, GT-Aeronáutico.
- Desenvolvimento do comércio exterior
 - ✓ Aprendendo a exportar
 - Busca expandir a base exportadora brasileira mediante o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas nos três níveis governamentais. Atualmente, atua também em setores específicos.

- ✓ **Rede Centro de Informações de Comércio Exterior (Cicex)**
Parcerias firmadas com secretarias municipais e estaduais com o objetivo de proporcionar atendimento presencial ao público de comércio exterior.
- ✓ **Encontros de Comércio Exterior (Encomex)**
Os encontros são realizados em diversas unidades da Federação, em parceria com governos municipais e estaduais, para divulgar informações sobre o comércio exterior e, com isso, promover a cultura exportadora. Em 2010, foi lançado o Encomex Mercosul.
- **Formas de acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização da execução das políticas e de controle social**
O acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização são realizados por meio de uma ouvidoria para atendimento à sociedade. Além disso, as áreas técnicas disponibilizam informações nos sites governamentais, nos quais divulgam eventos e consultas públicas.
Cumpre ressaltar que, no contexto da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento da PDP (SG-PDP), que congrega várias informações sobre a política, para permitir o acompanhamento e o monitoramento pelos gestores da política. O sítio da PDP contém informações destinadas à sociedade civil.

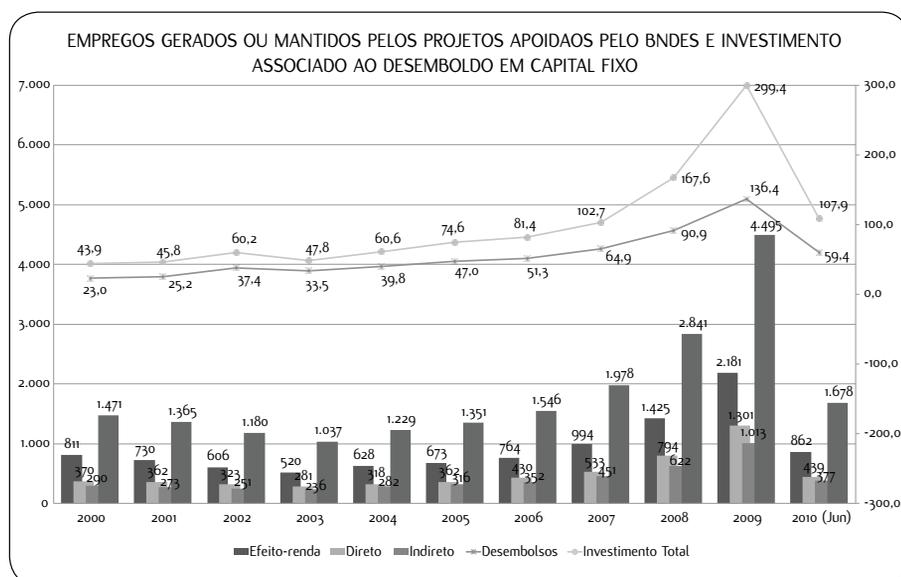
INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO

INVESTIMENTO E PRODUÇÃO

O gráfico a seguir destaca a importância do BNDES para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), sobretudo no contexto da crise internacional de 2008. Desde 2004, o investimento alavancado pelo BNDES supera 10% da FBCF, sendo notável o valor alcançado em 2009, quando foi responsável por 25% da FBCF total.



O gráfico a seguir mostra que, a partir de 2003, os recursos desembolsados pelo BNDES responderam pela crescente geração ou manutenção de empregos, tendo destaque o número alcançado em 2009, quando os projetos financiados pelo Banco apoiaram a criação ou a manutenção de cinco milhões de empregos.



Fonte: BNDES.

Para viabilizar o acompanhamento e a avaliação dos programas da PDP, foram construídos indicadores de metas específicos para cada programa da Política. Além disso, há indicadores de desempenho utilizados, tradicionalmente, para acompanhar os resultados setoriais. No total, são 112 indicadores de metas e 261 de desempenho setorial. As macrometas têm seis indicadores, conforme tabela a seguir, disponível em www.pdp.gov.br.

INDICADORES DE MACROMETAS

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1º Sem. 2010	Meta da PDP	Fonte	Periodicidade
MACROMETAS												
1 – Ampliar o investimento para 21% do PIB até 2010												
Indicador Investimento FBCF/PIB total (%)	16,4%	15,3%	16,1%	15,9%	16,4%	17,4%	18,7%	16,7%	17,9%	21,0%	Contas Nacionais/IBGE	Trimestral
2 – Elevar o gasto privado em P&D para 0,65% até 2010												
Indicador Dispendio em P&D das empresas privadas/PIB (%)	Pesquisa 2002 não realizada	0,34%	Pesquisa 2004 não realizada	0,51%	Pesquisa 2006 não realizada	Pesquisa 2007 não realizada	0,59%	ND ¹	ND ¹	0,65%	Pintec/IBGE	Trienal
Indicador Dispendio em P&D (R\$ bilhões)	Pesquisa 2002 não realizada	5,8	Pesquisa 2004 não realizada	11,6	Pesquisa 2006 não realizada	Pesquisa 2007 não realizada	17,6	ND ¹	ND ¹	18,5	Pintec/IBGE	Trienal
3 – Aumentar em 10% o número de MPes exportadoras até 2010												
Indicador Aumentar em 10% o número de MPes exportadoras	9.137	9.479	10.790	9.250	11.792	11.919	11.120	9.871	ND ¹	12.971	Secex/MDIC	Anual
Indicador Número de empresas exportadoras de bens	17.407	17.743	18.608	17.657	16.815	20.889	20.408	19.823	14.831	22.978	Secex/MDIC	Anual

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1º Sem. 2010	Meta da PDP	Fonte	Periodicidade
4 – Ampliar a participação das exportações brasileiras para 1,25% até 2010												
Indicador Participação do Brasil nas Exportações Mundiais	0,95%	0,98%	1,07%	1,15%	1,16%	1,18%	1,26%	1,26%	ND ¹	1,25%	Secex/MDIC	Anual

¹ND = Não Disponível.
Fonte: ABDI.

Pode-se perceber que o País avançou bastante nas quatro dimensões examinadas pelas macrometas da PDP:

1. O investimento fixo em relação ao PIB cresceu de 16,4% em 2002 para 17,9% no segundo semestre de 2010. Em 2008, melhor ano da série, a taxa de investimento chegou a 18,7%, resultado de três anos de expansão do investimento à frente do PIB. Em 2009, houve redução na taxa de investimento devido aos efeitos da crise financeira internacional. Já em 2010, ocorre recuperação do investimento, que, no entanto, ainda não chegou ao nível recorde de 2008.
2. O gasto privado em P&D, que é medido trienalmente pela Pintec/IBGE, apresentou significativo crescimento, passando de cerca de R\$ 5,8 bilhões em 2003 para R\$ 17,6 bilhões em 2008. Em relação ao PIB, o indicador cresceu de 0,34% em 2003 para 0,59% em 2008.
3. Em relação ao número de MPes, a tendência foi de crescimento pequeno, com algumas oscilações. O comportamento um tanto volátil desse número se explica pela fragilidade dessas empresas frente a mudanças nos preços internacionais e na taxa de câmbio. O crescimento no período como um todo foi de 8%, com o número de MPes exportadoras indo de cerca de 9,1 mil em 2002 para 9,8 mil em 2009.
4. A participação brasileira nas exportações mundiais cresceu de forma contínua no período, indo de 0,95% do total em 2002 a 1,26% em 2009, nível já superior à meta estabelecida de 1,25%. Isso ocorreu mesmo com a retração das exportações brasileiras em 2009 devido aos efeitos da crise internacional.

No entanto, é preciso reconhecer que boa parte das macrometas não será atingida. Essas, que foram definidas no início de 2008, tomavam por base um cenário de crescimento da economia mundial que não se concretizou. A crise financeira internacional reduziu a expansão do investimento fixo e do gasto privado P&D, assim como diminuiu o fluxo comercial internacional e o número de empresas exportadoras. É importante ressaltar, no entanto, que o Brasil foi um dos países com melhor desempenho econômico nesse ambiente de crise: sua taxa de crescimento do PIB caiu menos do que a média mundial e o País ampliou sua participação nas exportações mundiais, indicando o aumento de competitividade da economia brasileira.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Entre 2003 e 2009, o Governo Federal recebeu 167.590 pedidos de depósitos de patentes e foram processados 110.972, o equivalente a 66% dos pedidos. As concessões de patentes somaram 20.655. Quanto aos depósitos de registros de marcas, deram entrada no mesmo período 721.032, com o processamento de 714.657, o que representa 99%. Além disso, foram concedidas 326.347 marcas, de 2003 a 2009.

COMÉRCIO EXTERIOR

CORRENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRA

Conforme dados da tabela a seguir, entre 2003 e 2009, as exportações brasileiras cresceram acima da média mundial, fazendo com que a participação brasileira passasse de 0,96%, em 2002, para 1,28%, em 2009.

CORRENTE COMERCIAL BRASILEIRA – 2002 A 2009

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações (US\$ milhões)	60.439	73.203	96.677	118.529	137.807	160.649	197.942	152.995
Participação % das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais	0,96	0,99	1,08	1,16	1,17	1,18	1,26	1,26*
Importações (US\$ milhões)	47.243	48.326	62.836	73.600	91.351	120.617	172.985	127.647
Participação % das Importações Brasileiras nas Importações Mundiais	0,74	0,65	0,69	0,72	0,77	0,89	1,11	1,06*
Corrente de Comércio	107.682	121.529	159.513	192.129	229.158	281.266	370.927	280.642
Saldo Comercial	13.196	24.877	33.841	44.929	46.456	40.032	24.957	25.348

*Estimativa

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

DESCONCENTRAÇÃO DOS MERCADOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES NACIONAIS

A ampliação da corrente de comércio exterior brasileira foi acompanhada por uma desconcentração dos mercados de destino das exportações nacionais, cujo indicador, entre 2003 e 2009, passou de 13,52 para 20,65, conforme mostra a tabela a seguir.

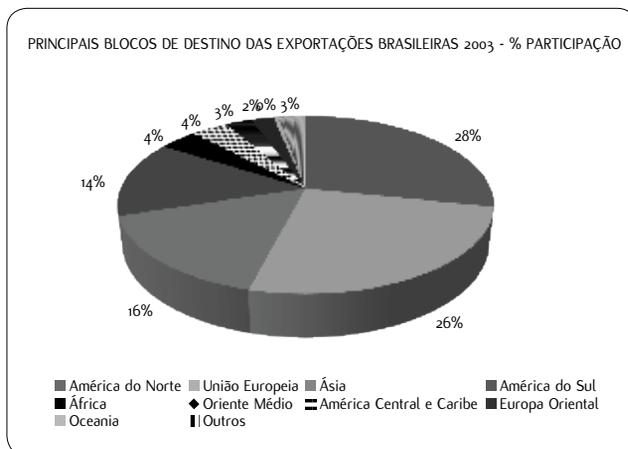
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE COMÉRCIO EXTERIOR QUANTO À DESCONCENTRAÇÃO DOS MERCADOS DE DESTINO – 2003 A 2010

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Observações
Participação em mercados de destinos relevantes (Índice de Concentração de Hanna & Kay – número/índice)	13,52	15,10	16,90	18,10	19,70	20,36	20,65	O crescimento sustentado do índice demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade externa.
Taxa de participação de produtos de maior valor agregado no valor total das exportações (%)	54,26	54,90	55,10	54,30	52,50	46,82	43,70	A queda contínua do índice, a partir de 2005, representa a perda de participação relativa dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em detrimento dos básicos e dos semimanufaturados.
Taxa de variação das exportações brasileiras (%)	21,08	32,00	22,60	16,20	16,60	23,2	-22,20	O desempenho negativo registrado em 2009 é reflexo direto da grave crise financeira internacional de 2008, que resultou na retração da demanda internacional por produtos brasileiros.

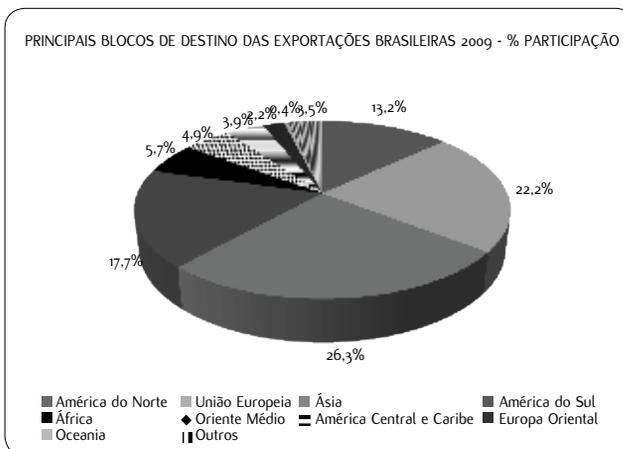
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Exportações brasileiras por bloco econômico

As duas figuras a seguir mostram o aumento expressivo da participação da Ásia e, em menor intensidade, da América do Sul nas exportações brasileiras, na comparação 2002/2009.

PRINCIPAIS BLOCOS DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS 2003 - % PARTICIPAÇÃO



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Principais blocos de destino das exportações brasileiras 2009 - % participação



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Promoção comercial

O volume financeiro das exportações das empresas apoiadas pela Apex vinha em escala ascendente desde 2006 (US\$ 25,5 bilhões, em 2006; US\$ 26,92 bilhões, em 2007; e US\$ 30,97 bilhões em 2008), porém, em 2009, como reflexo da crise internacional, apresentou recuo de 16,93%, passando para US\$ 25,73 bilhões.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O Governo Federal implantou o Projeto de Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas, para inseri-las no cenário internacional, com particular ênfase em produtos tecnológicos. Até o momento, 2.577 empresas foram beneficiadas.

Também tem coordenado o processo de regulamentação da LC nº 123, de 2006 (Simples Nacional), nos estados e nos municípios, com vistas a garantir a efetividade das políticas públicas previstas nessa Lei Geral. Até o momento, foram alcançados 34% dos municípios, valor superior à meta de 25% para o final de 2010. Também foram instalados 20 fóruns regionais de MPEs, instâncias de representação dessas empresas, em 75% das regiões do País.

PÓLOS PRODUTIVOS REGIONAIS

A tabela a seguir mostra que as empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM) têm ampliado significativamente seu faturamento ano a ano, com exceção de 2009, reflexo da crise internacional. Percebe-se, entretanto, que as exportações não têm crescido na mesma proporção, revelando que o aumento do faturamento da ZFM está relacionado ao consumo interno.

FATURAMENTO DA ZONA FRANCA DE MANAUS – 2002 A 2010

Indicadores ZFM	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Faturamento US\$ Bi	9,105	10,62	14,19	18,91	22,75	25,71	30,1	25,8	15,9*
Exportações US\$ Bi	1,064	1,23	1,09	2,02	1,48	1,04	1,27	0,854	0,52*

Fonte: Suframa.

* Referem-se ao período de janeiro a junho de 2010 (resultado do primeiro semestre do ano)

Em relação ao BNDES, em 2009, o Banco implementou iniciativa estratégica de atuação com estados da região Nordeste no apoio a projetos de APLs. Nesse contexto, os estados lançam editais para seleção de polos produtivos a serem apoiados e o BNDES financia, de forma não reembolsável, até 50% dos recursos. Até junho de 2010, o Banco apoiou sete estados, com mais de 300 projetos selecionados e investimento total de R\$ 76 milhões.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Investimento e Produção

- Boletins de Conjuntura Industrial. Março/2008 a dezembro/2009. Disponível em <http://www.abdi.com.br/?q=node/736>.
- Cadernos da Indústria ABDI, Volume XVI, Integração Produtiva: Caminhos para o Mercosul. Disponível em http://www.abdi.com.br/?q=system/files/OS+006+IP+Mercosul_baixa.pdf. Cadernos da Indústria ABDI, Volume XVII, Complementariedade produtiva entre Brasil e Argentina. Disponível em <http://www.abdi.com.br>.
- Estudos setoriais. Disponível em <http://www.abdi.com.br/?q=node/1344>.
- O Futuro da Indústria: Empreendedorismo. Coletânea de artigos/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Euvaldo Lodi/Núcleo Central. Brasília, 2005.
- O Futuro da Indústria de Bens de Capital: a Perspectiva do Brasil. Coletânea de artigos/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Euvaldo Lodi/Núcleo Central. Brasília, 2004.
- Padrões de Desenvolvimento e Políticas Públicas – Análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. 2009. Disponível em http://www.abdi.com.br/?q=system/files/Modelos_economicos_de_capitalismo.pdf.
- PDP: Post-crisis Growth Resumption Instrument. 2010. Disponível em <http://www.abdi.com.br>.
- Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para Sustentar o Crescimento. Apresentação de Slides do Lançamento da PDP (12 de maio de 2008). p. 9. Disponível em: http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca_pdp/Integra_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_PDP.pdf.
- Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para Sustentar o Crescimento. Livroto. Disponível em: http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca_pdp/Livreto%20da%20PDP%20Original%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf.
- Relatório de Macrometas da PDP. Disponível em <http://www.pdp.gov.br>.

Inovação Tecnológica

- DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.
- DE NEGRI, J. A.; DE NEGRI, F.; COELHO, D. Tecnologia, Exportação e Emprego. Brasília: IPEA, 2006.
- DE NEGRI, J. A.; TURCHI, L. M. Technological Innovation in Brazilian and Argentine Firms. Brasília: IPEA, 2007.
- DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília: Ipea, 2008.
- Estudos setoriais de Inovação, ano 2009. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/?q=node/1344>.
- Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileira. De Negri, J. A.; Salerno, M. S. Brasília: IPEA, 2005.
- O Futuro da Indústria de Software: a Perspectiva do Brasil. Coletânea de artigos/ Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Instituto Euvaldo Lodi / Núcleo Central. Brasília: MDIC/STI: IEL/NC, 2004.
- O Futuro da Indústria de Semicondutores: a Perspectiva do Brasil. coletânea de artigos/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Euvaldo Lodi/ Núcleo Central. Brasília: MDIC/STI: IEL/NC, 2004.
- O Futuro da Indústria: a Importância da Metrologia para o Desenvolvimento Industrial. Coletânea de artigos/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/ Departamento Nacional. – Brasília, 2005. 127p.
- Políticas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil. De Negri, J. A.; Kubota, L. C. (Org.). Brasília: Ipea, 2008.
- Programas e Publicações do Inmetro. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes.asp>.
- Tecnologia, Exportação e Emprego. De Negri, J. A.; De Negri, F.; Coelho, D. Brasília: IPEA, 2006.
- Technological innovation in Brazilian and Argentine firms. De Negri, J. A.; Turchi, L. M. Brasília: IPEA, 2007.

Comércio Exterior

- AliceWeb. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br>.
- AliceWeb-Mercosul. Disponível em: <http://www.alicewebmercosul.mdic.gov.br>. Análise Econômica do Sistema Geral de Preferências da União Européia para o Brasil: Ano base de 2008.

- Análise Econômica do Sistema Geral de Preferências dos Estados Unidos para o Brasil: Ano base de 2008.
- Análise do Impacto de Exclusão de Produtos Brasileiros do Sistema Geral de Preferências Norte-Americano, 2009.
- Aprendendo a Exportar. Disponível em: <http://www.aprendendoaexportar.gov.br>.
- ARAÚJO, B. C.; PIANTO, D. M. Export Potential of Brazilian Industrial Firms. Revista de Economia Aplicada (a ser publicado).
- Brasil. MDIC. Barreiras Técnicas: conceitos e informações sobre como superá-las. [executores] MDIC, AEB, CNI. Brasília, 2003. 72p.
- DE NEGRI, ARAÚJO, B. C. As Empresas Brasileiras e o Comércio Internacional.- Encontros de Comércio Exterior – Encomex. Disponível em: <http://www.encomex.mdic.gov.br>. Informativo Secex. Disponível em: <http://infosecex.mdic.gov.br>.
- Estatísticas. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>KANNEBLEY JR., S., ESTEVES, L. A., SILVA, A. M. e ARAÚJO, B. C. Auto-seleção e aprendizado no comércio exterior das firmas industriais brasileiras. ECONOMIA (revista da ANPEC) (a ser publicado).
- Manual sobre a Certificação de Origem do Mercosul. 2003.
- Portal do Exportador. Disponível em: <http://www.portaldoexportador.gov.br>.
- Rede Cicex. Disponível em: <http://www.cicex.mdic.gov.br>.
- Relatórios DECOM. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=236>.
- Projeto Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes). Disponível em: <http://www.redeagentes.gov.br>. Radar Comercial. Disponível em: <http://www.radarcomercial.mdic.gov.br>.
- Seminário Internacional de Defesa Comercial. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2643>.
- Sistema Geral de Preferências dos Estados Unidos: Manuais sobre os esquemas dos outorgantes do Sistema Geral de Preferências (SGP). Volume 1 e 2, 2007 e 2008.
- Vitrine do Exportador. Disponível em: <http://www.vitrinedoexportador.gov.br>.

Micro, Pequenas e Médias Empresas

- Cadeia de Fomento à Tecnologia e à Inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2067>- Cartilha Cartão BNDES - Como as MPes podem se beneficiar.
- Fatores de Influência ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Microempresas e Empresas de pequeno porte. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1202923119.pdf.
- Informativo Eletrônico do Fórum Permanente de MPes. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2063>.
- Telecentros de Informações e Negócios: o Desafio da Inclusão Digital da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Editores técnicos, José Rincón Ferreira [et al]. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2006.

Comércio e Serviços

- João Alberto De Negri e Luis Claudio Kubota (Orgs.). Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil. Brasília, IPEA, 2006.
- Minuta da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1254341867.pdf.
- Minuta das Notas Explicativas da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NEBS). Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1254341906.pdf.
- Oportunidades de Investimentos e Negócios em Serviços. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=1949>.
- Panorama do Comércio Internacional de Serviços: Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=1793>.
- Sistema Integrado do Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (SISCOSERV). Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2234>.

Pólos Produtivos Regionais

- Levantamento de APLs: 2008-2010. Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1199885745.pdf.
- Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1199885181.pdf.
- Manual Zonas de Processamento de Exportações. 2009. Disponível em http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1284730310.PDF.
- Planejamento Estratégico da Zona Franca de Manaus. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suframa_planejamento_estrategico.cfm.
- Termo de Referência para a Política de Apoio ao Desenvolvimento de APLs. 2004. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1234181254.pdf.

Pesquisa e
Desenvolvimento
Tecnológico